



Histórias de Família: Casamentos, Alianças e Fortunas

Marieta de Moraes Ferreira





HISTÓRIAS DE FAMÍLIA: CASAMENTOS, ALIANÇAS E FORTUNAS

MARIETA DE MORAES FERREIRA



Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas

Copyright © Marieta de Moraes Ferreira – 2008

Direitos desta edição reservados à

EDITORA FGV

Rua Jornalista Orlando Dantas, 37

22231-010 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

Tels.: 0800-021-7777 — (21) 3799-4427

Fax: (21) 3799-4430

e-mail: editora@fgv.br — pedidoseditora@fgv.br

web site: www.fgv.br/editora

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Revisão

Dora Guimarães de M. Rocha

Projeto Gráfico: duedesign

duedesign@terra.com.br

Lys Portella

Dalila dos Reis

Manipulação e tratamento de imagens

Luiz Gaúcho

luizgaucho3@uol.com.br

Produção Gráfica

Welles Costa

wcostaproducoes@yahoo.com.br

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Ferreira, Marieta de Moraes

Histórias de família [Recurso eletrônico] : casamentos, alianças e fortunas / Marieta de Moraes Ferreira. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2013.

Dados eletrônicos.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-225-1324-6

1. Moraes, Ferreira de, Família. 2. Imigrantes – Nova Friburgo (RJ) – História. I.

Fundação Getúlio Vargas. II. Título.

CDD – 929.2

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO 7

A CHÁCARA DO PARAÍSO 17

A SUÍÇA BRASILEIRA 25

OS PIONEIROS 47

INTEGRAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL 61

OS IRMÃOS VINDOS DE SÃO JOÃO DEL REI 77

O BARÃO E A BARONESA 95

O EMPREENDIMENTO CAFEIEIRO 111

SOB AS ORDENS DO BARÃO 131

NOVOS TEMPOS, NOVAS GERAÇÕES 173

DE VOLTA À CHÁCARA DO PARAÍSO 195

LINHA DO TEMPO 201

BIBLIOGRAFIA 219



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as novas correntes

historiográficas ligadas à micro-história revalorizaram as trajetórias dos indivíduos comuns e mostraram como sua análise pode ser um caminho para a compreensão da História.¹ É esse tipo de exercício que pretendo fazer aqui, ao tomar como ponto de partida em direção ao passado um casal que, nos anos 1930, adotou como residência a Chácara do Paraíso, em Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro.

O casal formado por Vicente Ferreira de Moraes e Adelaide (Pequenina) das Neves Marques Braga foi produto, antes de mais nada, de uma rede de relações entre grupos familiares que no início do século XX estavam integrados à sociedade de Nova

¹ Ver Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas e sinais* (São Paulo: Cia. das Letras, 1989) e Giovanni Levi, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000).

Friburgo. Entre seus ancestrais destacam-se algumas figuras-chave, cuja trajetória a pesquisa permitiu reconstituir. Assim, do lado de Pequeninina, temos Marianne Joset Salusse, imigrante suíça que fez parte do conjunto de fundadores de Nova Friburgo em 1820; José Antônio Marques Braga, filho de um imigrante português de Braga estabelecido como armador no Rio de Janeiro nas décadas de 1820 e 1830; Adelaide (Zinha) das Neves Marques Braga, filha do político Galdino Emiliano das Neves e neta de um comerciante de São João del Rei imigrante dos Açores, neta também de outro político do Império, Getúlio Monteiro de Mendonça, por sua vez filho de um “professor régio de latim, poeta e comediógrafo”, natural de Lisboa, que no fim do século XVIII se instalou em Cuiabá. Do lado de Vicente, a grande figura é o tropeiro mineiro João Antônio de Moraes, que se tornou um grande fazendeiro da região de Cantagalo e terminou seus dias como barão do café. Em torno desses, surgiram vários outros personagens que foram complexificando a teia de relações de parentesco e cujas histórias singulares permitem perceber circunstâncias e conjunturas da história do Brasil. Com base em suas trajetórias é possível identificar estilos de vida, visões de mundo, estratégias de ascensão social e de acumulação de riqueza. O acompanhamento de suas histórias de vida permite, enfim, captar aspectos importantes da gestão de seu cotidiano e das lutas travadas na exploração e construção de uma nova terra e de um novo país.

Um ponto central que emerge da análise dos ramos familiares de que descendem Pequeninina e Vicente são as estratégias matrimoniais acionadas como instrumento para a construção de alianças e de redes de solidariedade destinadas a garantir recursos financeiros.² A importância das alianças matrimoniais pode ser verificada tanto no caso dos descendentes de Marianne Joset Salusse como no dos de João Antônio de Moraes, ou dos Neves de São João del Rei. Cada um desses grupos familiares lidou com essas possibilidades de maneiras distintas. No caso de Marianne, imigrante, envolvida com atividades comerciais urbanas de pequeno porte e interessada em integrar-se no mundo dos grandes proprietários nacionais, a preocupação foi bus-

² Ver João Fragoso, Carla Almeida e Antônio Jucá Sampaio, *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007) e Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)* (Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998).



Pequenina, 1909.



Vicente e os filhos Elsa, Cláudio, Augusto e Vicentinho, Nova York, 1919.

car alianças matrimoniais para os filhos fora de seu núcleo de origem, o dos imigrantes suíços. Da mesma forma, os descendentes de José Antônio Marques Braga, comerciante na Corte, e de José Antônio das Neves, comerciante em São João del Rei, buscaram casamentos fora de sua rede de relações familiares. Diferentemente, João Antônio de Moraes, senhor de terras e escravos na região de Cantagalo, desde o primeiro momento adotou como estratégia para seus enteados e filhos casamentos endogâmicos, com sobrinhos de sua mulher ou com seus próprios sobrinhos. Sua expectativa era que essa prática não só garantisse a permanência da fortuna no seio da família, mas também estruturasse uma grande rede de relações que lhe assegurasse recursos sociais e políticos e desse sustentação à sua autoridade e poder. A opção pela endogamia fez com que as sucessivas gerações, ao se casarem entre si, produzissem um grupo portador de características identitárias baseadas na existência de antepassados comuns e dotado de recursos para conquistar posições políticas. Essa prática, além de sustentar a coesão do grupo familiar, estimulou ainda a cumplicidade com outros estratos sociais, garantindo a fidelidade dos segmentos subalternos, lavradores e escravos.³

Outro ponto que merece destaque são as práticas econômicas implementadas por alguns desses personagens, que nos permitem rever teses correntes sobre temas da historiografia brasileira. A imigração suíça para Nova Friburgo, por exemplo, é sempre tratada como um projeto que redundou em retumbante fracasso, sendo enfatizado o ponto de vista dos colonos que abandonaram a colônia ou se internaram nos confins da fazenda do Morro Queimado, e viveram sempre em condições precárias praticando uma agricultura de subsistência. O itinerário percorrido por Marianne Joset Salusse demonstra que entre os imigrantes que fundaram Nova Friburgo as atividades comerciais e urbanas também floresceram e garantiram mobilidade econômica para alguns deles, que se tornaram empresários locais.

³ Ver Antonio Carlos Jucá de Sampaio, *Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos*, em João Fragoso, Carla Almeida e Antônio Jucá Sampaio, op. cit., p.225-264.

A trajetória de João Antônio de Moraes, Barão das Duas Barras, e de seus filhos e netos, que se estabeleceram inicialmente na região de Cantagalo e mais tarde no município de São Francisco de Paula, atual Trajano de Moraes, também vem questionar a idéia de que os fazendeiros de café fluminenses ficaram aferrados à escravidão e foram incapazes de pensar estratégias para enfrentar a crise do trabalho que se avizinhava com a Abolição. O foco nessa região pouco estudada permite também acompanhar os impactos da expansão do trabalho livre e a emergência no Estado do Rio, já no período republicano, de uma nova onda cafeeira que se prolongou até a crise de 1929. As práticas econômicas do Barão das Duas Barras, de seus sobrinhos e genros, como o Visconde de Imbé, Manoel de Moraes, Vicente Ferreira de Mello, e de sua filha, Felizarda de Moraes Lopes Martins, indicam uma diversificação de investimentos, tanto através da prática de empréstimos a juros, como da aquisição de imóveis urbanos, ao lado da continuidade da exploração agrícola. Na verdade, foi isso que lhes permitiu enfrentar a instabilidade que marcou a transição da monarquia para a República. No entanto, se a segunda geração dos Moraes conseguiu ultrapassar os desafios que então se apresentavam, o mesmo não pode ser dito da terceira geração. O engajamento em atividades políticas (houve vereadores, deputados estaduais, deputados federais e um governador), a adoção de estilos de vida suntuários, descurando da dedicação aos negócios e da busca de novas alternativas econômicas, acabaram por levar à perda do *status* econômico adquirido nos tempos do Barão.



Este livro resultou de uma pesquisa que envolveu a consulta a uma expressiva gama de fontes, e se beneficiou de um trabalho anterior, apoiado por Jorge Getulio Veiga Filho e realizado em parceria com o antropólogo Carlos Eduardo de Castro Leal, intitulado “Cinco séculos de alianças”, que não chegou a ser publicado. A experiência de trabalho com Carlos Eduardo foi extremamente enriquecedora, não só pela grande amizade que nos une e pelo prazer da sua companhia nas nossas andanças atrás de informações, mas também pela erudição e curiosidade intelectual que são marca registrada de sua personalidade. Camila Guimarães Dantas teve uma participação importante em todas as etapas da coleta de dados. Dora Guimarães de Mesquita Rocha encarregou-se da edição do texto, o que significou estabelecer o roteiro do livro, ordenar os capítulos e preparar os originais. Sem

seu apoio e estímulo, este trabalho não chegaria à publicação. Na finalização do livro, Nayara Galeno do Vale colaborou na revisão das notas e da bibliografia.

Na busca por documentos que pudessem esclarecer a memória familiar transmitida por minha mãe, Georgeanna Maria Ferreira de Moraes, e minha avó Pequenina, consultamos o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o arquivo da Cúria Metropolitana, no Rio de Janeiro; os arquivos da Catedral, do Fórum e do Pró-Memória da Prefeitura em Nova Friburgo; a Câmara Municipal e os arquivos da Matriz de Cantagalo; o Fórum de São Sebastião do Alto; a Matriz e o Fórum de Santa Maria Madalena; a igreja e o cemitério de São Francisco de Paula, no município de Trajano de Moraes. Enquanto isso, em Minas, Douglas Fazzolato esquadrinhou arquivos de igrejas e museus em São João del Rei e Mariana. Fomos também a Portugal, onde consultamos os arquivos do Viseu, de São Sebastião da Vila do Touro e da Cúria Metropolitana de Lamego.

Outro tipo importante de fonte de que nos servimos foram documentos privados, conservados por descendentes dos vários troncos familiares pesquisados. Visitamos as fazendas de Santa Maria do Rio Grande, São Lourenço, Ribeirão Dourado, Olaria, Ipiranga e Santo Inácio, outrora pertencentes ao Barão das Duas Barras, cujos proprietários atuais gentilmente nos forneceram documentos e informações. Dessa forma recolhemos inventários, cartas, fotos e recortes de jornais. Finalmente, utilizando a metodologia da história oral, realizamos 30 entrevistas, totalizando cerca de 60 horas de gravação. Com elas foi possível registrar e avaliar outro elemento que nos interessava: a memória familiar.

A todos aqueles que nos cederam documentos, se dispuseram a nos contar suas histórias, ou de alguma forma colaboraram conosco, apresento agora os meus agradecimentos. Sem sua inestimável ajuda, não teria chegado aos resultados aqui apresentados. São eles: Afrânio Veiga do Valle, Alda Sève, Antônia Seng das Neves, Antônio Neves Amarante, Antônio Neves da Rocha, Beatriz Getulio Veiga, Bento Luiz de Moraes Lisboa, Carlos Roberto Moraes Souza Tavares, Cecília Dornelles, Cléa de Moraes, Cristina Oswaldo Cruz, Elizabeth Di Cavalcanti Veiga, Felipe Aprigliano, Felipe Lisboa de Moraes, Helena Veiga Moutinho, Honestalda de Moraes Souza, Isa Limonge Coelho, João de Moraes Souza, Jorge Getulio Veiga Filho, General José Antônio de Moraes, José Carlos Santos, José Carlos Veiga de Moraes,

Julieta Britto Pereira Ferreira de Moraes, Leandro Veiga de Moraes, Leda de Moraes Souza, Lia Neves da Rocha, Lourdes Lisboa de Moraes, Lúcia Marques Braga, Luiz Henrique Ferreira de Moraes, Paulo Lisboa de Moraes, Regina Salusse, Roberto de Moraes Grey, Sérgio Ioset Salusse Bittencourt-Sampaio, Teresa Barroso e Valter Seng das Neves. Minha gratidão a todos e, aos ausentes, minha homenagem.

Quero agradecer ainda a Pedro Oswaldo Cruz e a Regina Lo Bianco pela cessão das fotos que aparecem no livro, e a Lys Portella e Dalila dos Reis pelo projeto gráfico. Finalmente, a Valdiney Ferreira, que leu inúmeras vezes este texto, deu boas idéias e me estimulou a levar adiante o projeto de publicá-lo.

Marieta de Moraes Ferreira
Janeiro de 2008



Sede da Chácara do Paraíso. Nova Friburgo, 2008.

A CHÁCARA DO PARAÍSO

Quem parte do centro

de Nova Friburgo em direção a Cantagalo, já na saída da cidade, deixa à direita o caminho que conduz ao bairro Chácara do Paraíso. O bairro recebeu seu nome de uma antiga propriedade rural existente no lugar, certamente assim batizada por donos que nela viam o seu Jardim das Delícias. O nome primitivo era bem mais prosaico: Chácara dos Inhames.

Muito provavelmente, a chácara foi um lote doado a colonos suíços, fundadores de Nova Friburgo, para a exploração agrícola. É o que se depreende do documento mais antigo conhecido referente à propriedade, redigido em francês e datado de 10 de junho de 1826. Ali aparecem, como donos da terra chamada *Ignames*, Jost Voeber, a viúva Marguerite Zahno e a filha desta, Elisabeth. A terra que lhes fora “cedida e atribuída no princípio pela autoridade competente” era, por aquele instrumento, “cedida, vendida e alienada para todo o sempre” a Aléxis

Thorin. Embora não tenha chegado até o presente a escritura em nome de José Antônio Marques Braga, sabe-se que em 1858 a terra já lhe pertencia, pois sobreviveu uma planta intitulada Chácara dos Inhames, por ele assinada e datada daquele ano.¹ O novo proprietário, filho de um comerciante português estabelecido na Corte, havia-se instalado alguns anos antes em Nova Friburgo, e ali se casara com Josephina Salusse, filha de uma pioneira suíça e um francês.

No tempo de José Antônio e Josephina, nada indica que a chácara tenha recebido melhorias. A compra da terra foi um investimento imobiliário como tantos outros feitos por seu abastado proprietário, que morava com a família no centro de Nova Friburgo. Com sua morte em 1864, a chácara coube por herança ao filho mais moço, Augusto Marques Braga. O jovem herdeiro casou-se em 1870 com uma moça de São João del Rei, sobrinha do segundo marido de sua mãe, Galiano das Neves. A noiva, também ela rica herdeira, chamava-se Adelaidezinha, ou apenas Zinha das Neves. O casal instalou-se em Nova Friburgo, e a partir de então a Chácara dos Inhames iria cair no esquecimento para dar lugar a uma aprazível propriedade campestre, conhecida como a Chácara de D. Zinha Braga.

É com esse nome que a chácara aparece em 1902 no jornal friburguense *A Sentinela*, em uma reportagem rica de detalhes sobre um “pic-nic” que reuniu a sociedade local.² Como informa o jornal, o “grande convescote” realizado “na poética chácara da amável e estimadíssima senhora D. Zinha Braga” contou com uma comissão organizadora, que preparou a saída de um cortejo de famílias da Praça do Suspiro, em Nova Friburgo, ao som dos clarins da Sociedade Musical Campesina. Em carros e cavalos, usando chapéus de palha — os das senhoritas, “enfeitados com arte e gosto por flores naturais” —, os convidados rumaram para o campo. A chácara fora especialmente ornamentada para a ocasião com arcos de flores e guirlandas, mas um item da decoração era definitivamente espantoso. Nas palavras do entusiasmado cronista, “admirável era então a vista que se descortinava: as colinas tão caprichosamente arborizadas iam em suaves rampas morrer na esplanada verdejante, no meio da qual se erguia, garbosa e iriada, uma Torre Eiffel toda de flores, com 30 metros de altura, alegoria ao grande monumento de Paris”.

¹ Documentação conservada por Valter Neves.

² *A Sentinela*, 23 de março de 1902.



"Pic-nic" na Chácara de D. Zinha Braga.



O casal Vicente e Pequenina com os filhos Vicentinho, Elsa, Augusto, e Cláudio no jardim de sua residência na Inglaterra em 1924.

As referências parisienses não cessavam aí. Depois que todos provaram as iguarias servidas, foi solto, em homenagem àquele “que tão alto elevou-se, levantando também o nome da Pátria”, um “enorme balão da forma Santos Dumont com cores nacionais, donde pendia vistosa barquinha de flores onde oscilava a bandeira brasileira”. Na época, Santos Dumont passeava pelos céus de Paris em balões dirigíveis em forma de imensos charutos, deixando a cidade embaixo boquiaberta. Nem sempre, porém, como aconteceu em 1901 com o N^o 5, seus balões voltavam suavemente ao solo.³ Assim também, o balão da Chácara de D. Zinha Braga, construído por Eduardo Salusse, embora não fosse tripulado nem se esperasse o seu retorno, depois de erguer-se foi de encontro a uma árvore, “vindo recordar desse modo o desastre ocorrido com o imortal engenheiro quando numa de suas ousadas experiências viu seu balão esfacelado numa das árvores do parque Rothschild”...

Após descrever a animação dos brindes e das danças, e o encerramento, com a volta dos convidados em cortejo para a cidade, daquela “festa magnífica cujas deliciosas impressões perdurarão por muito tempo no espírito da sociedade friburguense”, o jornal registrava os nomes dos presentes.

“A comissão iniciadora do pic-nic era composta dos seguintes Srs.: Drs. Galdino do Valle, Afranio de Albuquerque, Pantoja Leite, Raul Veiga, Thelio de Moraes, Feliciano de Castilho, Alberto Teixeira da Costa e Manfredo da Costa e os Srs. Joaquim Antunes, Augusto Braga, José Antônio Marques Braga Sobrinho, Jacintho Carneiro, Henrique Laureys, Carlos Valle e Eduardo Salusse.

Além destas tomaram também parte na festa as seguintes pessoas:

Senhoritas: Lalaide Neves, Laura Friburgo, Neném Neves, Pequeninha Braga, Sinhá e Yayá Moraes, Luiza Sanches, Marianita Neves, Fanchita, Yza e Vika Valle, Regina e Evangelina Veiga, Dejanira Albuquerque, Elvira Lazary, Dolores Boechat, Maria José, Judith e Antonieta Veiga, Dinorá e Áurea Valle.

³ Henrique Lins de Barros, Alberto Santos Dumont (Rio de Janeiro: Index/Associação Brasileira de Instrução, 1986).

Senhoras: Condessa de Nova Friburgo, Baronesa das Duas Barras, Madames Galdino do Valle, Magno do Valle, Costa Reis, Zinha Braga, Maria J. de Araujo, Maria Teixeira da Cunha, Marieta Antunes, Sophia Salusse Neves, Emilia Rochemant, Yzolina Guariglia, Laura Braga Morel, Zilda Chiaboto e Maria Teixeira da Costa.

Senhores: Drs. Galdino do Valle, João Veiga, Souza Fontes, Diogo Campbell, João Moraes, Coronel Teixeira da Costa, Henrique Costa Reis, Major Carrilho, Rodrigo Felicio, Cezar Monteiro, Vicente Nogueira, Octavio Magalhães, Angelo Santos Moreira Filho, Henrique Eboli, John Mac-Niven, Tancredo e Roberto Veiga, Humberto Gariglia, Pedrinho Pernambuco, Vicente e Henrique Moraes, Edgar Ferreira de Carvalho, Arnaldo e Oscar Ranieri, João Braga, Albertinho Maia, Astholpho do Valle, Servio Lago e Paladio M. Castro.

A imprensa fez-se representar.”

Entre as senhoras, senhoritas e senhores citados, figura evidentemente a dona da casa, D. Zinha Braga, àquela altura viúva. Estavam também presentes à festa quatro de seus filhos: José Antônio Sobrinho (Juquinha), Augusto (Gugusto), Adelaide (Pequenina) e João Batista. A filha mais velha, Maria José (Neném), não é mencionada, como tampouco seu marido Alberto de Oliveira Maia, mas lá estava o filho do casal, Albertinho Maia. Lá estava ainda um jovem que iria se aliar à família por casamento: Vicente de Moraes, que em 1910 se casou com Pequenina.

Pequenina e Vicente começaram a vida em grande estilo: com os recursos que ele, neto do Barão das Duas Barras, cafeicultor que amealhou considerável fortuna no século XIX, herdou da família, moraram em Paris, Nova York e Londres e educaram os filhos em colégios ingleses e alemães. Passados, porém, 20 anos de gastos sem limites ou preocupações, os problemas financeiros começaram a se fazer sentir. Com a quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 1929, o casal, que vivia de rendas e aplicações financeiras — como, aliás, a maioria de seus parentes —, viu surgirem dificuldades desconhecidas e olhou para o passado com nostalgia. Naquele ano Vicente voltou para o Brasil, mas Pequenina continuou em Londres, com os filhos no colégio interno em Berlim. Em 21 de novembro, assim escreveu ela ao marido, a respeito da chácara de sua mãe, já falecida, então administrada por seu irmão Gugusto:



Pequenina e Vicente em Vichy, na França, com os filhos Elsa e Cláudio, os primos Bidu Sayão e seus pais, e amigos, em 1924 .

“Foi muito triste para mim saber que o Gugusto vendeu a Chácara, aquele Paraíso onde nós todos já passamos dias tão felizes. Bem vejo o ponto de vista dele, que finalmente não está muito moço para empregar o resto da vida dele ali. A Chácara estava boa era mesmo para os nossos filhos, que ainda têm diante deles um grande futuro, e principalmente para o Vicentinho que quer ser lavrador, mas como fazer se eu sei que atualmente não tens capital nem mesmo casas ou propriedades de que pudéssemos dispor para fazer negócio com Gugusto. Em todo caso, nem podes avaliar como estou triste com esta notícia, que grande pena, não é? Avalio que todos na minha família e mesmo tu hão de sentir muito este negócio, que só por não termos agora meios deixamos se realizar com um estranho. Meu Deus, assim vai-se a vida, tudo vai mudando e se acabando.”

Como ficou sabendo Pequenina dias depois, o Paraíso da sua juventude não fora vendido, e sim hipotecado. Tanto é assim que em nova carta ao marido, datada de 9 de dezembro, dizia ela:

“Escrevi ao Juquinha e Gugusto e mandei pedir ao Gugusto para ele só vender mesmo a Chácara se de todo for urgente fazê-lo, pois quem sabe se mais tarde poderias fazer com ele algum negócio para guardarmos esse Paraíso de que os nossos filhos também gostam tanto.”

Pequenina e os filhos voltaram para o Brasil em 1932. Para sua alegria, quatro anos depois Vicente conseguiu quitar a hipoteca feita pelo cunhado, e a chácara tornou-se propriedade do casal.

Nesta breve história da chácara, aparecem personagens de origem diversa: colonos suíços, um jovem abastado vindo do Rio de Janeiro, uma moça vinda de São João Del Rei, o descendente de um barão do café. Certamente a história da cidade de Nova Friburgo ajudará a entender o que levou essa gente a cruzar seus caminhos. Afinal, a data inscrita na fachada principal da sede da Chácara do Paraíso – 1821 – indica que ela tem quase a mesma idade da antiga colônia dos suíços, fundada em 1820.



Nova Friburgo na década de 1830 (Gravura de J. Steimann).

A SUÍÇA BRASILEIRA

Cem casas, um edifício

para a administração, um armazém, um açougue, dois pequenos moinhos, dois fornos de padaria e uma fábrica de telhas — eis tudo o que havia na antiga fazenda do Morro Queimado, situada no distrito de Cantagalo, adquirida e preparada pela Coroa portuguesa para receber os suíços que em 1819 deixaram seus cantões para fundar uma colônia no Brasil. A saga dos suíços foi narrada pelo historiador Martin Nicoulin. Os dados por ele levantados permitem perceber o que foi o recrutamento dos colonos, sua longa e trágica travessia oceânica e sua árdua jornada final por "uma picada muito precária no meio de tenebrosos precipícios e desertos imensos", como descreveu o pároco da colônia, Padre Joye, o caminho íngreme e ermo entre o fundo da baía de Guanabara e o vale cercado de

altas montanhas por onde corre o rio Bengala. Permitem, enfim, entender a gênese da cidade de Nova Friburgo.¹

O empreendimento se explica, em parte, pelas circunstâncias da época. Em 1808, a família real portuguesa se havia transferido para o Rio de Janeiro, o que levou, em 1815, à elevação da antiga colônia americana à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Em virtude dos tratados assinados por Portugal com a Inglaterra em 1810, delineava-se a perspectiva de redução do tráfico negreiro, e conseqüentemente, de problemas de mão-de-obra para a lavoura brasileira. Embora a extinção do tráfico só viesse a ser decretada em 1850, as preocupações então surgidas favoreceram a adoção de políticas imigrantistas.² Por seu lado, a Suíça estava mergulhada em séria crise, já que em 1816 suas colheitas foram atingidas por mudanças climáticas que provocaram grande penúria. Em decorrência, passou a ser incentivado um movimento migratório, principalmente em direção à América do Norte. Para milhares de suíços, emigrar era a única esperança de uma vida melhor.

A combinação entre os interesses suíços e brasileiros se fez por intermédio do diplomata e homem de negócios Sébastien-Nicolas Gachet, que em 1817 desembarcou no Rio de Janeiro como representante diplomático do cantão de Fribourg, e também como agente de uma sociedade capitalista, para propor a fundação de uma colônia suíça no Brasil. A idéia de criar um centro policultor para o abastecimento da Corte pareceu boa ao príncipe regente, que em fevereiro do ano seguinte seria aclamado rei com o nome de D. João VI. Após muitas negociações, em maio de 1818 foi assinado um contrato, conhecido como Tratado de Colonização, estabelecendo a vinda, a título de experiência, de 100 famílias, "todas de religião católica apostólica romana", para as terras da antiga fazenda do Morro Queimado. Ali seria erguida uma vila que o próprio D. João, "por benevolência",

¹ Martin Nicoulin, *Agênese de Nova Friburgo – Emigração e colonização suíça no Brasil* (Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995). O livro de Nicoulin baseia-se num excelente trabalho de recuperação de fontes primárias em arquivos suíços e brasileiros. Com poucas exceções, dele foram retiradas as informações utilizadas na síntese dos primeiros tempos de Nova Friburgo aqui apresentada. Para evitar um excesso de notas, serão indicadas apenas as páginas dos documentos citados. A carta do padre Joye, de 10 de junho de 1820, está na p. 293.

² Uma medida que seria importante para a imigração suíça foi um alvará de 1818 que "aumentou em uma vez e meia as tarifas sobre a entrada de escravos africanos, reservando parte de tais rendas tributárias para a compra de ações do Banco do Brasil. Do rendimento das ações seria retirado o sustento do 'novo povoamento de colonos brancos'". Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, *Caras e modos dos migrantes e imigrantes, em Luiz Felipe de Alencastro (org.), Império: a corte e a modernidade nacional, vol. 2 de História da vida privada no Brasil, dir. de Fernando Novais* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997), p. 292.

chamou de Nova Friburgo. Também "como prova da particular afeição" que dedicava aos novos súditos, quis o rei que a igreja paroquial da colônia recebesse "o nome de Sua Real Pessoa (São João Batista)". Ficou acertado que D. João arcaria com as despesas de transporte e daria aos colonos um lote de terra, sementes para plantar e animais de criação, além de um subsídio real nos primeiros tempos e isenção de impostos por dez anos.³

O tratado mostrava-se bastante vantajoso para os suíços, sobretudo se comparado às condições da emigração para os Estados Unidos, que não previam a cobertura das despesas de viagem e faziam os colonos desembarcarem já endividados. Não correspondeu, contudo, às expectativas de Gachet, que, como agente de uma sociedade mercantil, tinha interesses financeiros no empreendimento. De início, ele propusera a vinda de 300 famílias anualmente para o Brasil, ficando sua empresa responsável pelas despesas da viagem, que seriam depois reembolsadas pelo rei, com o acréscimo de juros. Tal proposta não foi aceita. Ficou acertada a vinda de um número menor de famílias, e o dinheiro necessário foi logo entregue pelo Real Erário a Gachet para que providenciasse toda a operação. Consta que a companhia de Gachet pretendia também financiar as despesas pessoais dos colonos e encarregar-se do contato comercial entre a nova colônia e a Suíça, passando a auferir lucros dessas atividades. O Tratado de Colonização freou tais pretensões, mas, ao fixar o número de famílias de colonos, e não de indivíduos, abriu uma brecha para a vinda do que se chamou de "famílias artificiais": grupos que reuniam uma média de quatro casais com seus filhos. Isso provocaria, quando os colonos chegaram, a superlotação das 100 casas construídas para esperá-los e a divisão de cada lote de terra entre várias pessoas.

Em outubro de 1818 foram abertas em Fribourg as inscrições para a emigração para o Brasil. Até julho de 1819, foram admitidos 2.006 suíços oriundos de vários cantões, mas principalmente de Fribourg. Esse contingente era constituído majoritariamente de famílias, que correspondiam a 86,3% do total. Essa proporção contradiz a tese de que a colônia teria servido para o expurgo de indivíduos indesejáveis. Quanto à idade, 57% eram jovens de até 19 anos, e 42%, adultos entre 20 e 59 anos. Do ponto de vista profissional havia um equi-

³ Tratado de Colonização de 11 de maio de 1818, citado por Nicoulin, op. cit., p. 235-9.

líbrio, sendo o número de agricultores apenas ligeiramente maior que o de artesãos, como moleiros, padeiros, sapateiros etc. As famílias em sua grande maioria eram católicas, mas havia também um grupo pequeno de protestantes. Todos almejavam iniciar uma vida mais próspera no Novo Mundo, num lugar onde, segundo os folhetos distribuídos por Gachet, a terra era de “espantosa fertilidade”: “Tudo lá pega de galho... um resto de repolho jogado fora produz um repolho; podem-se fazer duas colheitas de batatas.”⁴

Em julho de 1819, os colonos partiram de seus cantões em direção a Basileia, de onde seguiriam para a Holanda. Na primeira parada, sofreram com a falta de organização da hospedagem enquanto aguardavam a partida. Ao chegarem à Holanda, passaram ainda por uma longa espera, tendo uma parte deles aguardado de 29 de julho até 10 de outubro para embarcar. As péssimas condições do acampamento em terreno pantanoso levaram à morte por doença 43 pessoas. Muitos dos que embarcaram estavam enfraquecidos ou com uma “febre intermitente”, e vieram a falecer a bordo. Durante a travessia, que durou de 80 a 146 dias, dependendo do navio, 311 pessoas morreram.

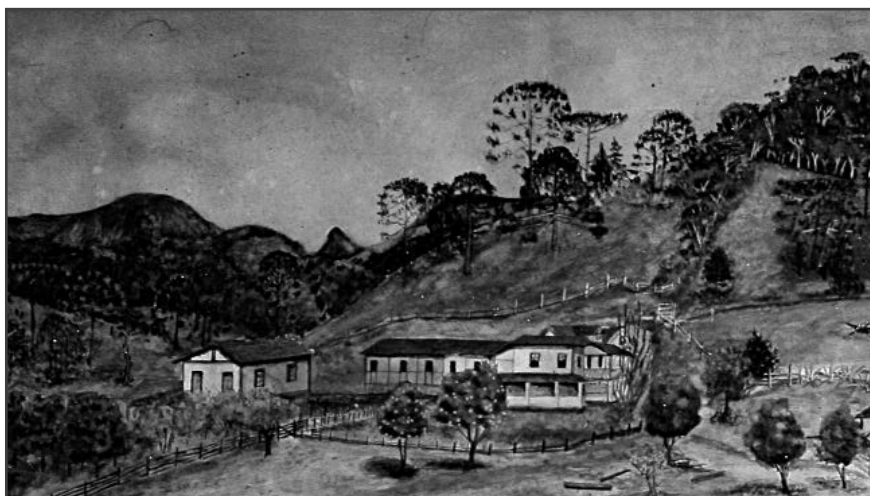
Logo após a chegada ao Rio de Janeiro, os colonos foram conduzidos em chalupas, sob a orientação do encarregado da colônia, monsenhor Miranda, para o fundo da baía de Guanabara, onde puderam repousar por cinco dias em Itambi. Dali seguiram de barco para Macacu, onde os doentes ficaram num hospital que fora instalado num mosteiro. A última parte do trajeto, até a fazenda do Morro Queimado, foi bastante penosa. Até certo ponto os colonos seguiram em carroças, mas na subida da serra dos Órgãos contaram apenas com o auxílio de mulas para vencer o relevo íngreme. Após cerca de dez dias, os grupos saídos de Macacu foram alcançando seu destino. Só em 18 de fevereiro de 1820, depois que todos aqueles que resistiram às agruras da viagem tinham chegado, Nova Friburgo foi oficialmente fundada.

Dos 2.006 suíços que deixaram a terra natal, 1.617 sobreviveram e foram distribuídos pelas 100 casas existentes. Eram casas rústicas, de pedra, sem assoalho, as janelas sem vidraça. Possuíam quatro cômodos, mas não tinham cozinha: o fogão ficava do lado de fora. Nos primeiros seis meses, aquela população ainda sofreu as consequências

⁴ Nicoulin, op. cit., p. 63.

da viagem e da mudança de clima. Aproximadamente a cada dois dias o Padre Joye conduzia ritos fúnebres: foram 131 óbitos de janeiro a junho de 1820. A morte ainda fazia parte do cotidiano dos imigrantes quando os lotes foram sorteados e distribuídos. No momento da distribuição, alguns receberam terrenos rochosos e íngremes e protestaram, mas nem todos os protestos foram atendidos.

Em meio a muitas dificuldades, uma nova fase teve então início: a do desbravamento dos lotes. O procedimento usual era a queimada da mata para depois fazer a semeadura. A partir de agosto de 1820 a maioria dos colonos já estava cultivando milho e feijão. Tornou-se necessário construir novas casas e abrir estradas. Na vila, onde ficaram sobretudo as famílias com problemas de saúde, os órfãos e as viúvas, escravos foram encarregados de construir um hospital, um quartel e um mercado.



Fazenda em Nova Friburgo em 1830.

A estação de esperanças foi, no entanto, curta. Chuvas torrenciais, a partir de novembro, destruíram o que seria a primeira safra. Os colonos começaram a duvidar da fertilidade das terras. As obras foram paralisadas. Muitos retornaram à vila, para ali se depararem com uma paisagem desoladora: em virtude do transbordamento do rio Bengala, as casas estavam alagadas, as pontes danificadas, árvores eram arrastadas pela correnteza...

No início de 1821 os colonos enviaram ao Rio de Janeiro uma delegação composta pelo Padre Joye, o médico Bazet e outros, com o objetivo de requerer o envio de animais de carga, o aumento dos subsídios e também melhores terras. Chegando à Corte, porém, os suíços foram informados da crise política instalada pouco antes. A partir da Revolta de Cádiz, no início de 1820, a instabilidade política em Portugal se agravou, até que, em abril de 1821, D. João VI retornou a Lisboa, deixando, no entanto, seu filho e herdeiro, o príncipe D. Pedro, no Rio de Janeiro. A gravidade de tais acontecimentos fez com que a colônia de Nova Friburgo ficasse de fora das prioridades da Coroa. Com isso, os subsídios foram suspensos. Nesse período, o colono Pierre Bossinger escreveu uma carta desabafando: "Muitos vieram em busca de fortuna e encontraram a cova. [...] Nossa colônia está tão mal administrada que parece estarmos sob maldição divina."⁵ De fato, Nova Friburgo viveu então um período de estagnação. Não só as obras na vila pararam, mas também as da estrada que faria a ligação com o Rio de Janeiro. O clima úmido e frio, bem como o relevo montanhoso, não favoreciam a cultura de cereais. Apenas uma minoria, que havia recebido terrenos melhores, conseguia sobreviver da lavoura.

Finalmente, em meados de 1821, algumas iniciativas foram tomadas. A comunidade suíça residente na Corte fundou a Sociedade Filantrópica do Rio de Janeiro, com o objetivo de arrecadar fundos no Brasil e no exterior para ajudar os colonos de Nova Friburgo. Em setembro, D. Pedro nomeou um novo diretor para a colônia, João Vieira de Carvalho, e voltou a pagar subsídios. Aos poucos, Nova Friburgo foi-se afastando da perspectiva de um fracasso total.⁶

No decorrer da década, enquanto o Brasil alcançava sua independência política e se tornava um Império em 1822, Nova Friburgo começou a progredir, tornando-se lentamente um centro de circulação de pessoas e mercadorias cada vez mais importante na região. Após o desastre da primeira safra, os colonos foram caminhando para uma economia de subsistência satisfatória, produzindo ao menos o suficiente para se manterem. A chegada, em 1824, de 343 colonos

⁵ Carta de Pierre Bossinger de 25 de março de 1821, em Nicoulin, op. cit., p. 205.

⁶ Um trabalho que enfatiza as dificuldades enfrentadas pelos colonos na primeira década de Nova Friburgo é o de José Carlos Pedro, *A colônia do Morro Queimado: suíços e luso-brasileiros na freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831* (Niterói, UFF, 1999. Dissertação de mestrado).

alemães traria uma perspectiva de crescimento ainda maior. Nesse período, um fato relevante foi o deslocamento de muitos suíços em busca de terras mais férteis, principalmente na direção de Cantagalo, que na época começava a despontar como pólo cafeeiro. Em 1824, o Padre Joye fez uma lista dos colonos com idade entre 18 e 40 anos, segundo a qual 42% encontravam-se em Cantagalo, 50% em Nova Friburgo, e o restante em outras localidades. A atração exercida pelas terras quentes de Cantagalo arrebanhou os suíços que buscavam, além da subsistência, a fortuna que o café poderia proporcionar. Isso explica a redução da população da vila de Nova Friburgo, que, segundo Martin Nicoulin, em 1830 contava apenas 632 habitantes. Lá permaneceram, de modo geral, além das famílias mais frágeis por problemas de saúde, dos órfãos e das viúvas, aqueles que pretendiam dedicar-se ao trabalho artesanal e ao comércio.

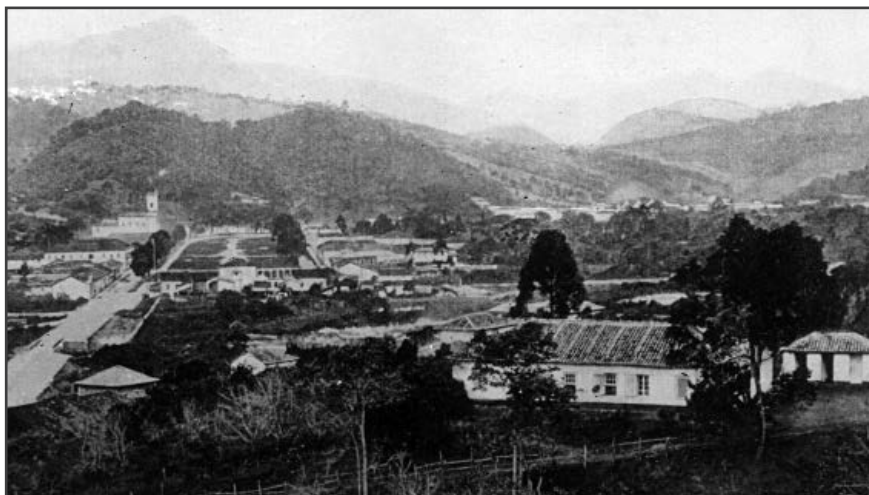
Apesar de tudo, em 1830, Nova Friburgo já havia saído do estado de penúria inicial e ingressado numa fase de estabilidade. A análise de alguns dados permite traçar um perfil da vila, que até 1850 sofreu poucas alterações demográficas. Sua população em 1851, segundo o ministro do Império Cansação de Sinimbu, era de 489 habitantes livres e 195 escravos.⁷ Mas é importante notar que isso representava apenas 14% do total do município, que somava 3.028 habitantes livres e 1.782 escravos. Esses números mostram que Nova Friburgo, que possuía além da vila duas freguesias onde se cultivava o café — Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, atual Sumidouro, e São José do Ribeirão, atual Bom Jardim —, era naquela época um município predominantemente rural.

A localização geográfica fazia da vila um ponto de parada entre Cantagalo e o Rio de Janeiro, e o fluxo freqüente de tropeiros que transportavam café impulsionava algumas atividades comerciais, como por exemplo as estrebarias e as casas de forragem. Havia também as vendas, nas quais os tropeiros podiam encontrar artigos de primeira necessidade como arreios, ferraduras, foices, machados, farinha, fumo, tecidos grossos etc. O desenvolvimento dessas trocas comerciais, como observou Sinimbu, incentivou alguns melhoramentos: “De miseráveis

⁷ Cansação de Sinimbu, citado por João Raimundo Araújo, *Nova Friburgo: o processo de industrialização da Suíça brasileira, 1890-1930* (Niterói, UFF, 1992. Dissertação de mestrado), p. 56.



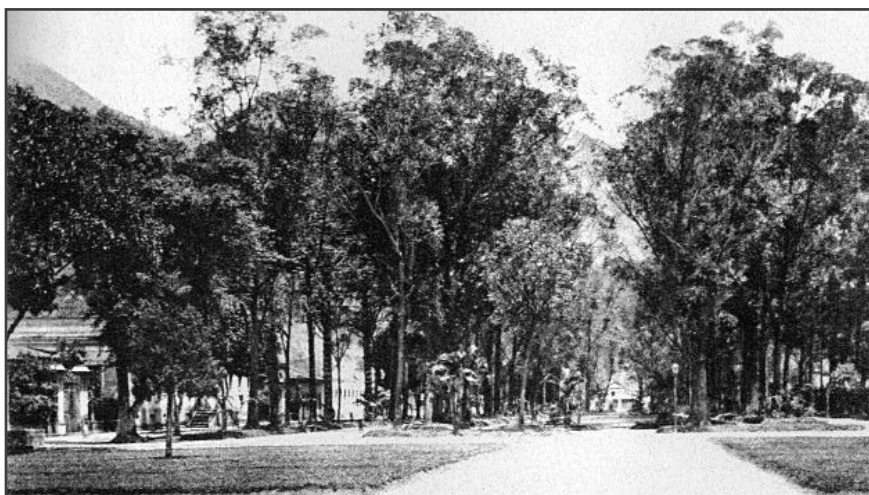
Nova Friburgo na década de 1860.



Nova Friburgo na década de 1870.



Nova Friburgo em 1895.



Praça 15 de Novembro em Nova Friburgo, na década de 1910.

barracas que eram, [as casas] foram convertidas em prédios cômodos que oferecem confortável abrigo aos seus habitantes e aos hóspedes, que, por doentes ou por evitarem a canícula da Corte, procuram respirar o ar puro e temperado das montanhas de Friburgo.”⁸

A expansão de Nova Friburgo a partir de meados do século XIX esteve, sem dúvida, diretamente associada à das fazendas de café localizadas na região de Cantagalo. Na época, a cafeicultura intensificava seu papel impulsionador de uma série de transformações em todo o país. Entre 1841 e 1850, o café já representava 41,5% de todos os produtos exportados pelo Império, enquanto o açúcar, por exemplo, correspondia a 26,7%.⁹ O desenvolvimento da cafeicultura, primeiro no vale do Paraíba e depois no oeste paulista, trouxe uma dinamização socioeconômica que permitiu uma relativa modernização, com a melhoria dos meios de transporte, o estímulo à imigração estrangeira e o crescimento das cidades, sobretudo em São Paulo. Esse processo atingiu também Nova Friburgo, principalmente a partir de 1870, quando a produção de café de Cantagalo chegou ao seu apogeu. Para se ter um termo de comparação, a produção média em Cantagalo, na época, era de 6.172 pés de café plantados por escravo produtivo, enquanto no vale do Paraíba a média era de seis mil pés e, na região de Santos, de apenas três mil.¹⁰

A influência do café em Nova Friburgo se fez sentir, em primeiro lugar, pelo fato de a vila ser local de passagem para os tropeiros que levavam o produto para o porto do Rio de Janeiro. Isso incentivou não só o comércio, mas a própria produção de gêneros alimentícios. No meio das montanhas, começou assim a despontar um núcleo urbano, dotado além do mais de uma particularidade que serviria de chamariz para os habitantes da Corte e de outras cidades próximas: um clima ameno, que fazia bem à saúde. Ao lado do clima, como lembra Bento Luiz de Moraes Lisboa, a topografia foi outro fator que contribuiu para a expansão de Nova Friburgo: “Friburgo cresceu porque foi localizada em um local com facilidade topográfica de expansão, coisa que Cantagalo não tem.”¹¹ De fato, apesar de contar com uma imensa pro-

⁸ Cansação de Sinimbu, citado por Clélio Erthal, *Cantagalo – da miragem do ouro ao esplendor do café* (Niterói: Gráfica Erthal, 1992), p. 147.

⁹ Nelson Werneck Sodré, *História da burguesia brasileira* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964), p. 78.

¹⁰ Eliana Vinhaes, *Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local* (Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 1992. Dissertação de mestrado), p. 96.

¹¹ Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira em setembro de 1998.

dução cafeeira em seus arredores, a vila de Cantagalo não chegou naquele período a ser um núcleo urbano de expressão.

Por que era tão procurado o ar puro de Nova Friburgo? Primeiro, porque o Rio de Janeiro do século XIX era assolado por constantes epidemias de varíola e de febre amarela. Procurava-se a região serrana que limitava a baixada litorânea fluminense porque, de acordo com os médicos do Império, os surtos de doenças infecciosas eram provocados pelo “ar corrompido” que vinha do mar e pairava sobre a cidade. Os médicos recomendavam, assim, que os que pudessem se afastassem, sobretudo no verão, e prescreviam para os que ficavam restrições alimentares, algumas absurdas, como a condenação do consumo de líquidos. Outra providência que hoje faz sorrir era a ordem para que periodicamente fossem disparados tiros de canhão, a fim de movimentar o ar que as pessoas respiravam.¹² A chegada de navios estrangeiros ao porto era uma constante fonte de apreensão, pela possibilidade de contaminação. Sendo assim, o melhor que os ricos habitantes da Corte tinham a fazer era escapar do calor e das doenças subindo a serra. Mas o ar puro não era visto apenas como um meio de prevenir possíveis doenças trazidas pelo mar. Era também o único tratamento disponível para doenças do pulmão, como a tuberculose, numa época em que ainda não se conhecia a penicilina. Se eram famosos os sanatórios da Suíça, por que não experimentar hospedarias para doentes em Nova Friburgo?

Em 1848, segundo Sérgio Ioset Salusse Bittencourt-Sampaio em seu livro sobre o Hotel Salusse, havia somente três hospedarias para abrigar os forasteiros, veranistas ou doentes, que visitavam Nova Friburgo – a dos Salusse, a de Mindelino Francisco de Oliveira e a de Mme Clair. Nos anos seguintes novos estabelecimentos seriam registrados, como o de Gustavo Leuenroth, o de Pedro Boulanger, o de Amâncio José Pereira de Souza ou o de Francisco José de Magalhães, o que indica a expansão desse tipo de atividade.¹³

Já no início da década de 1870, a vila passou a contar com um centro hidroterápico, que se tornaria mais um elemento de atração de hóspedes.¹⁴ A hidroterapia foi um recurso utilizado pela primeira

¹² Cláudio Bertoli Filho, *História da saúde pública no Brasil* (São Paulo: Ática, 1996), p. 8-15.

¹³ Sérgio Ioset Salusse Bittencourt-Sampaio, *O Hotel Salusse em Nova Friburgo* (Rio de Janeiro: ZMF, 1997), p. 22.

¹⁴ As informações sobre o centro hidroterápico foram extraídas de Bittencourt-Sampaio, op. cit., p. 73-80.

vez por Vinzens Priessnitz (1790-1851) e no decorrer do século XIX ganhou popularidade no tratamento das mais diversas doenças, como anemia, diarreia, distúrbios mentais, reumatismo, tuberculose inicial, febres intermitentes e outras. No Brasil já haviam sido feitos alguns experimentos, mas não existia nenhum centro nos moldes do que foi fundado em Nova Friburgo em 1871 pelo médico italiano Carlo Eboli em sociedade com o Dr. Fortunato Corrêa de Azevedo. Carlo Eboli criou em Nova Friburgo uma clínica com os recursos mais modernos da “hidroterapia científica”. O tratamento consistia na utilização da água sob diferentes formas e temperaturas, em banhos, duchas, toalhas molhadas, loções. A ingestão de água fria também era recomendada. O tratamento completo incluía ainda um programa de exercícios físicos, a utilização de sudoríferos, massagens, e uma alimentação balanceada.

O Instituto Hidroterápico, que depois seria chamado Estabelecimento Hidroterápico de Nova Friburgo, foi instalado em um amplo prédio na Rua General Câmara, contíguo ao Hotel Central, onde ficavam hospedados os pacientes. Em caso de lotação do Hotel Central, estes eram encaminhados ao Hotel Salusse, que ficava próximo. O Estabelecimento passou a ser bastante procurado por pessoas que desejavam obter cura para seus males, mas não só por elas. No verão, a maioria dos hóspedes eram habitantes da Corte que subiam a serra para veranejar e aproveitavam a estada para desfrutar dos benefícios da hidroterapia.

No interior de um mundo rural, povoado de fazendas, a vila de Nova Friburgo detinha um outro trunfo importante: colégios, onde os jovens podiam receber uma instrução formal, considerada cada vez mais necessária para um bom desempenho na vida adulta. A vila começou assim a se firmar como um pólo de atração para a elite rural da região, que lá passou a construir casas e a educar seus filhos. Na verdade, os colégios friburguenses recebiam alunos não só das fazendas adjacentes, mas também do Rio de Janeiro e de outras províncias. Segundo Galdino do Valle Filho, em seu livro de memórias sobre a cidade, “uma nota característica da vida social de Friburgo foi a existência, em todos os tempos, de excelentes colégios que atraíam de toda a parte a juventude dourada das famílias abastadas”. No seu entender, houve uma “idade de ouro na vida da

cidade, que poderia chamar-se, sem exagero, de fase educacional”.¹⁵ As visitas dos pais dos alunos internos, como as dos demais forasteiros, também movimentavam as ruas e os hotéis e impulsionavam o comércio. Porém, mais que movimento, a educação deu a Nova Friburgo “uma certa feição presente nos próprios valores da sociedade local”, o que se refletia na imprensa, onde os problemas da educação ocupavam lugar de destaque.¹⁶



Colégio Anchieta em 1905.

As moças e rapazes que iam estudar em Nova Friburgo distribuíam-se entre o Colégio Feminino Friburguense, o Colégio Braune, o Colégio das Dorotéias, o Liceu (ou Lyceo, na grafia da época), o Colégio Freese e, finalmente, o Colégio Anchieta, fundado em 1886. A presença de um colégio jesuíta é por si só indicativa do caráter de centro educacional que Nova Friburgo adquiriu ao longo da segunda metade do século XIX. Quando, em 1885, o Padre José Maria Montero, de passagem pela Corte, propôs à Companhia de Jesus fundar um colégio na região de Cantagalo, recebeu resposta

¹⁵ Galdino do Valle Filho, *Lendas e lendas de Nova Friburgo* (Rio de Janeiro: Gráfica A Pernambucana, 1928), p. 55.

¹⁶ Heloísa Beatriz Serzedelo Corrêa, *Nova Friburgo - nascimento da indústria* (1890-1930), (Niterói, UFF. Dissertação de mestrado), p. 32.



Palacete de Elias Antônio de Moraes (2.º Barão das Duas Barras), em Nova Friburgo.

favorável à criação da instituição em Nova Friburgo. Logo em seguida o Padre Lourenço Rossi foi nomeado reitor do Colégio Anchieta, que foi instalado num casarão conhecido como Chateau, antiga sede da fazenda do Morro Queimado, que já tinha abrigado outros educandários. Em 12 de abril de 1886, na inauguração do colégio, foi celebrada uma missa na presença das famílias dos primeiros sete alunos.

Nos anos seguintes, o Anchieta ganhou fama pelo alto nível de seu ensino e passou a receber um número cada vez maior de estudantes. Por isso mesmo, em 1902 teria início a construção de uma nova sede, uma vez que o Chateau se tornara pequeno para abrigar o grande número de alunos. A revista *A Lanterna* deu especial destaque à construção do novo prédio, a ele referindo-se da seguinte forma: "O edifício do Colégio Anchieta, em véspera de acabamento, é considerado desde já um dos mais belos monumentos do Brasil. [...] Ocupa uma área de 5.000 metros quadrados, tem três andares e está situado sobre a encosta da montanha, dominando toda a cidade de Friburgo e arredores".¹⁷

O Anchieta, que recebia jovens de vários pontos do país e até alguns estrangeiros, chegou a ter, no início do século XX, aproximadamente 600 alunos matriculados. O reconhecimento da qualidade de seu ensino também pode ser atestado pelo fato de universidades estrangeiras, como a de Fribourg e a de Detroit, aceitarem os alunos ali formados sem necessidade de exames vestibulares. O currículo do colégio era bastante amplo, e havia ainda atividades extracurriculares, como aulas de esgrima, de tiro e de música, entre outras.¹⁸

Nesse quadro de expansão, logo se percebeu que a construção de uma ferrovia unindo o Rio de Janeiro a Nova Friburgo e a Cantagalo atenderia a vários interesses: serviria não só ao escoamento da produção cafeeira, mas também ao transporte de um contingente cada vez maior de veranistas e de estudantes com suas famílias. Assim, a Estrada de Ferro Cantagalo começou a ser construída em 1859, dois anos depois que Antônio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo, obteve a concessão do Imperador D. Pedro II. Em 1870 foi concluído o trecho entre Porto das Caixas e Cachoeiras de Macacu, e em 1873

¹⁷ Citado por João Raimundo Araújo, op. cit., p. 238.

¹⁸ Idem, ibidem.

o trecho entre Macacu e Nova Friburgo. A ferrovia, inaugurada com a presença do próprio Imperador, provocaria grandes transformações na vida local. Em 1897, um cronista assim descrevia o acontecimento que era a chegada dos trens de passageiros na estação: "E a cidade toda se desperta do seu recolhimento preguiçoso para vir espiar o trem e examinar a catadura dos passageiros que desembarcam. O trem segue a caminho de Cantagalo; e os recém-chegados a Friburgo, recebidos por suas famílias e amigos, que açodadamente se aglomeravam na estação, tomam a pé ou de carro, gárrulos e expansivos, o caminho do hotel ou de casas particulares."¹⁹

A partir da década de 1880, Nova Friburgo começou a sofrer mudanças no seu espaço urbano. A necessidade de embelezá-lo, tornando-o mais agradável não só a seus habitantes, mas também aos hóspedes cada vez mais freqüentes, era reconhecida como urgente pelos grupos políticos locais. Assim, a Praça Princesa Isabel (que na República passaria a se chamar 15 de Novembro) foi inteiramente remodelada, graças a Bernardo Clemente Pinto, Conde de Nova Friburgo, filho do Barão, que financiou a execução da obra. O projeto foi feito pelo famoso paisagista francês Auguste François Marie Glaziou, autor dos jardins da Quinta da Boa Vista e do Campo de Santana, bem como da reforma do Passeio Público, no Rio de Janeiro. Em 1892 foi ajardinada a Praça Paissandu, que algum tempo depois passaria por nova reforma.²⁰ Àquela altura, Nova Friburgo deixara de ser uma simples vila: por decreto de janeiro de 1890, passou à categoria de cidade.

Mas a cidade não atraía apenas turistas abastados e alegres. Atraía também os pobres da região e os escravos libertos, principalmente depois da Abolição, em 1888. Além de promover melhoramentos na paisagem urbana, a municipalidade procurou então criar mecanismos para controlar esses migrantes, instituindo medidas de higiene pública através da promulgação de um Código de Posturas, em 1893. Entre outras coisas, o código proibia a população de jogar "águas pútridas" e lixo nas ruas, vedava a manutenção de porcos no perímetro urbano, regulamentava o comércio ambulante e fixava multas para os trans-

¹⁹ Crônica publicada em *O Paiz* em 21 de janeiro de 1897, citada João Raimundo Araújo, op. cit., p. 126.

²⁰ Carlos Rodolpho Fischer, *Uma história em quatro tempos* (Nova Friburgo: Tip. da Fábrica de Rendas Arp, 1986), p. 66.

gressores. Nessa tentativa de substituir costumes identificados com a vida no campo por hábitos mais de acordo com a modernidade – ou com “a civilização”, como então se dizia –, pode-se perceber um início de atuação mais efetiva do poder público. Mas não se deve exagerar sua importância. Ao lado de uma organização governamental incipiente, representada pela Câmara Municipal e posteriormente pela Prefeitura, eram na verdade os donos das grandes fortunas que exerciam o papel de benfeitores da localidade. Os exemplos mais típicos são os do Barão e do Conde de Nova Friburgo, que, além de benfeitorias, deram à cidade, ao elegê-la como local de residência, um ar mais refinado. Pertenciam à família Clemente Pinto as mais suntuosas construções locais.

Em 1898, de acordo com o *Indicador Fluminense*, Nova Friburgo já possuía oito hotéis, oito escolas, um restaurante, nove casas de pasto, 16 botequins, dois cafés, um quiosque, cinco bilhares, oito barbearias, duas chapelarias, cinco padarias, duas confeitarias, quatro depósitos de cigarros e charutos, uma papelaria, cinco alfaiatarias, cinco marcenarias, oito sapatarias, três ferrarias, duas serralherias, três relojoarias, um ferreiro, três funilarias, uma tipografia, duas joalherias, duas colchoarias e uma chapelaria.²¹ Em 1900, de acordo com o IBGE, Nova Friburgo, com seus 16.117 habitantes, era a terceira cidade do centro-norte fluminense.²²

Toda essa expansão se deu na ausência de um elemento que hoje parece indispensável nos mínimos detalhes da vida cotidiana: a energia elétrica. Em 1898 a Câmara Municipal concedeu a um particular o direito de implantar e explorar a eletrificação pública e privada na cidade, mas até 1911 as obras ainda não tinham sido concluídas. Tal fato era um empecilho ao desenvolvimento da indústria, a atividade econômica que se anunciava no novo século como fonte de riqueza e esperança. Afinal, com o apoio da população, que chegou inclusive a promover uma “noite do quebra-lâmpioes”, o industrial Julius Arp obteve a concessão dos serviços de eletricidade e instalou em Nova Friburgo sua fábrica de rendas. A ela se seguiriam a fábrica Ypu, de ligas, passamanarias e suspensórios, de propriedade de Maximilian

²¹ *Indicador Fluminense*, 1898, ano 1 (Nova Friburgo: Editores Otilio Cardoso e Irmão, Tipografia Friburguense, 1898).

²² Heloísa Beatriz Serzedelo Corrêa, op. cit., p. 73

Falk; a fábrica de rendas e bordados M. Singen e Cia; a fábrica Filó e Cia, de Gustav e Ernest Otto Siems; a fábrica de ferragens Hans Gaiser. Além dessas grandes fábricas, formadas com capital alemão, surgiriam outros empreendimentos menores, dedicados à produção de macarrão, cerveja, salames, mortadelas e outros produtos.²³ Um novo capítulo se iniciava na história de Nova Friburgo.



Esta breve reconstituição dos primeiros cem anos de Nova Friburgo permite entender o que ali foram fazer aqueles que iriam se tornar os ocupantes da Chácara do Paraíso. Os nomes Voeber, Zahno e Thorin constam da lista de colonos levantada por Martin Nicoulin. Nela também aparece o nome da família Joset. A jovem Marianne Joset, chegada ao Novo Mundo aos 14 anos de idade, casou-se alguns anos depois com o francês Guillaume Salusse, capitão de longo curso da marinha mercante francesa que desembarcou no Rio de Janeiro e decidiu instalar-se na colônia dos suíços, não se sabe exatamente por quê. Eram os pais de Josephina Salusse.

Enquanto a vida da família Salusse, proprietária de um hotel que se tornou famoso, se confundia com a história da cidade, novos personagens foram chegando. Em meados do século veio para Friburgo o jovem José Antônio Marques Braga. Pode-se perguntar o que teria levado um jovem rico, educado, residente na Corte, a internar-se numa vila sem muitos atrativos, com menos de 500 habitantes. Ainda que a documentação não forneça respostas, pode-se supor que o motivo tenha sido a busca de tratamento para alguma doença grave. Essa é também a versão da memória familiar. O fato de ter-se casado com a friburguense Josephina Salusse certamente contribuiu para fixá-lo no lugar.

Alguns anos depois de José Antônio, chegaram à vila os irmãos Neves, de São João del Rei, filhos de abastado comerciante português e de senhora de longa genealogia. O primeiro, Galdino Emiliano, tinha se casado no Rio de Janeiro com Adelaide Monteiro de Mendonça e veio para as montanhas em busca de cura para a mulher. Esta não resistiu à tuberculose e o deixou viúvo com um casal de filhos

²³ Sobre a industrialização de Nova Friburgo, ver João Raimundo Araújo, op. cit., e Heloísa Beatriz Serzedelo Corrêa, op. cit.

pequenos, que foram criados por uma parenta em São João Del Rei. O segundo irmão, Galiano Emílio, sofrendo do mesmo mal da cunhada, também veio em busca de bons ares e teve melhor sorte. Fixou-se em Nova Friburgo e tornou-se proprietário do Colégio Freese, além de exercer vários cargos públicos. Pouco depois da vinda de Galiano, o terceiro irmão, Joviano Firmino, seguiu seu exemplo: também se mudou para Friburgo e passou a trabalhar no Colégio Freese, entre outras atividades. Joviano casou-se com Sophia Salusse, e pouco depois Galiano casou-se com a irmã desta, Josephina, que tinha enviuvado de José Antônio. Em 1870, Augusto, filho de José Antônio e Josephina, iria casar-se com a sobrinha do padastro, filha de Galdino Emiliano, chamada como a mãe Adelaide, mas conhecida como Zinha.

Finalmente, na segunda metade do século XIX, começaram a chegar a Nova Friburgo, vindo das fazendas da região de Cantagalo, os ricos Moraes, descendentes ou parentes do Barão das Duas Barras. O objetivo, dessa vez, era a educação dos jovens nos bons colégios da cidade. De fato, levantamento feito na lista de alunos matriculados no Colégio Anchieta no período de 1886 a 1922 mostra que nela constavam 25 rapazes ligados à família Moraes.²⁴

Amélia de Moraes, filha mais moça do Barão, e seu marido e primo Vicente Ferreira de Moraes, tinham sua residência principal na fazenda São Lourenço, mas adquiriram também uma casa em Nova Friburgo, onde estudaram alguns de seus filhos. Não foi esse o caso dos dois mais moços, Vicente e Henrique, que desde pequenos foram mandados para a casa da irmã mais velha, Meloca de Moraes Costa Reis, no Rio de Janeiro, para estudar. Mas o vínculo dos irmãos com Nova Friburgo permaneceu: a cidade das montanhas era o lugar da casa de seus pais, tios e primos, das férias na infância e na juventude. Tanto é assim que os nomes dos três podem ser vistos na lista de participantes do piquenique realizado na Chácara de D. Zinha Braga em 1902.

²⁴ Eram eles: Alberto Teixeira da Costa (1889-1894); Alfredo Pereira de Moraes (1897-1898); Álvaro Ferreira de Moraes (1887-1890); Antônio Corrêa de Moraes (1888); Augusto Marques Braga Júnior (1889-1890); Carlos Engert Milward de Azevedo (1901-1904); Euclides Veiga de Moraes (1898-1901); Galiano Emílio das Neves (1903-1908); Gastão Cornélio de Moraes (1886-1890, 1892); Guilherme Salusse (1916-1917); João Batista Marques Braga (1901); João Corrêa de Moraes (1888); João Ferreira de Moraes (1887-1890); João Pereira de Mello Moraes (1888-1890); João Pereira de Moraes (1897-1898); José Antônio Marques Braga (1886-1889); José Elias de Moraes da Fonseca Portella (1920); José Galiano Fontes das Neves (1903, 1905-1908); José Veiga de Moraes (1908-1912); Raul Moraes da Veiga (1888-1890); Renato Veiga de Moraes (1903-1911); Roberto de Moraes Veiga (1897); Roberto Grey (1910); Tancredo de Moraes Veiga (1897) e Thelio de Moraes (1887-1894).

No início do século XX, estando já distantes os tempos rudes dos pioneiros suíços e dos fazendeiros que desbravaram as matas de Cantagalo para plantar café, os descendentes dos Salusse, Marques Braga, Neves e Moraes, assim como os filhos de outras famílias abastadas, constituíam a elite friburguense, interligada por múltiplos laços de parentesco. A situação confortável e os hábitos de lazer dessa elite local descritos na notícia sobre o piquenique podem ser vislumbrados em outro registro na imprensa de Nova Friburgo, referente a uma “batalha de flores” realizada em março de 1900.²⁵ Escreve o jornalista:



Batalha de Flores no Carnaval em Nova Friburgo. Pequenina e os irmãos.

“Não podia ter-se revestido de maior brilhantismo a grande batalha de flores realizada em nossa pitoresca cidade no dia 21 do corrente, pois tudo concorreu para que os esforços da digna comissão [organizadora] fossem coroados do mais completo triunfo. A ornamentação artística dos carros, o entusiasmo delirante que reinou durante toda a festa, as toilettes das gentis senhoritas formaram um conjunto tão agradável, um quadro de tão variegadas cores que treme a nossa pena pela pobreza do colorido com que tem de reproduzir as mais variadas cambiantes que soube apresentar-nos o luxuoso e florido préstito que desfilara imponente pelas alamedas que circundam a Praça 15 de Novembro.”

²⁵ *A Sentinela*, 25 de março de 1900.

O jornal destaca alguns dos carros participantes do desfile, como por exemplo o de Augusto Marques Braga, "que tinha a seu lado a sua interessante irmã Pequenina e o Dr. Alberto Teixeira da Costa". O carro estava ornamentado em "estilo japonês: enorme e vistoso chapéu de sol artisticamente desenhado, trazendo pendentes das varetas guirlandas de papoulas; estava uma verdadeira tetéia"...

Tanto o piquenique quanto a batalha de flores evidenciam a existência em Nova Friburgo de uma cultura de elite marcadamente européia. Nesse aspecto, a alta sociedade serrana nada mais fazia que acompanhar os ditames da capital. Do fim do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a elite carioca viveu o que foi chamado de "Belle Époque tropical".²⁶ As famílias abastadas da "Suíça brasileira" fizeram o mesmo.

Como se pode ver pelo registro do jornal *A Sentinela*, Pequenina também estava presente ao piquenique de 1902. Não se sabe se foi aí que ela e Vicente, ambos com 15 anos, começaram um namoro, mas o fato é que oito anos depois viriam a se casar. Deviam mesmo guardar boas lembranças do Paraíso de sua juventude.

²⁶ Jeffrey D. Needel, *Belle Époque tropical* (São Paulo: Companhia das Letras, 1993).



"Meu neto, dá cá teu neto": Marianne Joset Salusse com a filha Josephina, o neto Augusto, a bisneta Maria José e o trineto Alberto.

OS PIONEIROS

Reza a lenda familiar

que Marianne Joset, a mãe de Josephina, teria desembarcado no Brasil órfã, aos 14 anos de idade, após perder toda a família num dos navios que trouxeram os suíços de Antuérpia para o Rio de Janeiro. Sozinha, ela teria conseguido sobreviver na terra estranha, casar-se e construir uma história que é bastante valorizada por seus descendentes. É também a memória familiar que atribui a permanência no Brasil do francês Guillaume Salusse, marido de Marianne, à queda de Napoleão. Em sua biografia do poeta Júlio Salusse, neto de Guillaume, Nilo Bruzzi faz um longo relato das aventuras militares do avô de seu biografado e chega a mencionar sua participação, em 1805 – teria então 17 anos –, na batalha de Trafalgar, em que a esquadra francesa foi fragorosamente derrotada pelos ingleses

comandados pelo almirante Nelson.¹ Segundo Bruzzi, a queda definitiva de Napoleão em 1815 e sua morte em 1821, bem como a restauração monárquica, teriam levado Guillaume a abandonar seu país natal. Apesar de não existir comprovação documental da participação de Guillaume Salusse na batalha de Trafalgar, é certo que possuía a medalha de ouro com os dizeres “*À ses compagnons de gloire sa dernière pensée. Ste. Hélène – Mai – 1821*”, que Napoleão mandou cunhar para distribuir entre aqueles que participaram de suas campanhas. A peça foi conservada por sua bisneta Regina Salusse.²

Convém verificar o que dizem os documentos. Segundo os dados levantados por Martin Nicoulin, entre os cerca de dois mil suíços que em 1819 emigraram para o Brasil, estava a família de Joseph Joset, oriunda de Courfaivre, pequena localidade agrícola com cerca de 450 habitantes situada no cantão de Berna. Joseph Joset era casado com Marie Françoise Bandelier, e o casal tinha dois filhos menores: Marianne, nascida em 1806, e Joseph, nascido em 1808. Na ocasião, Joseph, pai, tinha 54 anos, e Marie Françoise, 52, idade um tanto avançada para começar uma aventura em terras desconhecidas, o que apenas confirma que deviam enfrentar sérias dificuldades em seu rincão natal. A família Joset embarcou no veleiro *Deux Catherine*, que, de todos os navios da frota que rumou para o Rio de Janeiro, foi o que mais tempo levou para chegar. Entre a partida, em 12 de setembro de 1819, e o desembarque, em 4 de fevereiro de 1820, passaram-se 146 dias – quase cinco meses! O relato de um passageiro em carta citada por Nicoulin mostra quão precário era o controle sobre a marcha daqueles navios que dependiam do vento e das correntes para avançar:

“Por fim, em 7 de dezembro, avistamos as costas do Brasil. No dia 9, chegamos diante do porto do Rio de Janeiro. Estávamos bem. Como não se cuidara de lançar âncora durante a noite, a corrente nos arrastou dez léguas à esquerda. Bateu um vento contrário e fomos empurrados para longe. Por fim, em 3 de fevereiro, chegamos de novo às costas do Brasil.”³

¹ Nilo Bruzzi, *Júlio Salusse, o último Petrarca* (Rio de Janeiro: s. ed., 1950), p. 13-22.

² Regina Salusse, filha de Eduardo Salusse (Chachá), relatou em entrevista concedida em 11 de novembro de 2000 ter doado a medalha pouco tempo antes a seu sobrinho Ângelo Salusse.

³ Carta do colono Christe, de Bassecourt, citada por Nicoulin, op. cit., p. 160.

Além de ter voltado para trás quando estava prestes a chegar e de ter passado dois meses à deriva, o *Deux Catherine* foi a segunda embarcação em número de óbitos. Dos 357 passageiros, 77 sucumbiram às duras condições da travessia, o que significa que, em média, a cada dois dias ao menos um corpo era lançado ao mar.

A viagem deve ter sido extremamente difícil para os Joset. Embora não se saiba se Marie Françoise e o menino Joseph morreram a bordo ou já em terra firme, o fato é que não sobreviveram. Mas não foi esse o caso de Joseph, pai. Segundo informação de Sérgio Ioset Salusse Bittencourt-Sampaio, trineto de Marianne e Gillaume, Marianne e Joseph, ao chegarem a Nova Friburgo, foram morar na casa de número 61, compartilhada com outras famílias, como a do colono Jean Baptiste Lapère.⁴ A localização, nos Arquivos do Pró-Memória da Prefeitura de Nova Friburgo, dos registros da concessão de subsídios aos colonos pelo governo imperial em 1827 confirma que Joseph, pai, não morreu durante a viagem. Ao menos durante os sete anos iniciais, Marianne pôde contar com seu apoio.

Os documentos disponíveis não permitem acompanhar com precisão os primeiros anos de Marianne e seu pai na colônia de Nova Friburgo. Poder-se-ia supor que tivessem dirigido suas energias para o trabalho na lavoura, como os demais colonos. Podem até ter recebido um lote de terra, mas não há evidência de que se tenham deslocado para explorá-lo. Ao que tudo indica, Marianne e Joseph permaneceram o tempo todo na vila, dedicados ao comércio de pequeno porte. Também não se sabe como ocorreu a aproximação de Marianne com Guillaume Salusse, mas parece haver consenso quanto ao fato de que a união dos dois foi o ponto de partida para a constituição de uma grande família que se notabilizaria na comunidade local.⁵

Sérgio Ioset Salusse Bittencourt-Sampaio pesquisou a origem familiar e os primeiros anos de vida profissional de seu trisavô na França.⁶ Segundo ele, Guillaume Marius Salusse nasceu em Toulon em 1788, filho de Martin Salusse, nascido em 1757 e falecido possivelmente por volta de 1830, e de Anne Donnadieu. Os Salusse seriam provenientes da Itália (registram-se aí os nomes Saluce e Saluzzo), de onde

4 Bittencourt-Sampaio, op. cit., p. 32.

5 A menção à família Salusse nos livros que recuperam a memória local abona tal afirmação. Ver, por exemplo, Júlio Pompeu, *O álbum de Nova Friburgo* (Petrópolis: Oficinas Gráficas L. Silva e C., 1919).

6 Bittencourt-Sampaio, op. cit., p. 35-44.

teriam saído para se estabelecer no sul da França. Já os Donnadiou eram uma tradicional família francesa do Languedoc. Desde cedo Martin Salusse serviu à marinha francesa, exercendo atividades subalternas como as de auxiliar de vigilância da proa e de remador de galeras. Mas o mais importante é que viveu um dos momentos mais agitados da história da França, o da queda do Antigo Regime.

Segundo o historiador Ernest Labrousse,⁷ a Revolução Francesa pode ser dividida em três fases: a era das constituições (1789-1792), a era das antecipações (1792-1794) e a era das consolidações (1794-1815). A primeira correspondeu à tentativa de estabelecer um regime semelhante ao da monarquia constitucional inglesa. No entanto, a existência de vários grupos sociais com objetivos diferentes no seio do movimento revolucionário levaria a uma radicalização crescente na era das antecipações. O conflito político chegaria ao auge no chamado período do terror, quando milhares de pessoas foram presas e condenadas à morte na guilhotina. Por fim, a era das consolidações correspondeu à vitória da alta burguesia sobre os setores populares. A época do Diretório marcou o início desse período, em que foram banidos os elementos jacobinos e que culminou com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, em 1799.

A vida de Martin Salusse e de sua família foi marcada por esses acontecimentos. Com a radicalização do processo revolucionário e a instalação da chamada era do terror, Martin foi perseguido e viu-se obrigado a fugir de Toulon, deixando para trás mulher e filho. Diante de seu desaparecimento, em 1º de julho de 1798 Anne Donnadiou contraiu segundas núpcias com Paul Flamenc. Na verdade, quando se casou, Anne já vivia maritalmente com Flamenc havia alguns anos e tinha três filhos dessa união. Flamenc, segundo as informações levantadas por Bittencourt-Sampaio, tinha boas relações políticas e usufruía de boa situação econômica. Ao morrer, em 1838, era um conceituado negociante. A constituição dessa nova família possibilitou a Anne Donnadiou e a Guillaume melhores condições de vida. Ainda que não se tenham informações documentais precisas sobre a infância e a adolescência de Guillaume, pode-se supor que seu padrasto lhe tivesse garantido uma sobrevivência confortável e o acesso a uma boa educação, além de possivelmente ter exercido uma

⁷ Ernest Labrousse e Roland Mousnier, *Le XVIIIème siècle* (Paris: Puf, 1953).

influência política favorável às idéias revolucionárias que iriam marcar as opções futuras do jovem Salusse.

Com aproximadamente 13 anos, Guillaume ingressou na marinha francesa na qualidade de *mousse*, categoria de marujos com idade inferior a 16 anos que deveriam freqüentar um navio-escola até os 18 anos. Sua carreira entre 1802 e 1809 foi recuperada por Bittencourt-Sampaio na documentação do Serviço Histórico da Marinha Nacional Francesa, e por ela é possível acompanhar as promoções que obteve e as viagens que realizou.⁸ Bittencourt-Sampaio não menciona a batalha de Trafalgar em 1805, mas sem dúvida a juventude de Guillaume foi marcada pela figura do imperador dos franceses e pela disseminação dos princípios revolucionários.

Em 1810, ano em que completou 22 anos, Guillaume ingressou na marinha mercante. Como tenente e segundo-capitão, realizou viagens em rotas européias, até ser promovido a capitão de longo curso em 1819, o que lhe abriu a possibilidade de percorrer novos caminhos. Foi assim que em 1823 embarcou para o Brasil, onde permaneceria pelo resto da vida. É bem possível que o fim da era napoleônica e a crise socioeconômica daí advinda o tivessem levado, assim como a outros franceses, a deixar a pátria em busca de uma nova vida.

De fato, a vitória das monarquias absolutistas sobre Napoleão inaugurou um período conservador na Europa, durante o qual se tentou restaurar o Antigo Regime e a ordem absolutista em todas as regiões afetadas pelos ideais revolucionários de 1789. Também do ponto de vista socioeconômico, a França enfrentava grandes desequilíbrios. Entre 1789 e 1815 morreu cerca de 1,5 milhão de pessoas. Ocorreu ainda uma diminuição da taxa de natalidade, em função dos conflitos sociais e das guerras. Era grande o número de pessoas feridas e inaptas para o trabalho, o que favorecia a difusão de um clima psicológico depressivo. De acordo com o historiador Christophe Charle, a psicologia coletiva marcada pelo traumatismo da guerra e pela crise de subsistência teria provocado na França do início do século XIX, temporariamente, um movimento migratório.⁹ A emigração, aí também, se apresentava como uma possibilidade de melhoria de

⁸ Segundo os registros do Serviço Histórico da Marinha Nacional da França, Guillaume Salusse embarcou como *mousse* em Toulon, no *Le Jeanbars*, no dia 23 de setembro de 1801, com destino à Brest, na Bretanha. Entre 1802 e 1809 vários documentos assinalam sua presença em diversas embarcações que partiram de Toulon. A partir de 1808 Guillaume Salusse figura nas listagens na qualidade de *timonier aide* à 33. Bittencourt-Sampaio, op. cit., p. 41.

⁹ Christophe Charle, *Histoire sociale de la France au XIXème siècle* (Paris: Éditions du Seuil, 1991).

vida diante de um cenário mergulhado na mais profunda crise econômica e social.

Após uma temporada no Rio de Janeiro, Guillaume Salusse decidiu fixar-se em Nova Friburgo. O que o teria levado a trocar a Corte pela serra, não se sabe ao certo. Problemas de saúde, a melhor qualidade do clima, a possibilidade de conviver com uma comunidade de língua francesa? Talvez uma dessas razões, talvez todas elas. O que se sabe é que data de 1824 sua instalação na colônia dos suíços, então em processo de recuperação das dificuldades iniciais. A documentação disponível não informa sobre as atividades de Guillaume Salusse em seus primeiros anos em Nova Friburgo. A primeira informação documental encontrada é o registro de seu casamento com Marianne, realizado na igreja de São João Batista em 1830. Na mesma ocasião, foi feito o reconhecimento dos dois filhos do casal, Clorinda Francisca Josepha (Josephina), nascida em 1827, e Pedro Eduardo, nascido em 1829.¹⁰

Na década de 1830, os negócios dos Salusse deslancharam. Em 1831, Guillaume pediu autorização à Câmara de Nova Friburgo para instalar uma casa de pasto e um bilhar.¹¹ Guillaume certamente possuía algum capital, e Marianne tinha uma grande disposição para o trabalho. Ambos perceberam que a expansão da cultura do café em Cantagalo, e a conseqüente intensificação da circulação de tropeiros e de mercadorias entre o interior e a Corte, faziam da vila de Nova Friburgo um ponto de parada obrigatório. Restava-lhes aproveitar o mercado que ia surgindo. Em 1834, Marianne solicitou à Câmara licença para “continuar a vender, em sua casa de negócio, secos e molhados”.¹² Com essa iniciativa, a jovem mulher de 28 anos dava indícios de sua capacidade empreendedora, que só iria aumentar nas décadas seguintes. Foram crescentes os investimentos do casal na compra de imóveis ao redor da praça principal da vila. Em outubro de 1836, Guillaume comprou sete “casas coloniais”, ou seja, casas que anos antes haviam sido construídas para receber os colonos suíços.

Em 1837, Marianne deu mais um passo na ampliação de suas atividades ao inaugurar uma hospedaria para os doentes que se dirigiam a

¹⁰ O registro está no Livro de Casamentos da catedral de São João Batista, em Nova Friburgo.

¹¹ Arquivos do Pró-Memória da Prefeitura de Nova Friburgo. Atas da Câmara, pasta 133, documento n. 45, datado de 11 de janeiro de 1831.

¹² Idem, documento de 14 de setembro de 1834.

Nova Friburgo em busca de um clima ameno e saudável, capaz de restaurar a saúde, especialmente daqueles que padeciam de tuberculose pulmonar. Surgia aí o núcleo inicial do que viria a ser mais tarde o Hotel Salusse. Nota-se, com relação à origem do hotel, uma divergência entre a memória familiar e a documentação encontrada. Aquela considera que o Hotel Salusse resultou da iniciativa de Marianne de passar a cobrar diárias dos amigos do marido que constantemente se hospedavam em sua casa. Esta indica que a origem do famoso hotel foi mesmo uma hospedaria para doentes: em 1839 Guillaume Salusse apresentou um requerimento à Câmara Municipal solicitando “licença para receber doentes em casa”.¹³

Tal iniciativa revela a capacidade de avaliação econômica do casal. Do momento em que a colônia atraía viajantes em busca de cura, os Salusse, a despeito dos riscos e do trabalho implicado no trato de doentes, iniciaram esse tipo de atividade. Seu senso de negócios não os deixava descuidar da cobrança dos aluguéis dos quartos nem mesmo após o falecimento dos hóspedes. Quando um hóspede morria sem efetuar os pagamentos devidos, a única alternativa possível era recorrer à Justiça, e isso foi feito em 1838, contra Pedro Celestino Guibert, e em 1846, quando o casal Salusse requereu a posse dos bens — um escravo, um relógio e roupa — do finado devedor Henrique Korfle.¹⁴ Esses eram os recursos possíveis para evitar prejuízos e garantir o sucesso da hospedaria, que deve ter-se firmado como hotel já em 1841, quando aparece uma primeira referência no *Almanak Laemmert*.

Não foram apenas os negócios do casal que se ampliaram durante esse período. A família também cresceu bastante. Em 1831 nasceu Júlia Michaela; em 1833, Guilherme; em 1835, Júlio Marius; em 1838, Jean Edmond; em 1841, Maria Amélia, e em 1846, Sophia. Sustentar e educar todos esses filhos deve ter sido um grande desafio, especialmente para Marianne, que se desdobrava entre seus diferentes afazeres.



A pequena e simples hospedaria criada no fim da década de 1830 com a finalidade de receber doentes aos poucos foi crescendo, e na segunda metade do século tornou-se um dos mais importantes hotéis

¹³ Idem, documento de 16 de setembro de 1839.

¹⁴ As informações referentes aos processos de cobrança também se encontram nos Arquivos do Pró-Memória da Prefeitura de Nova Friburgo.

da cidade. Ao comentar a vocação de estação de veraneio de Nova Friburgo, Galdino do Valle Filho destaca o papel do Hotel Salusse. Diz ele:

“Bem freqüentado por uma elite social que se abalava do Rio de Janeiro aos primeiros calores do estio acossada pelo pavor da febre amarela, regurgitante de hóspedes que de toda a parte acorriam para as duchas de que, graças à iniciativa do Dr. Eboli, a cidade mantinha então o privilégio, o Hotel Salusse era então o *clou* social e o centro da *season*.”¹⁵

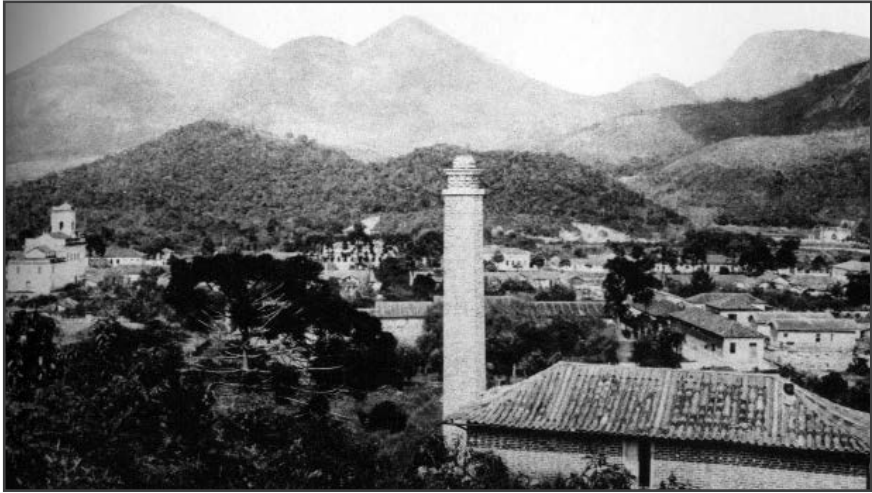
A memória familiar conserva a imagem do hotel como um ambiente luxuoso, repleto de objetos requintados. Segundo Beatriz Getulio Veiga, o hotel “tinha peças de jacarandá, obras de arte, louças, porcelanas. Inclusive, muitas coisas, Marianne mandou buscar quando recebeu o Imperador.”¹⁶ Consta que o Imperador, quando foi a Nova Friburgo em 1873, para a inauguração da estrada de ferro, fez questão de conhecer de perto o Estabelecimento Hidroterápico e seus modernos aparelhos, mas não há comprovação de que tenha estado no Hotel Salusse.

Em 1875, Guillaume Salusse morreu. Seu inventário, datado do mesmo ano, permite perceber o porte do hotel na época.¹⁷ Eram 30 quartos com mobiliário semelhante, mas que se diferenciava pela qualidade do material e pelo estado de conservação, o que influenciou na avaliação. Os móveis do quarto número 10, por exemplo, foram avaliados em 90\$000, os do número 4 em 50\$000, e os do número 15 em 20\$000. O hóspede que se alojasse no quarto número 10 disporia de “uma cama de casal americana, pintada; uma cômoda de cedro; um lavatório de vinhático com pedra mármore e espelho oval; uma mesa de jacarandá; uma mesa de cabeceira americana; duas cadeiras de jacarandá; um jarro, uma bacia, uma moringa, dois colchões, travesseiros, duas almofadas e outro espelho”; no quarto número 4, de “duas marquesas, uma mesa com gaveta, uma cômoda,

¹⁵ Galdino do Valle Filho, op. cit., p. 63.

¹⁶ Entrevista a Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo de Castro Leal em 4 de abril de 1998.

¹⁷ O inventário de Guillaume Salusse foi localizado por acaso no depósito do Foro de Nova Friburgo, onde documentos são conservados sem organização e em péssimas condições. Foi feita uma cópia do documento mas nada garante que o original possa ser encontrado novamente em meio a um caos de poeira e papéis.



Nova Friburgo, em 1870.



Hotel Salusse, em Nova Friburgo, 1890.

um lavatório com pedra e espelho, de cedro e em mau estado, três colchões, seis almofadas, um jarro, uma bacia, uma moringa e duas cadeiras”; no quarto número 15, de “uma marquesa quebrada; uma cômoda quebrada (pintada à americana); uma mesa; um lavatório; uma cadeira ordinária; dois jarros; dois colchões; duas almofadas; um travesseiro e uma bacia ordinária”.

Os avaliadores do espólio de Guillaume Salusse não mencionavam obras de arte. Descreviam o salão de baile do hotel como guarnecido com uma mobília de mogno composta de sofá com assento de palhinha, quatro cadeiras de braço, 17 cadeiras singelas e seis aparadores; uma mobília de peroba composta de um sofá com assento de palhinha, quatro cadeiras de braço e 18 cadeiras singelas; e uma mobília austríaca com sofá de encosto e assento de palhinha e 28 cadeiras. Eram mencionadas também duas jarras para flores, um lustre de bronze e mais dois outros de material não especificado, com 12 luzes cada um, e quatro grandes espelhos com molduras douradas.

Um item de grande valor, que se destacava naquele ambiente especialmente preparado para os encontros sociais, era um piano francês da marca Pleyel. O piano, naquela época, não era meramente um instrumento musical, era o símbolo de um padrão de sociabilidade europeu. Segundo o historiador Luiz Felipe Alencastro, o piano foi “a mercadoria-fetiche dessa fase econômica e cultural”. Diante daquele “móvel aristocrático”, “saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo”.¹⁸

Freqüentado pela elite de Nova Friburgo e também da Corte, o salão do Hotel Salusse parece ter sido palco de grandes bailes nos meses mais quentes do ano. O fascínio exercido pelo local fica patente na nota do jornal *A Sentinela* em 1902:

“Quem vai naquele salão de arquitetura antiga, ao penetrá-lo, sente a impressão que sentiria quem, feliz, transpusesse os cristalinos umbrais do encantado palácio das ‘Mil e Uma Noites’ onde à mão delicada da trêfega Fada Azul não escapou o mais pequeno senão.”¹⁹

¹⁸ Luiz Felipe Alencastro, *Vida privada e ordem privada no Império*, em Luiz Felipe de Alencastro (org.), *Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2 de *História da vida privada no Brasil*, dir. de Fernando Novais, op. cit., p. 47.

¹⁹ *A Sentinela*, 10 de fevereiro de 1902. Esta é a epígrafe do livro de Bittencourt-Sampaio, *O Hotel Salusse*, op. cit., p. 10.

É com base nesse tipo de registro que Sérgio Bittencourt-Sampaio assim reconstitui o brilho do salão:

“Em contraste com a severidade e monotonia da fachada, destacavam-se a opulência e o requinte do salão de festas, o mais amplo da cidade, decorado com belíssimo material de procedência francesa: densas cortinas de cor púrpura, belos e longos espelhos guarnecidos com galerias áureas minuciosamente esculpidas em toda a extensão das paredes, os quais desdobravam ao infinito as imagens realçadas por resplandcentes lustres de cristal e candelabros.”²⁰

Talvez o testemunho mais interessante seja o de Machado de Assis, que, em crônica datada de 1893, menciona suas “reminiscências culinárias” e “coreográficas” do hotel de Marianne, onde esteve em 1879, quando foi a Friburgo para descansar e cuidar da saúde abalada. Em tom nostálgico, escreve:

“Oh! Bons e saudosos bailes do salão Salusse! Convivas desse tempo, onde ides vós? Uns morreram, outros casaram, outros envelheceram; e, no meio de tanta fuga, é provável que alguns fugissem. Falo de quatorze anos atrás. Resta ao menos este miserável escriba que, em vez de lá estar outra vez, no alto da serra, aqui fica a comer-lhe o tempo.”²¹



Após a morte de Guillaume, em 1875, Marianne ainda viveu muitos anos. Só iria falecer em 1900, aos 94 anos de idade. Chamada por toda a família de *Grand Maman*, conviveu com netos e bisnetos e chegou a posar para uma foto com um trineto no colo. Beatriz Getulio Veiga relata um episódio que demonstra que na infância de sua mãe Mariana, bisneta de Marianne, o velho Hotel Salusse ainda era um ponto de encontros familiares. Nessas reuniões não faltavam estripulias de crianças: “Mamãe contava que nos grandes jantares que a *Grand Maman* dava, de Natal ou coisa assim, mandavam as crianças dormirem, mas elas ficavam brincando. Juquinha, que era o mais

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 70.

²¹ Crônica publicada em *A Semana* em 22 de janeiro de 1893. Machado de Assis, *Obras Completas III* (Rio de Janeiro: Aguilar, 1962).

velho, comandava, e quando acabava o jantar, ele, Mamãe, Pequenina, Lalaide, Gugusto e João Batista corriam para a sala e bebiam o resto de vinho que ficava na mesa. Depois ficavam todos muito cansados e iam dormir...”



Capitão Guillaume Salusse.

A grande figura do Hotel Salusse era sem dúvida Marianne, a pioneira suíça, que desempenhava um papel-chave não só nos negócios da família, como na vida social da cidade. A história de Marianne é contada como uma saga por seus descendentes, que a consideram a figura central da família, por sua obstinação e capacidade de trabalho. Guillaume Salusse é também celebrado, sobretudo por seu passado bonapartista, mas é patente nos relatos a secundarização de seu papel em comparação com o de Marianne.²²

²² Sobre a construção da memória familiar em torno de Marianne Salusse, ver Marieta de Moraes Ferreira e Camila Dantas, *Immigration and memory*, em *Proceedings of the XI International Oral History Conference*, vol. 1 (Istambul, Turquia, 2000).

Há um episódio narrado pelos descendentes no qual são enfatizados o espírito prático e a coragem de Marianne em face das dificuldades da vida. Conta-se que certa ocasião houve um incêndio no Hotel Salusse. Diante do cenário de destruição, Guillaume ter-se-ia posto a chorar e a lamentar os estragos. Marianne teria reagido, dizendo ao marido: "Chore até as seis horas e depois levante-se e retome o trabalho!" Não foi encontrada qualquer documentação escrita que confirmasse a ocorrência de um incêndio no Hotel Salusse, mas o que importa nessa pequena anedota familiar é que ela expressa a força das representações da família em torno da figura de Marianne.

Na memória familiar, os casamentos, o nascimento de um novo membro ou o falecimento de um parente são em geral marcos simbólicos significativos, análogos às guerras ou outros tipos de ruptura na história das sociedades.²³ É curioso que a memória dos descendentes dos Salusse não tenha retido o fato de que, quando o casamento de Marianne e Guillaume foi celebrado em 1830, foi também feito o registro dos dois primeiros filhos do casal, Josephina, nascida três anos antes, e Pedro Eduardo, nascido no ano anterior. Esse "não-dito" nos depoimentos dos descendentes enfatiza um outro aspecto prezado pelo núcleo familiar, ou seja, o dos valores tradicionais católicos. A imagem de Marianne não deveria estar associada ao descumprimento da regra preconizada pela Igreja, segundo a qual só se deve ter filhos após o casamento.

O importante na imagem de Marianne, para a memória familiar, está em seu papel de *Grand Maman*, em sua função, nas palavras de seu trineto Sérgio Ioset Salusse Bittencourt-Sampaio, de protagonista de um "núcleo matriarcal". Do Hotel Salusse, palco de bailes memoráveis, Marianne exercia uma grande influência sobre os membros da família, como ficou registrado na memória de sua trineta Beatriz Getulio Veiga: "Uma das pessoas mais importantes na família foi Marianne Salusse. Foi uma mulher que mandou os filhos estudarem, mandou os netos para a Europa, casou a todos muito bem. Foi um baluarte da família. Todos a consideravam, e a prova é que no Natal e nas festas de fim de ano não havia um membro da família que não fosse beijar-lhe as mãos. Acho isso de uma importância extraordinária."

²³ Ecléa Bosi destaca o papel desses eventos enquanto marcos simbólicos fundamentais na estruturação das memórias familiares. Ver *Memória de velhos*, em Boris Fausto, *Negócios e ócios* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997), p. 7.



Josephina Salusse Marques Braga (Óleo de autor desconhecido).

INTEGRAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL

A idéia de que Marianne Joset Salusse

casou os filhos muito bem é bastante difundida entre seus descendentes. Assim como Beatriz Getulio Veiga, Sérgio Bittencourt-Sampaio afirma que Marianne exerceu um papel fundamental na articulação dos casamentos dos filhos: “Ela pensou muito bem em com quem casar os filhos. Os genros eram donos de terras: Marques Braga, o pessoal dos Neves, Teixeira da Costa... A exceção, entre os filhos, foi o pintor Pedro Eduardo Salusse, que foi para a Europa e se casou em Paris com uma belga. Talvez Marianne não tivesse tido controle sobre essa situação.”¹

Sem dúvida, diferentemente do que aconteceu com a maioria dos colonos suíços, os filhos de Marianne não se casaram com

¹ Entrevista concedida em 17 de julho de 1998.

descendentes de seus conterrâneos ou com membros da comunidade local. Casaram-se com gente de fora da colônia – por sinal, a própria Marianne havia dado o exemplo, unindo-se não a um suíço, mas a um francês. Diferentemente, também, dos colonos que se internaram em seus lotes para se dedicar ao cultivo da terra, Marianne e Guillaume permaneceram na cidade. Os primeiros, com a ocupação luso-brasileira da vila de Nova Friburgo e seus arredores, acabaram por ser marginalizados: passaram a casar-se entre si e foram alijados das posições de destaque na vida econômica e social do lugar.² Marianne e Guillaume, ao contrário, buscaram uma atividade econômica urbana e investiram num negócio que implicava o contato com gente de outras regiões do país. Na segunda geração, a família passou a aliar-se a essa gente pelo casamento. Embora não se possa comprovar o empenho pessoal de Marianne nas alianças matrimoniais de seus filhos, é possível falar em uma estratégia familiar voltada para a integração, que por sua vez abriu a possibilidade de ascensão social.

Marianne e Guillaume tiveram oito filhos, quatro mulheres e quatro homens, dos quais um casal permaneceu solteiro. Dos filhos homens, dois se casaram longe das vistas de Marianne, e um se uniu a uma moça de um município vizinho. Nem todos os maridos das três filhas casadas eram donos de terras, mas todos tiveram uma boa posição na sociedade local e todos ocuparam cargos políticos. Na virada do século, os netos e bisnetos do casal Salusse pertenciam à elite de Nova Friburgo e participavam de acontecimentos sociais registrados pela imprensa local.



A chegada a Nova Friburgo, em 1843, de José Antônio Marques Braga iria ter um papel fundamental na ascensão social da família Salusse. Nascido na travessa de São Francisco de Paula e batizado em 21 de agosto de 1820 na matriz de Santa Ana, no Rio de Janeiro, o jovem rapaz era filho de José Antônio Marques Braga, comerciante português de grande porte estabelecido na Corte, e de Gertrudes Cândida d'Assumpção, cuja origem se desconhece. Na ocasião do batismo, seus pais não eram casados. O casamento só seria oficiado em maio de 1831, quando Gertrudes já se encontrava em seu leito de morte. Menos de um mês após a celebração do matrimônio, Gertrudes faleceu.

² Jorge Miguel Mayer e José Carlos Pedro, *Vida e morte na colônia de Nova Friburgo: um estudo demográfico* (Nova Friburgo, 1991, mimeo).



José Antônio Marques Braga (Óleo de autor desconhecido).

As informações disponíveis sobre José Antônio Marques Braga, pai, fornecidas por documentação cartorial depositada no Arquivo Nacional, são de que nasceu em 1787, em Braga, Portugal, em algum momento veio para o Rio de Janeiro, e em 1812, já estabelecido, com boa reputação e crédito na praça, obteve sua matrícula na Junta de Comércio como comerciante de grosso trato. Possuía em Ponta de Areia, Niterói, um estaleiro para construção e reparo de navios. Pelas escrituras de compra e venda de embarcações, percebe-se que mantinha relações comerciais com várias cidades portuárias do país, na Bahia e na região Sul, além de Buenos Aires.³

Aos nove anos de idade, José Antônio, filho, foi mandado à Inglaterra para estudar. Ali estava quando sua mãe faleceu. Como único herdeiro, recebeu, de acordo com o testamento de Gertrudes, três casas no bairro do Catete, no Rio de Janeiro, nove escravos e um verdadeiro baú de tesouros, por ela mesma minuciosamente descritos.⁴

"Declaro que possuo três fios de pérolas finas de pulseiras, com 16 fios cada uma, eixo de ouro; um fio grande de pérolas de pescoço com uma medalha de ouro circundada de pérolas finas; dois pares de brincos de diamantes grandes, e mais um par de brincos de pérolas finas, dois pares de rositas de orelha, uma de brilhante e outra de diamante; um par de brincos de brilhante e outro de ouro; duas voltas de corais engrazados em ouro; um relógio de ouro encravado de pérolas finas; um par de pulseiras de ouro; um faqueiro de dúzia com todos os seus pertences, bules, açucareiro, salvas grandes, três pares de castiçais, tudo de prata; duas peças de ouro; um pouco de moedas de vários valores, tudo de ouro."

Aos 16 anos, o rapaz retornou ao Brasil na companhia de Alex Reis, comerciante britânico amigo de seu pai. Chegando ao Rio de Janeiro, trabalhou por pouco tempo no escritório comercial de outro amigo do

³ Alguns documentos referentes às transações comerciais realizadas por José Antônio Marques Braga, conservados no Arquivo Nacional, dão idéia da dimensão de seus negócios. Há, por exemplo, um documento de venda de uma sumaca (antigo navio a vela) denominada *Ligeira*, "com todas as importâncias e aparelho, pronta a navegar a qual se acha no porto desta cidade", a Manuel Ribeiro, em 22 de novembro de 1816, por um conto de réis; outro de venda de uma galera chamada *Novo Supique* a Joaquim José Cardoso Guimarães em 29 de maio de 1824, por dois contos de réis; outro que mostra a negociação para "a vinda de uma escuna" da Bahia, em 21 de janeiro de 1833.

⁴ O testamento, firmado em 27 de maio de 1831, está depositado no Arquivo Nacional.

pai, o homem de negócios inglês Diogo Kenny. Logo em seguida foi mandado para Buenos Aires, onde fez um estágio para conhecer os negócios paternos naquela cidade. Em 1841 voltou ao Rio de Janeiro para estabelecer uma casa de comércio que mantivesse relações com a firma de Buenos Aires. Finalmente, a esmerada educação do filho do velho José Antônio Marques Braga estava concluída, capacitando-o a assumir os negócios da família. No entanto, em 1843, José Antônio, então com 23 anos, retirou-se para Nova Friburgo.

Todas essas informações constam de um processo judicial aberto por ocasião da morte de José Antônio Marques Braga, pai, ocorrida em 1855 em Paris, no qual José Antônio, filho, requer o recebimento da herança que lhe cabe e, para tanto, é obrigado a comprovar ser filho legítimo do morto.⁵ Nesse processo encontram-se cópias de seu assentamento de batismo, do registro de casamento de seus pais e do testamento de Gertrudes, bem como os depoimentos de quatro testemunhas que narram a trajetória de José Antônio, filho, até aquele momento. Entretanto, nenhuma das testemunhas menciona as razões que o teriam conduzido a Nova Friburgo.

Em fevereiro de 1845, dois anos após a chegada a Friburgo, tempo que talvez tenha levado para se recuperar de alguma doença grave, José Antônio casou-se com Josephina Salusse, então com 18 anos, nascida Clorinda Francisca Josepha, e chamada também durante certo tempo, parece que por sua própria escolha, de “Eglantine”. Um ano e meio depois, em 24 de julho de 1846, nascia o terceiro José Antônio Marques Braga, apelidado de Juca, o primeiro neto do casal Salusse. Para receber o herdeiro, José Antônio comprou, em 26 de fevereiro daquele ano, seus primeiros imóveis em Nova Friburgo — duas casas e um terreno na rua Direita, onde a família passou a residir. Em 1849, nasceu Augusto Marques Braga, o segundo filho do casal.

José Antônio Marques Braga já chegou a Friburgo provido de recursos, herdados de sua mãe, mas é provável que eles tenham aumentado por uma doação de seu pai antes de se mudar para Paris. Ao menos, a data de seus primeiros investimentos em imóveis antecede de um ano o nascimento de um meio-irmão na capital francesa. Ali, o velho Marques Braga teve mais dois filhos, além do que deixou

⁵ Arquivo Nacional, Tribunal da Relação, caixa 827, n. 272 (SDJ).

no Brasil: Pierre Marques Braga, nascido em 1847, e Joseph Pierre Marques Braga, nascido em 1852, ambos reconhecidos por ocasião de seu casamento com a mãe dos meninos, Marie Anne Grandmouge, em 1853. O fato é que em 1846 José Antônio investiu parte de seu capital em imóveis na praça principal de Friburgo, em 1858 já era dono da Chácara dos Inhames, e em 1861 adquiriu grande quantidade de terras, tornando-se proprietário da fazenda São Bento. Só em 1862 sairia a sentença favorável ao processo que abrira em 1855, o que veio acrescentar a seus bens nove casas em Niterói no valor de 66:554\$000 (66 contos e 554 mil réis).



Jovens das famílias Marques Braga, Neves e Salusse na Fonte do Suspiro, em Nova Friburgo.

A instalação de José Antonio na pequena vila de Nova Friburgo, habituada a padrões modestos, certamente representou a introdução de novas maneiras e novos hábitos de consumo. Seu inventário, feito no ano de sua morte, 1864, constitui um instrumento rico para se avaliar sua vida cotidiana.⁶ Por ele se pode não apenas conhecer a fortuna que legou a Josephina e a seus dois filhos, estimada em aproximadamente 210:000\$000 (210 contos de réis), mas também observar o grau de sofisticação do espólio. Um dos itens que chamam a atenção é uma biblioteca com mais de 100 volumes. De acordo com Josephina, os livros, em virtude de seu valor, só poderiam “ser avaliados por pessoas peritas”.

⁶ O inventário está depositado no Juízo de Órfãos de Nova Friburgo.

A lista das obras foi feita por Cristóvão Vieira de Freitas, que avaliou a biblioteca em 4:177\$000 (4 contos e 177 mil réis).

Eis algumas das obras arroladas: *Histoire du Consulat et de l'Empire*, de Thiers (20 v.); *Histoire de la Révolution Française* (10 v.); *Mémoires*, de Saint-Simon (20 v.); *Fulbering's Works* (12 v.); *Adrimon's History of England* (7 v.); *Notre Dame de Paris*, de Victor Hugo (3 v.); *Histoire de la Marine Française* (5 v.); *Byron's Works* (6 v.); *Brazil and Brazilians* (1 v.); *Bíblia Sagrada*; *Oeuvres*, de Rousseau (8 v.); *Fables de La Fontaine*; *Dictionnaire Français*, Roquette; *Souvenirs*, de Lamartine; *Dictionnaire Français*, de Biseburelle; *Dictionary Français-Anglais*, de Fleming and Pittens; *The Imperial Dictionary* (3 v.); *Dictionnaire*, de Saint Laurent; *Encyclopédie de Connaissances Utiles* (2 v.); *Dictionnaire*, de Lafaye; *Dicionário de Português*, de Moraes; *Dictionnaire des Sciencies et des Letters*, de Bornillet (2 v.); *Dictionnaire d'Histoire et Géographie*, de Bornillet (2 v.); *Dictionnaire*, de Belize; *Illustrated Works*, de Shakspeare; *Encyclopedia of English Literature* (2 v.); *Smolett's Works*; *Walter Scott's Works*; *Hilton's Works*; *Shakespeare Complete Works*; *Atlas de Gergin*; *Atlas*, de Thiers; 6 *Mapas Topográficos*.

A biblioteca de José Antônio revela seu interesse intelectual, que o levou a adquirir ao longo da vida livros de história, obras clássicas da literatura, enciclopédias e dicionários de inglês, francês e português. O mobiliário de sua casa, igualmente discriminado em seu inventário, também é elucidativo de seu padrão de vida. Dele faziam parte uma mobília com 12 cadeiras, dois consoles, uma mesa oval e um sofá; uma mobília de mogno com oito cadeiras, dois sofás, três consoles, uma mesa redonda e um espelho; um sofá estofado e duas cadeiras; um piano; um candelabro; dois jarros com flores; um par de castiçais com mangas de vidro; duas estantes para livros; uma mesa grande redonda; uma pequena escrivaninha; uma mesa para jantar; 24 cadeiras de palhinha; uma cadeira de balanço; um guarda-louça; quatro armários; dois toucadores; quatro cômodas; dois lavatórios; cinco marquesas velhas; quatro mesas pequenas; dois espelhos pequenos; um divã; um aparador, e duas mesas velhas.

Além dos investimentos imobiliários, José Antônio não parece ter feito aplicações produtivas em Nova Friburgo. Apesar de constarem de seu inventário ações (por exemplo, títulos da Companhia Férrea responsável pelo caminho de ferro de Paris a Orléans e da Companhia de Minas do Loire), esse tipo de bem não constituía a base de seu espólio. A memória familiar e os documentos disponíveis não dão indícios de que José Antônio tivesse demonstrado capacidade empresarial ou interesse pelos negócios. Na época de seu inventário, os "bens de

raiz” perfaziam cerca de 170:000\$000 (170 contos de réis), ou aproximadamente 80% do seu monte-mor. A compra de imóveis e terras representou mais uma imobilização de capital do que propriamente uma estratégia de investimento com vistas a aumentar o patrimônio.

Se é verdade que José Antônio Marques Braga tinha um estilo de vida mais requintado, é preciso notar também que seus bens não chegavam aos pés das grandes fortunas da elite cafeeira, sobretudo da maior da região, a do Barão de Nova Friburgo. Ao falecer, em 1872, o Barão legou a seus herdeiros a impressionante quantia de 774.425 libras, que equivaliam a mais de 8.000:000\$000 (8 mil contos de réis), ou seja, cerca de 38 vezes o monte-mor de Marques Braga. De toda forma, José Antônio desfrutou de condições privilegiadas e, além disso, participou da política local como vereador, de 1862 até morrer, em 1864.

Dois anos depois da morte do marido, a rica viúva Josephina casou-se com Galiano Emílio das Neves, então proprietário do Colégio Freese, que passou a administrar seu grande patrimônio. Na época, Juca e Augusto, de 20 e 17 anos, foram enviados à Europa, onde contaram com o apoio dos tios maternos Jean Edmond Salusse e Adalgisa Pinto Leite e cursaram a Escola de Comércio de Paris. Já em 1867 os dois rapazes regressavam a Nova Friburgo e tomavam posse dos bens herdados do pai. Nesse meio tempo, a família havia aumentado: em outubro de 1866 nascera Galiano Emílio das Neves Jr. (Chonchon). Em 1870, Galiano foi a São João del Rei acompanhado da mulher, dos enteados e do filho pequeno para visitar os parentes que lá permaneciam. Dessa viagem resultou o casamento de Augusto Marques Braga, filho de Josephina, com Zinha, sobrinha de Galiano. Quanto a Juca, nunca se casou.

Quando Josephina faleceu, em 1899, seu obituário no jornal *A Sentinela* esclarecia que fora com seu primeiro casamento que “a primogênita de um casal de jovens e pobres colonos [se tornara] uma senhora rodeada de conforto e do bem-estar que lhe devia reservar a fortuna do seu marido”. A partir daí Josephina Salusse passara a ser a “elegante e respeitada Mme Braga”, ainda segundo *A Sentinela*, “a mais brilhante estrela da nossa sociedade, animada e comunicativa, hoje organizando um sarau esplêndido ou um *pic-nic* ruidoso e alegre”.⁷



⁷ *A Sentinela*, 4 de junho de 1899.

A sucessora de Josephina foi sua nora Zinha Braga, também afei-ta, com se viu, à vida social. Augusto e Zinha tiveram oito filhos, mas três morreram pequenos. Sobreviveram Maria José (Neném), nascida em 1874, José Antônio (Juquinha), nascido em 1876, Augusto (Gugusto), nascido em 1878, Adelaide (Pequenina), nascida em 1887, e João Batista, nascido em 1888. Todos foram educados em Nova Friburgo, com exceção de Juquinha, que estudou nas Escolas de Comércio de Londres e da Suíça. Neném casou-se com Alberto de Oliveira Maia e teve um filho, Albertinho; Juquinha casou-se com Laura Sanches e teve II filhos; Gugusto morreu solteiro; Pequenina casou-se com Vicente Ferreira de Moraes e teve quatro filhos, e João Batista também não se casou.



O segundo filho de Guillaume e Marianne, Pedro Eduardo Salusse, nascido em 1829, passou a juventude ao lado dos pais, auxiliando-os nas atividades comerciais, ou seja, administrando a casa de secos e molhados e o Hotel Salusse, que aos poucos se ia consolidando. Estudou no Instituto Colegial Nova Friburgo, fundado pelo inglês John Freese em 1842 – depois Colégio Freese –, e desde o início de sua vida escolar demonstrou talento para a pintura. Por isso acabou indo estudar na Bélgica, onde permaneceu dos 28 aos 36 anos. Em lugar de seguir o modelo da irmã mais velha, casando-se cedo e “bem”, preferiu conhecer novos horizontes.

Durante sua estada na Europa, Pedro Eduardo teve suas qualidades de pintor reconhecidas ao receber, em 1863, a medalha de ouro na Exposição de Antuérpia, onde exibiu um quadro que representava duas águias disputando a presa, um marreco.⁸ Também durante esse período, casou-se. As informações guardadas pela memória familiar são de que sua mulher era belga e se chamava Marie Eugénie Laureys. Curiosamente, seu registro de óbito, datado de 26 de junho de 1884, localizado nos arquivos da catedral de Nova Friburgo, a designa como Marie Antoinette Laureys, de nacionalidade francesa.

De regresso ao Brasil, Pedro Eduardo estabeleceu-se em Nova Friburgo com a mulher. Novamente segundo a memória familiar, considerando que a dedicação às artes não ajudaria o filho a ganhar a

⁸ Bittencourt-Sampaio, op. cit., p. 48.

vida, Marianne teria insistido para que encontrasse ocupação mais rentável. Premido pela necessidade de sustentar a família, o jovem pintor teria seguido o conselho da mãe e aberto um açougue. Apesar do reconhecimento de seu talento, a pintura sempre foi uma atividade paralela em sua vida. Além de cuidar de seu comércio, Pedro Eduardo foi eleito vereador em 1891. Na política, defendeu os ideais republicanos e ligou-se ao Partido Autonomista de Nova Friburgo. Foi também major da Guarda Nacional. Já no fim da vida, em 1912, fez uma última exposição na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro que foi noticiada pela revista *Fon-Fon*.⁹ Faleceu em 1914, aos 82 anos.

O casal Pedro Eduardo e Marie Eugénie teve seis filhos: Eduardo Salusse (Chachá), Josefina (Fifina), Maria Eugênia, Cecília, Guilherme e Adalgisa. Os três últimos faleceram cedo. Eduardo casou-se com Hilda Magalhães e teve cinco filhos (Ângelo, Guilherme, Heloísa, Regina e Helena); Fifina, casada com Armando Jorge, não teve descendência, e Maria Eugênia, casada com Eugênio Barcelos, teve duas filhas. Eduardo Salusse foi o responsável pela construção do balão que alegrou o piquenique na Chácara de D. Zinha Braga, viúva de seu primo Augusto, em 1902.



A terceira filha do casal Salusse, Júlia Michaela, nascida em 1831, permaneceu solteira. Encarregou-se da criação do sobrinho Júlio, filho de seu irmão Júlio Marius, e durante toda a vida dedicou-se ao Hotel Salusse, auxiliando a mãe. Reconhecendo-a como a filha que “mais me tem ajudado a ganhar a vida”, Marianne declarou em seu testamento: “Por este fato e gratidão à dita minha filha Júlia, a instituo herdeira da terça dos meus bens, livre de ônus ou encargo”. Tal decisão não foi contudo aceita pelos irmãos de Júlia Michaela, que abriram um processo visando a anulá-la. Afinal, Júlia Michaela, tendo a seu lado o sobrinho Júlio Salusse, e contando com ninguém menos que Rui Barbosa como advogado de defesa, obteve ganho de causa.¹⁰ Faleceu aos 89 anos de idade, em 1920.



Guilherme Salusse, o quarto filho, nascido em 1833, também não se casou e faleceu sem herdeiros em 1870, aos 37 anos. Apesar de ter

⁹ Idem, *ibidem*, p. 49.

¹⁰ O processo foi publicado no opúsculo *Inventário de D. Mariana Salusse. Razões dos apelados D. Júlia Salusse e Dr. Júlio Salusse, pelo advogado Rui Barbosa* (Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1904).

chegado a exercer um cargo político importante na cidade – foi eleito vereador em 1865 –, seu inventário mostra que suas posses eram modestas.¹¹



Júlio Marius Salusse, o quinto filho de Guillaume e Marianne, nascido em 1835, dedicou-se à agricultura e casou-se com Hortênsia Maria Queiroz, filha de proprietários rurais em Bom Jardim. O casal teve apenas um filho, também chamado Júlio Mário, que se tornaria conhecido como o poeta Júlio Salusse. O menino nasceu em 1872 na fazenda do Gonguy, em Bom Jardim, mas quando tinha apenas poucos meses de idade Júlio Marius morreu de tifo, aos 37 anos.

Quando do segundo casamento de sua mãe, Júlio Salusse, então com cinco anos, foi mandado para a casa da avó Marianne, àquela altura viúva. É o que conta seu biógrafo Nilo Bruzzi, que, ao contrário dos guardiães da memória familiar, não é muito complacente com a Grand Maman. Segundo ele, marcada talvez pelos tempos “terríveis de trabalho e necessidade”, “fria no esforço de economizar”, Marianne, “como não sabia fazer um carinho, infundia verdadeiro terror às crianças”. Se tinha medo da avó, segundo seu biógrafo, Júlio Mário pôde contar com os cuidados e o amor maternal da tia Júlia Michaela.¹²

Júlio Salusse fez o curso primário em Nova Friburgo até os 10 anos de idade e foi então enviado para o Rio de Janeiro como aluno interno do Colégio Pedro II. Aos 15 anos foi estudar em São Paulo, a fim de se preparar para ingressar na Faculdade de Direito. Voltou para o Rio em 1889 e aí concluiu o curso de direito em 1896. Nos seus anos de estudante, continuou a receber o apoio da tia, que financiou boa parte de uma viagem à Europa realizada durante quase todo o ano de 1892. Depois de formado, foi nomeado promotor de justiça em Paraíba do Sul e em seguida em Nova Friburgo. Aí conheceu e se apaixonou platonicamente por Laura de Nova Friburgo, filha do Conde de Nova Friburgo, que seria a inspiradora de vários de seus poemas, entre eles seu soneto mais conhecido:

¹¹ O inventário de Guilherme Salusse, de 1870, está depositado nos Arquivos do Pró-Memória da Prefeitura de Nova Friburgo.

¹² Nilo Bruzzi, op. cit., p. 27-33.

Cisnes

A vida, manso lago azul algumas
Vezes, algumas vezes mar fremente,
Tem sido para nós constantemente
Um lago azul, sem ondas, sem espumas...

Sobre ele, quando, desfazendo as brumas
Matinais, rompe um sol vermelho e quente,
Nós dois vagamos indolentemente,
Como dois cisnes de alvacentas plumas!

Um dia um cisne morrerá por certo:
Quando chegar esse momento incerto,
No lago, onde talvez a água se tisne,

Que o cisne vivo, cheio de saudade,
Nunca mais cante, nem sozinho nade,
Nem nade nunca ao lado de outro cisne...

Em 1894 Júlio Salusse publicou seu primeiro livro de poemas, *Neurose azul*. O segundo, *Sombras*, foi lançado em 1901. Nunca se casou e escreveu versos melancólicos até morrer, no Rio de Janeiro, em 1948.



Jean Edmond, sexto filho do casal Salusse, nascido em 1838, diferentemente de seus irmãos, passou a maior parte da vida fora de Friburgo. Segundo sua sobrinha-bisneta Lúcia Marques Braga, fez os primeiros estudos no Colégio Freese e em seguida viajou para a Europa, onde se casou com Adalgisa Pinto Leite, filha de rica família baiana que possuía grandes propriedades em Portugal.¹³ Jean Edmond e Adalgisa tiveram duas filhas, Elisa e Alice, e residiram vários anos na Europa, em Londres, Paris e Lisboa. Na década de 1860, Jean Edmond escreveu à irmã Josephina dando-lhe notícias de seus filhos, José Antônio e Augusto Marques Braga, que então estudavam em Paris. Na carta, comentava a importância das viagens para a formação e a educação dos jovens. Mais tarde, também daria assistência em Paris à sobrinha Maria Sophia Salusse Neves, filha de sua irmã Sophia, que lá passou alguns anos estudando a mando da avó Marianne.

¹³ Entrevista concedida em 15 de março de 1998.

A presença de Adalgisa foi sem dúvida mais um impulso à sofisticação da família Salusse. Na década de 1880, Jean Edmond e Adalgisa retornaram a Nova Friburgo e construíram uma bela casa na Praça Princesa Isabel, conhecida como “palacete Salusse”. De acordo com Beatriz Getulio Veiga, neta de Maria Sophia, “a casa deles em Friburgo era belíssima, e tudo o que eles tinham era do bom e do melhor: louças da Companhia das Índias, pratarias, móveis maravilhosos, portugueses e europeus, coisas muito bonitas. Eles tinham preciosidades”.¹⁴



Palacete de Jean Edmond e Adalgisa Salusse na Praça Princesa Isabel, em Nova Friburgo. Década de 1880.

Das duas filhas, Alice permaneceu solteira, enquanto Elisa teve dois casamentos. Do primeiro, com seu primo-irmão Mário Teixeira da Costa, filho de sua tia Maria Amélia, nasceu Mário Teixeira da Costa Filho. O segundo casamento foi com Edgar Guerra.



As filhas mais moças de Marianne e Guillaume Salusse também se casaram e constituíram família. Maria Amélia, nascida em 1841, casou-se em 1865, aos 24 anos, com Manoel José Teixeira da Costa, que também chegou a Friburgo com problemas pulmonares em busca

¹⁴ Entrevista a Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo de Castro Leal em 4 de abril de 1998.

de tratamento.¹⁵ Após o casamento, Manoel radicou-se definitivamente na cidade e aí exerceu a profissão de boticário de 1866 até 1880. A partir de janeiro de 1890, pouco depois da proclamação da República, respondeu durante nove meses pela intendência municipal, exercendo as funções de prefeito de Nova Friburgo.

O casal teve quatro filhos: Alberto Teixeira da Costa; Maria José, que se casou com Pedro Luís de Oliveira Sayão e teve os filhos Moisés e Balduína, conhecida como Bidu Sayão; Elvina, "a Bela Viná", que se casou com Francisco Leite de Bittencourt Sampaio Júnior e teve os filhos Francisco e Eustáquio (este último, pai de Sérgio Ioset Salusse Bittencourt-Sampaio); e Mário Teixeira da Costa, que se casou com a prima Elisa Salusse, teve um filho a quem deu seu nome, e morreu cedo, de febre amarela.

Alberto Teixeira da Costa, segundo Sérgio Bittencourt-Sampaio,¹⁶ formou-se em medicina e por toda a vida exerceu a profissão em Niterói, mas foi sobretudo um importante musicista. Seu nome está vinculado ao início da carreira da sobrinha Bidu Sayão, consagrada internacionalmente como soprano lírico. Contra a opinião da família, Alberto Costa sempre incentivou e defendeu a sobrinha cantora, que declarava ter herdado do tio seu amor pela arte. Os manuscritos das numerosas composições de Alberto Costa se extraviaram, mas uma valsa para piano e quatro canções chegaram até o presente. Não é difícil adivinhar quem era o autor da letra de uma delas, intitulada Cisnes.



Por fim, a filha caçula de Marianne e Guillaume Salusse, Sophia, nascida 1846, casou-se em 1864 com Joviano Firmino das Neves, que veio para Friburgo para trabalhar com o irmão Galiano no Colégio Freese. Certamente foi esse casamento a origem da aproximação de Galiano com a irmã mais velha de Sophia, a viúva Josephina. Com os casamentos de Sophia e Joviano e de Josephina e Galiano começaria o entrelaçamento das famílias Salusse e Neves.

¹⁵ Bittencourt-Sampaio, op. cit., p. 60.

¹⁶ Sérgio Ioset Salusse Bittencourt-Sampaio, *Imagens de família (esboços biográficos)* (Rio de Janeiro: ZMF, 1996), p. 121-125.

Curiosamente, ainda que o casal Salusse tenha sido bem-sucedido em sua estratégia econômica e social, e tenha conservado uma presença tão forte na memória familiar, hoje o nome Salusse não existe mais em Nova Friburgo, e poucos o ostentam em outras partes do país. Sérgio Bittencourt-Sampaio incorporou o Ioset Salusse já adulto, em homenagem aos trisavós pioneiros. Os últimos herdeiros do nome são os descendentes de Eduardo Salusse (Chachá). Seu neto Ângelo casou-se em São Paulo com uma moça de origem japonesa e, num exemplo do formidável amálgama que as sucessivas ondas migratórias vão formando através dos tempos, os mais jovens brasileiros portadores do nome que um casal franco-suíço fincou nas montanhas de Friburgo há quase dois séculos são três meninos niseis.



Adelaide Monteiro de Mendonça e seu marido Galdino Emiliano das Neves.

OS IRMÃOS VINDOS DE SÃO JOÃO DEL REI

Os irmãos Neves,

que em meados do século XIX saíram de São João del Rei, em Minas Gerais, e ligaram seus destinos a Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro, eram três: Galdino Emiliano, Galiano Emílio e Joviano Firmino. Eram filhos de José Antônio das Neves e de Ana Luiza de Lacerda. Pouca coisa se conhece sobre as origens de José Antônio: apenas que era português, nascido na Ilha Terceira, filho de Brás Ferreira das Neves e de Maria Josefa do Coração de Jesus. Diferentemente do marido, Ana Luiza, filha do capitão Leonardo João Chaves e de Leonarda Luiza de Lacerda, era brasileira de várias gerações e descendente, como se descobriu, de Fernão Dias Paes, o bandeirante.¹ O percurso de seus ancestrais até a antiga região

¹ Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Leal, *Cinco séculos de alianças* (Rio de Janeiro, 2001, mimeo).

das minas espelha, portanto, a história da povoação da colônia e, sobretudo, da interiorização, que desenharia o território brasileiro tal como o conhecemos hoje.

Nos primeiros anos do século XVIII, existiam três núcleos principais na região da mineração: o de Ribeirão do Carmo, que incluía Ouro Preto, Vila Rica e Mariana, o do Rio das Velhas, e o do Rio das Mortes, que incluía o Arraial Novo, depois São João del Rei. Houve, porém uma diferença entre a ocupação do Arraial Novo e a de outras localidades. O povoamento, aí, se iniciou ainda no fim do século XVII com fazendas voltadas para a produção de gêneros alimentícios e a criação de gado nas margens do rio das Mortes. A exploração do ouro de aluvião, no século XVIII, só veio diversificar ainda mais a estrutura produtiva local. Por isso, segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, a posterior decadência da extração aurífera não traria consequências drásticas para a vida econômica de São João del Rei, que, no decorrer do século XIX, seria cognominada “a Princesa do Oeste”.²

A vila de São João del Rei obteve seu foral em 1712 e dois anos depois, com a criação da comarca do Rio das Mortes, foi elevada a “cabeça” da comarca. Somente em 1838 obteria o título de cidade, pela Lei Provincial nº 93. Desde as primeiras décadas do século XIX, a comarca do Rio das Mortes destacou-se como área abastecedora de alimentos para a Corte e para outras cidades vizinhas. Em função disso, e também da proximidade da fronteira com o Rio de Janeiro, que se podia cruzar pelo Caminho Real, São João del Rei tornou-se um importante centro comercial e financeiro, em que floresceu uma elite mercantil próspera e detentora de grande prestígio social. O comércio em São João del Rei era predominantemente de “molhados e efeitos da terra”, e em menor escala de “fazendas secas” – “molhados” eram os gêneros líquidos e comestíveis vindos de fora, como azeite, vinho e carne seca; “efeitos da terra” eram os gêneros produzidos na região, como alimentos e aguardente, e “fazendas secas” eram os artigos de vestuário.³

Os comerciantes de grosso trato da “Princesa do Oeste” também exerciam uma intensa atividade financeira, sendo credores de muitos

² As informações históricas sobre São João del Rei aqui apresentadas baseiam-se em Afonso de Alencastro Graça Filho, *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei, 1831-1888* (Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 1998. Tese de doutorado).

³ Graça Filho, op. cit., p. 66.

agricultores. Ao traçar o perfil da elite mercantil local, Graça Filho destaca que muitos comerciantes eram de nacionalidade portuguesa, mas que entre eles e os comerciantes brasileiros existia grande coesão, graças, sobretudo às alianças matrimoniais. Outro dado relevante sobre os comerciantes sanjoanenses é que o investimento em atividades produtivas (terras, lavoura, animais e escravos) era inferior àquele feito em imóveis urbanos, apólices ou dívidas ativas. Isso significa que, quando enriqueciam, não se desligavam das atividades mercantis para se tornarem grandes proprietários rurais.

Entre os negociantes preeminentes da São João del Rei oitocentista encontrava-se o alferes José Antônio das Neves, que ali se instalou com sua mulher Ana Luiza de Lacerda, vindo ele dos Açores, e ela da fazenda São Lourenço das Geraís da Mantiqueira, pertencente a seu pai. O casal teve oito filhos, nascidos na primeira metade do século XIX: Tibério Justiniano, Galdino Emiliano, Juvêncio Martiniano, Galiano Emílio, Joviano Firmino, Arcádio Bernardino, Belisandra e Gustavo. Com exceção do último, que ainda solteiro foi assassinado, todos se casaram, mas nem todos seguiram a tradição da elite mercantil local, de estabelecer alianças dentro do próprio grupo. Belisandra, por exemplo, casou-se com Roberto Henrique Milward, engenheiro de minas inglês que havia ido para o interior de Minas a fim de exercer sua profissão. Galdino, Galiano e Joviano iriam casar-se fora de São João del Rei.

É possível avaliar as posses de José Antônio das Neves por seu inventário, analisado por Graça Filho. O documento, datado de 1863, indica um monte-mor de 53:835\$880 (53 contos, 835 mil e 880 réis), o que, na classificação utilizada pelo autor, o situaria na categoria das grandes fortunas, em que se incluíam os detentores de patrimônio superior a 50:000\$000 (50 contos de réis). Nessa situação encontravam-se apenas 4,5% dos inventariados pesquisados por Graça Filho em São João del Rei. José Antônio pertencia, portanto, ao seletor grupo dos comerciantes de grosso trato da cidade e, como a maioria deles, tinha no crédito uma forma de atuação no mercado, como indica o registro de uma dívida ativa de 29:336\$790 (29 contos, 336 mil e 790 réis).

Se há algo que chama a atenção na família é o incentivo dado aos filhos para que tivessem uma formação superior. Em seu testamento, datado de 1858, D. Ana Luiza de Lacerda deixa para os filhos que “se quiserem ordenar ou formar” a quantia de 400\$000 (400 mil réis) a ser debitada de sua terça. Galdino Emiliano, que por ocasião do testamento já estava formado, “com o que o casal gastou alguns contos

de réis”, foi excluído dessa partilha, por se “achar habilitado para poder viver”.⁴

De fato, Galdino Emiliano, quando chegou o momento, deixou São João del Rei e dirigiu-se para a Corte para estudar medicina. Ainda estudante, ali conheceu a jovem e rica herdeira Adelaide Monteiro de Mendonça, com quem se casou em 1850. Em 1858, quando sua mãe fez seu testamento, sua vida já tinha dado voltas e conhecido uma triste passagem, mas certamente não lhe faltavam meios para poder viver. Quem era Adelaide Monteiro de Mendonça?



Essa primeira Adelaide – a segunda seria sua filha Zinha, e a terceira, sua neta Pequenininha – nasceu em 1832, filha de Gabriel Getulio de Mendonça e de Maria Amália da Conceição e Silva. Gabriel Getulio era o primogênito dos 13 filhos de José Zeferino Monteiro de Mendonça, “professor régio de latim, poeta e comediógrafo”, natural de Lisboa, que no fim do século XVIII se instalou em Cuiabá, casou-se com Leonor Ludovina de Moraes e ali constituiu família. Provavelmente por sua condição de letrado, José Zeferino se tornou “escrivão vitalício das provedorias das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos” em Vila Boa de Goiás. De início ajudante, e depois herdeiro do lugar do pai, Gabriel Getulio começou em seguida uma bem-sucedida carreira política: foi secretário do governo da província de Mato Grosso em 1823, deputado-geral por Mato Grosso de 1826 a 1829, e por fim presidente das províncias da Paraíba, de 1828 a 1830, e do Espírito Santo, de 1830 a 1831.⁵

Além de político, Gabriel Getulio foi sócio do comendador João Bonifácio Alves da Silva na firma Getulio Bonifácio. O testamento lavrado pelo comendador em janeiro de 1849 informa que àquela altura a firma já tinha sido extinta, embora não esclareça seu ramo de atividade. Viúvo e sem filhos, João Bonifácio instituía como testamenteiro e herdeiro universal o amigo Gabriel Getulio, e destinava bens aos filhos deste. Adelaide, por exemplo, deveria receber uma casa, 20 apólices da dívida pública, nove escravos e vários objetos de prata. Ainda antes do fim do ano, o comendador morreu.

⁴ Testamento de Ana Luiza das Neves, 1858. Acervo do Museu Regional de São João del Rei, caixa 176.

⁵ Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Leal, op. cit.

Os filhos de Gabriel Getulio eram numerosos. Quando se casou em 1823, já tinha pelo menos dois filhos naturais. Do casamento com Maria Amália teve quatro filhos legítimos: João Getulio, Gabriel Getulio, Pedro Getulio e Adelaide. Depois de enviuvar, teve mais oito. Essas informações provêm de seu testamento, feito em 22 de dezembro de 1849, duas semanas antes de ele próprio falecer, em 6 de janeiro de 1850. Assim como os de seu antigo sócio, o testamento e o inventário de Gabriel Getulio denotam riqueza e hábitos requintados. Seu monte-mor somava mais de 210:000\$000 (210 contos de réis), sem contar dívidas ativas, que chegavam a cerca de 140:000\$000 (140 contos de réis).

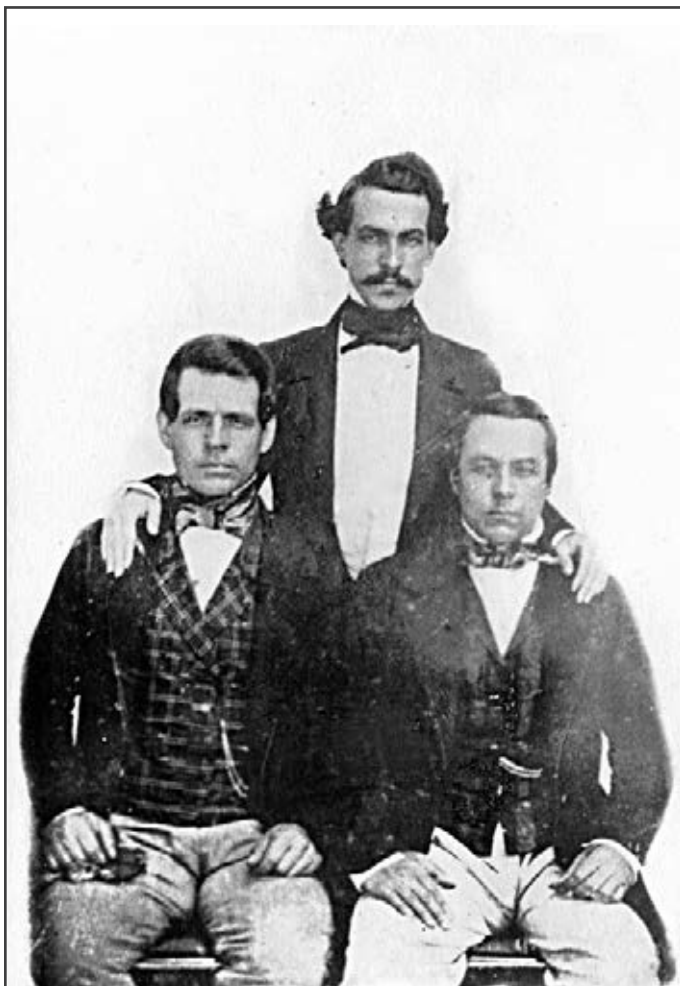
Pouco depois da morte de Gabriel Getulio, Galdino Emiliano casou-se com Adelaide e assumiu a responsabilidade pela administração dos bens da mulher. Logo entrou em conflito com o cunhado João Getulio, que, como testamenteiro e inventariante do pai, solicitou para si a mesma função em relação ao espólio de João Bonifácio. Afinal foi Galdino, defendido pelo advogado Figueiredo Neves, quem exerceu o papel pretendido por João Getulio.⁶



Após o casamento, Galdino e Adelaide fixaram residência na Corte. A união parecia sólida e feliz com o nascimento de dois filhos, Adelaidezinha (Zinha), em 1851, e Arthur Getulio, em 1855, mas logo sobreviriam momentos de sofrimento e tristeza. Adelaide contraiu tuberculose e, por essa razão, ainda em 1855 partiu para Nova Friburgo com o marido e os filhos, buscando restabelecer-se. As esperanças da família se desfizeram com sua morte prematura, aos 24 anos, em janeiro de 1856.

O falecimento da mulher parece ter deixado Galdino perdido quanto a como proceder para cuidar das duas crianças. Ao que tudo indica, nos primeiros meses os pequenos órfãos ficaram entregues a parentes de Adelaide em Nova Friburgo. Essa solução não foi porém duradoura, e no fim de 1856 Galdino voltou para São João del Rei, levando Zinha e Arthur para serem criados por sua irmã Belisandra. Informações precisas sobre essa fase da vida das crianças são escassas, mas o que permanece na memória familiar é a imagem de uma tia Belisandra rígida e autoritária, que tratou os sobrinhos órfãos com dureza.

⁶ As informações sobre o inventário de Gabriel Getulio foram analisadas por Carlos Eduardo Leal em Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Leal, op. cit.



Os irmãos Galdino Emiliano, Tibério e Juvêncio das Neves.



Os irmãos Galiano Emílio, Joviano e Arcádio das Neves.

Em São João del Rei, Galdino casou-se pela segunda vez com Jacinta Gabriela Fonseca Mourão, rica viúva que não tinha filhos do primeiro casamento. Em 1868, levou o caçula, Arthur, então com 13 anos, para viver em sua companhia. Zinha receberia menos atenção do pai. Permaneceu na casa da tia Belisandra até se casar, em 1870, aos 19 anos, com Augusto Marques Braga. Também em 1870 Galdino transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro, o que permitiria a Arthur fazer seus estudos na Corte.



Zinha Braga



Ainda em São João del Rei, Galdino iniciou-se na política, filian-
do-se ao Partido Liberal. Foi presidente da Câmara de Vereadores
entre 1869 e 1872, o que significa que, mesmo depois da mudança para
a Corte, dividia-se entre o Rio de Janeiro e a cidade natal. Foi um dos
signatários do Manifesto Republicano em 1870, e em 1878 foi eleito
deputado pela província de Minas Gerais.

Na Câmara, Galdino das Neves participaria das acaloradas discussões que então se travavam acerca da reforma eleitoral.⁷ O gabinete liberal de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu havia proposto algumas medidas que, na prática, restringiriam o número de eleitores. Muitos liberais se opuseram à reforma, enquanto alguns conservadores a apoiaram. Galdino das Neves defendia a idéia de que a eleição se fizesse em um só turno, no qual todos aqueles que estivessem dentro das condições estabelecidas, ou seja, que tivessem uma renda mínima de 200\$000 (200 mil réis), fossem do sexo masculino e maiores de 25 anos, teriam o direito de votar. Porém, distanciando-se da maioria liberal, era favorável também ao voto dos analfabetos. Ao defender essas idéias, foi um dos poucos que se manifestaram contra a redução da franquia eleitoral, posição também apoiada por Joaquim Nabuco. Em 1881, já sob a liderança de José Antônio Saraiva, a Câmara votaria afinal uma nova legislação eleitoral estabelecendo a eleição em um só turno, mas excluindo os analfabetos e aumentando as exigências para a comprovação de renda mínima para fins de qualificação eleitoral. Com isso houve uma grande diminuição no número de votantes, que, de aproximadamente 10% da população, passou para cerca de 0,8% nas eleições realizadas após a Lei Saraiva.

Galdino das Neves se notabilizaria também como propagador, ao lado de outros parlamentares como Saldanha Marinho, dos princípios republicanos. É importante notar que a defesa dos ideais republicanos não implicava de modo algum uma ruptura imediata com a ordem vigente.⁸ “Revolução armada, ninguém a quer”, afirmou Galdino em 19 de maio de 1879, quando se discutia no Parlamento o republicanismo, explicitando assim o caráter pacifista daquela corrente. O fato de ocupar a tribuna para defender a mudança do regime de governo a seu ver não se chocava com sua filiação ao Partido Liberal, como afirma no seguinte discurso:

⁷ Para mais esclarecimentos sobre a reforma eleitoral, ver José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996), p. 361.

⁸ Sérgio Buarque de Holanda, em *O Brasil monárquico*, vol. 5, tomo 2 de *História geral da civilização brasileira*, (dir. de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Difel, 1976), chama a atenção para a feição pacifista do grupo de republicanos signatários do Manifesto de 1870, do qual Galdino das Neves fazia parte.

"Assinei o Manifesto Republicano [em 1870], e aqui estão muitos colegas que sabem disto; mas tendo estado ligado ao Partido Liberal devo declarar que se vim aqui não foi só pelos esforços do Partido Republicano, que não está arregimentado no nosso país. [...] A minha convicção é a dos republicanos e dos verdadeiros amigos da escola democrática. E mais necessária é nestes tempos em que o poder pessoal vai sorrateiramente invadindo os outros poderes."⁹

Em meados de 1880, os conservadores de São João del Rei arrebanharam cerca de 200 pessoas armadas, a maioria de naturalidade portuguesa, tomaram a praça da cidade e tumultuaram as eleições municipais. Nessa ocasião, Galdino das Neves se pronunciou na Câmara, defendendo uma intervenção em sua terra natal que garantisse a normalidade eleitoral. Disse ele:

"Depois dos acontecimentos que se deram [...] a cidade tornou-se quase inabitável. A Câmara Municipal assim eleita não pode ser considerada brasileira. [...] A intolerância, o desrespeito à lei e às autoridades legalmente constituídas, têm sido sempre praticados pelos conservadores daquela infeliz cidade. Já falei a este respeito ao nobre ministro da Marinha, e de novo peço a S. Exa., e aos meus nobres amigos da província de Minas, que me auxiliem no empenho de evitar que o Partido Liberal de minha cidade natal, e que tantos sacrifícios tem feito pelas idéias democráticas, seja todos os dias vitimado pelos seus energúmenos adversários."¹⁰

Nos anos que se seguiram, Galdino Emiliano das Neves manteve-se ligado à política de São João del Rei, mas não conseguiu reeleger-se deputado, uma vez que os conservadores passaram a dominar a cena política mineira. Apesar do seu republicanismo, a Proclamação da República em 1889 também não garantiu seu retorno ao Parlamento. Faleceu longe dele, em 1897. A vocação política da família, da qual foi o representante máximo em sua geração, reapareceria mais tarde em

⁹ Anais da Câmara Legislativa, vol. 5, p. 348. Sessão de 11 de outubro de 1879.

¹⁰ Anais da Câmara Legislativa, vol. 6, p. 469. Sessão de 5 de janeiro de 1881.

vários parentes, entre os quais Tancredo de Almeida Neves, Francisco Dornelles e Aécio Neves.¹¹



Atendendo à orientação de sua mãe, D. Ana Luiza de Lacerda, que desejava ver os filhos formados, Galiano Emílio das Neves seguiu o exemplo do irmão Galdino e no início dos anos 1850 deixou São João del Rei para estudar medicina na Corte. Acometido de doença grave nos pulmões, abandonou, porém a faculdade, e em 1856 já se encontrava em Nova Friburgo, seguindo os conselhos do irmão que pouco antes havia partido para a serra na esperança de encontrar cura para sua jovem mulher Adelaide. Galiano conseguiu recuperar-se e começou a lecionar no Instituto Colegial de Nova Friburgo, de propriedade do inglês John Freese. Pouco depois comprou a parte do proprietário inglês, em sociedade com Cristóvão Vieira de Freitas. O Instituto Colegial passou a chamar-se Colégio Freese, em homenagem ao antigo dono, e assim se manteria em funcionamento até 1870.

Pouco depois de Galiano se ter instalado em Nova Friburgo, Joviano Firmino das Neves abandonou os estudos na Corte para trabalhar ao lado do irmão no Colégio Freese. Fixou-se também em Nova Friburgo e em 1864 casou-se com Sophia, a filha caçula do casal Marianne Joset-Guillaume Salusse. Foi provavelmente a partir daí que Galiano se aproximou de Josephina, irmã da cunhada, que naquele ano ficou viúva de José Antônio Marques Braga. Dois anos depois, Galiano e Josephina se casaram. Em outubro de 1866 nasceu o filho do casal, Galiano Emílio das Neves Jr. (Chonchon). Foi da viagem que Galiano fez a São João del Rei acompanhado da mulher, dos enteados e do filho pequeno que resultou o casamento de Augusto Marques Braga, filho de Josephina, com Zinha, filha de seu irmão Galdino das Neves.



Ao lado de suas atividades de professor, Galiano tinha grande interesse pela música, o que o levou a participar das duas tradicionais bandas de música de Nova Friburgo, a Euterpe e a Campesina. O depoimento de seu bisneto Valter Neves expressa a memória familiar sobre essa face de Galiano: "Ele era um excelente violinista, e me parece que também tocava outros instrumentos. Violino, eu tenho

¹¹ Tancredo Neves era bisneto de Juvêncio Martiniano das Neves (irmão de Galdino). Francisco Dornelles é sobrinho, e Aécio Neves, neto de Tancredo.

certeza. Dizem até que tinha um Stradivarius...”¹² Galiano era de fato conhecido por seu talento musical. Quando faleceu, em 1916, seu obituário, publicado na imprensa friburguense, afirmava que executava com primor obras de Listz e de Strauss.¹³

O coronel Galiano Emílio das Neves, como era chamado, exerceu também vários cargos públicos, como o de juiz municipal e o de delegado de polícia. Liberal e republicano, foi presidente da Câmara dos Vereadores de 1890 a 1892, o que significa que assumiu funções equivalentes às de prefeito, figura então inexistente. Por ocasião de seu falecimento, os jornais de Friburgo dedicaram-lhe amplo espaço e noticiaram o grande número de homenagens que lhe foram feitas, o que atesta a importância que adquirira na sociedade friburguense, entre a qual viveu grande parte dos seus 90 anos.



Não são muitas as informações existentes sobre o casamento de Joviano e Sophia. Ao que tudo indica, foi uma união combinada por Joviano com a família da noiva. Sophia, na ocasião, tinha 18 anos e era muito mais moça que o marido. Salientando sua juventude e inexperiência, sua bisneta Beatriz Getulio Veiga conta a seguinte história: “Dizem que ela brincava no quintal, e vieram chamá-la: ‘Venha se vestir para o casamento!’ Ela respondeu: ‘Se me amolarem muito, eu não caso!’ Era uma criança, não tinha noção do que ia acontecer com ela...” A memória familiar reteve a imagem de Joviano como um homem culto. É também Beatriz Veiga quem conta que, logo que casou, Sophia escrevia cartas quando Joviano viajava e as recebia de volta com os erros de português corrigidos.

No mesmo ano de seu casamento, Joviano foi escolhido presidente da Câmara dos Vereadores de Nova Friburgo. Manteve-se nesse posto até 1869 e, como o irmão Galdino, militou nas fileiras do Partido Liberal. De acordo com os registros do *Almanak Laemmert*, em 1865 era negociante em Nova Friburgo. Foi também subdelegado. Joviano e Sophia moravam em uma pequena fazenda chamada Vila Amélia. O casal teve três filhas: Maria Sophia, Júlia e Sophia (Neném Sophia). Maria Sophia casou-se com o primo Arthur Getulio das Neves, filho de Galdino. Júlia casou-se com um Milward de Azevedo

¹² Entrevista concedida em 7 de novembro de 1998.

¹³ Jornal Cidade de Friburgo, 14 de maio de 1916.

e teve uma filha, e Neném Sophia casou-se com Manfredo Antônio da Costa e teve quatro filhos.



Embora Galdino tenha passado a vida entre São João del Rei e o Rio de Janeiro, às voltas com a política, e Galiano e Joviano se tenham estabelecido em Nova Friburgo, envolvidos com educação e administração de negócios, a ligação dos irmãos Neves entre si e com seu pai, José Antônio das Neves, até este falecer em 1863, sempre se manteve forte. A coleção de cartas trocadas entre José Antônio e Galiano, conservada por Valter Neves, mostra a amizade que unia os dois, bem como as exigências e cobranças que o pai fazia aos filhos para que ajudassem os demais parentes. Outros registros dos estreitos laços entre os Neves são as dedicatórias das teses apresentadas à Faculdade de Medicina pelos filhos de Juvêncio Martiniano e Mecias Cândida.¹⁴

Na dedicatória da tese de conclusão de curso apresentada em 1873 por Galdino Emiliano das Neves Sobrinho, pode-se ler:

“A meu prezado padrinho e bom amigo O Ilmo. Sr. Dr. Galdino Emiliano das Neves e a minha querida tia e madrinha A Exma. Sra. D. Jacinta Gabriela da Fonseca Mourão – Em uma ocasião tão solene em minha vida, eu faltaria a um grave dever imposto pela minha consciência se não me lembrasse de vós na dedicatória de minha tese em sinal de gratidão e profundo reconhecimento. [...] Aos meus tios Galiano Emílio das Neves e Joviano Firmino das Neves e suas Exmas. Famílias, muita amizade e gratidão.”

Dos agradecimentos da tese de Juvenal Martiniano das Neves, irmão de Galdino Sobrinho, também apresentada em 1873, consta o seguinte trecho:

“A meu prezado tio, padrinho e bom amigo O Ilmo. Sr. Galiano Emílio das Neves e à minha querida tia e madrinha a Exma. Sra. D. Josephina Marques Braga das Neves – Muito concorrestes para que eu ocupasse esse lugar na sociedade. Os benefícios que sempre me prodigalizastes ficarão gravados indelevelmente em meu coração agradecido. Lançai-me vossa bênção e serei feliz.”

¹⁴ As teses citadas a seguir estão depositadas na biblioteca da Academia Brasileira de Medicina.

Percebe-se, assim, o importante papel desempenhado por Galiano e Josephina na formação de Juvenal Martiniano. De acordo com alguns jornais da época, o casal era bastante devotado aos parentes.

Por outro lado, as relações entre os Neves e os Salusse, estabelecidas com os casamentos de Josephina e Galiano e de Joviano e Sophia, se tornariam ainda mais estreitas com o casamento dos dois filhos de Galdino, Zinha e Arthur Getulio das Neves, a primeira, com um filho do primeiro casamento de Josephina, e o segundo, com uma filha de Sophia.



Arthur Getulio das Neves, ao transferir-se com o pai para o Rio de Janeiro em 1870, estudou no Colégio São Clemente e no Colégio Marinho. Aos 18 anos, em 1873, ingressou na então chamada Escola Central, matriculando-se no curso de ciências físicas e naturais, que depois passaria a equivaler ao de engenharia civil. Concluído o curso em 1878, iniciou uma carreira profissional de grande sucesso.

Em 1886, Arthur Getulio reencontrou-se em Nova Friburgo com sua prima-irmã Maria Sophia, que tinha então 19 anos e acabava de chegar de Paris, onde durante cinco anos recebera primorosa educação custeada por sua avó Marianne Salusse. Após o casamento, o casal instalou-se no Rio de Janeiro, onde o noivo residia. Nova Friburgo passou a ser então o local escolhido para o lazer de Arthur Getulio, a cidade para onde se dirigia em “peregrinações voltadas ao culto da família”.¹⁵ Escreveria ele, anos mais tarde:

“Desde muitos anos a pitoresca vila de Nova Friburgo, a verdadeira jóia do Rio de Janeiro, tornou-se para mim um ponto obrigatório onde passo os dias de descanso que a minha profissão pode proporcionar-me. Para isso várias razões têm contribuído: nesse lugar vive a única pessoa que sente correr em suas veias o mesmo sangue que o meu, minha irmã; nesse lugar encontrei a companheira de meu lar a que vinculei a minha sorte, com ela compartilhando todas as alegrias e tristezas, e nesse lugar finalmente está o túmulo, para mim sagrado, de minha Mãe, sobre o qual comecei quase que logo ao entrar na vida a derramar as lágrimas doridas da orfandade.”¹⁶

¹⁵ Arthur Geutlio das Neves, *À memória de Joaquim Serra* (Rio de Janeiro, 1889), p. 8 e 19.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

Em 1887 nasceu a primeira filha de Maria Sophia e Arthur Getulio, Maria Adelaide (Lalaide), que viria a se casar com Luiz Paulino Soares de Souza Filho, figura destacada da elite política fluminense. Em 1889, nasceu Mariana, que também em Nova Friburgo conheceria seu futuro marido Tancredo de Moraes Veiga. Desse casal nasceram Arthur, Jorge, Beatriz e Luiz Fernando Getulio Veiga. Arthur Getulio e Maria Sophia tiveram ainda um filho homem, Arthurzinho, que faleceu com poucos anos de idade.



Arthur Getulio das Neves, sua mulher Sophia e sua filha Mariana. Vichy, França, 1913.

Arthur Getulio sempre foi um homem ligado à família, e sua dedicação ainda está presente na memória de seus descendentes. É ainda Beatriz Getulio Veiga, sua neta, quem lembra que sua casa no Cosme Velho, no Rio, era um ponto de convergência dos parentes: “Ele acolhia a todos com o maior carinho. Ficou um pouco como o centro da família, porque todos vinham reverenciá-lo. Vinham com amor! Não era uma coisa formal, era uma coisa carinhosa, feita espontaneamente.”



A vida pública de Arthur Getulio das Neves, ou simplesmente Getulio das Neves, como ficou conhecido, desdobrou-se em uma sucessão de cargos de prestígio. Desde que se formou pela Escola Politécnica, em 1878, aos 23 anos, até falecer, em 1928, aos 73, foi professor catedrático da própria Politécnica, vice-governador do estado do Rio de Janeiro, diretor do Banco do Brasil, presidente da Companhia de Ferro-Carril Jardim Botânico e vice-presidente do Clube de Engenharia.

Em ao menos duas ocasiões, na ausência do presidente do Clube, o engenheiro Paulo de Frontin, Getúlio das Neves participou, como presidente interino, de acontecimentos marcantes. A primeira delas foi em agosto de 1922, quando presidiu uma sessão em homenagem a Santos Dumont e aos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que pouco antes tinham desembarcado no Rio de Janeiro após uma viagem aérea inédita partindo de Lisboa. No discurso de abertura, saudou os convidados dizendo da honra que era para o Clube de Engenharia recebê-los em sua sede e descrevendo aquele momento como uma “apoteose a que tem assistido esta grande capital e que se transmitiu a todo o mundo civilizado, como um eco imorredouro da admiração universal”.¹⁷

Outro momento importante ocorreu quando da visita de Albert Einstein ao Brasil. Para recepcionar o ilustre cientista foi organizada uma comissão de recepção nomeada pelo Clube de Engenharia, pela Escola Politécnica e pela Academia de Ciências. Os membros da comissão escolheram como presidente Getúlio das Neves. No dia 4 de maio de 1925 Einstein desembarcou no porto do Rio de Janeiro, e no dia seguinte Getúlio das Neves o acompanhou ao Palácio do Catete, onde foi recebido pelo presidente da República Artur Bernardes.¹⁸ No mesmo dia, à tarde, em concorrida sessão presidida por Getúlio das Neves, Einstein proferiu uma conferência no Clube de Engenharia. Antes de embarcar de volta para a Alemanha, no dia 12 de maio, o cientista escreveu ao engenheiro agradecendo a hospitalidade: “Doutor Getúlio das Neves. Queira aceitar para o senhor e para a comissão brasileira de recepção meus mais calorosos sentimentos e meus agradecimentos. Einstein”.¹⁹



O filho de Galiano e de Josephina, Galiano Emílio das Neves Jr., assim como o pai, teve projeção na política de Nova Friburgo. Foi presidente da Câmara Municipal de 1910 a 1913, em época marcada por grande polêmica em torno da eletrificação da cidade. Em 1911, diante do atraso nas obras contratadas 13 anos antes, o industrial

¹⁷ *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, 1922, p.175.

¹⁸ *Ibidem*, p. 116.

¹⁹ Citado por Roberto Vergara Cafareli, *Einstein no Brasil*, em Ildeu de Castro Moreira e Augusto Passos Videira (orgs.), *Einstein e o Brasil* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995), p. 129.

Julius Arp requereu para si a concessão dos serviços a fim de instalar uma fábrica de rendas. As negociações com a Câmara, que relutava em conceder vantagens a Arp, foram difíceis, e com isso abriu-se uma grande discussão que envolveu políticos, imprensa e população. Enquanto o vereador Galdino do Valle Filho defendia abertamente a industrialização, Galiano era visto por alguns jornais como o grande responsável pelos esforços para a instalação dos serviços de energia elétrica (*Cidade de Friburgo*), mas, por outros, como o maior culpado pelo atraso (*A Paz*). Após a chamada “noite do quebra-lâmpioes”, em que populares saíram em defesa de Julius Arp, este obteve afinal a concessão pretendida.

Galiano Emílio das Neves Jr. casou-se com Vitalina Fontes e teve três filhos: Emilita, Josephina e José Galiano. A primeira casou-se com Sílvio Rangel e teve cinco filhos; o último casou-se com Antônia Seng e teve dois filhos; um deles, Valter Neves, forneceu vários documentos utilizados na elaboração deste livro. D. Vitalina Fontes das Neves faleceu em Friburgo em 1968, pouco depois de completar 100 anos de idade.



São Sebastião da Vila do Touro. Portugal, 2000.

O BARÃO E A BARONESA

Os descendentes do Barão e da Baronesa

das Duas Barras, que chegaram a Nova Friburgo na segunda metade do século XIX em busca de um estilo de vida urbano e de escola para os filhos, provinham de fazendas situadas no município de Cantagalo. Para entender a origem das fazendas, é preciso, antes, conhecer a do município e a dos fazendeiros.

Até o início do século XVIII, os únicos habitantes daquela região, então denominada Sertões do Macacu, eram os índios coroados e goitacases. A preservação da área resultou de disposições régias proibindo a circulação, a fim de evitar o contrabando das riquezas garimpadas nas Minas Gerais, já que não havia ali postos de coleta do imposto sobre o ouro que devia ser pago à Coroa.¹ No

¹ Foram muitas as cartas régias sobre essa matéria. Como exemplo, podem-se citar a carta régia de 18 de novembro de 1733, "mandando trancar os rios Caeté e Doce", e também um alvará de 23 de outubro do mesmo ano estipulando penas para aqueles que ousassem penetrar nas áreas proibidas, constituídas pelos Sertões do Leste e do Macacu. Essa documentação é citada em Clélio Erthal, op. cit.

entanto, a partir da segunda metade do século, aquelas terras começaram a atrair aventureiros que, a despeito da proibição, penetravam nas matas na esperança de encontrar novas jazidas. Esse movimento se intensificou sobretudo no último quartel do setecentos, quando se iniciou a decadência da extração mineral nas Minas. Foi isso o que fez com que as ordens régias fossem desobedecidas, e que os primeiros fluxos de povoamento alcançassem aqueles sertões.

Não se sabe ao certo se foi na década de 1770 ou nos primeiros anos da década de 1780 que um certo Manuel Henriques, conhecido como o Mão de Luva, chegou com seu bando à região. O fato é que em 1784 uma carta enviada pelo governador das Minas ao ministro Martinho de Melo Castro narrava uma diligência feita nos Sertões do Macacu, durante a qual havia sido encontrado um grande número de

“agressores que, congregados com muita gente armada, e pronta a defender-se naqueles lugares proibidos, se fazem absolutos e cada vez mais temerários na continuação de seus públicos procedimentos, praticados na direção de um Manuel Henriques, vulgarmente conhecido como Mão de Luva, que, sendo um dos primeiros descobridores das referidas Minas, se fez chefe daquela tão escandalosa corporação”.²

Com o objetivo de punir o bando do Mão de Luva, no início de 1785 o Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa ordenou que uma patrulha fosse enviada em seu encalço. O episódio da prisão dos garimpeiros, segundo alguns cronistas, teria dado origem ao nome do município. Consta que, após várias batidas infrutíferas na mata, os agentes do governo já estariam retornando, quando ouviram um galo cantar. Seguindo na direção do canto, foram dar a um arraial onde capturaram o bando do Mão de Luva e apreenderam escravos, armas e todo o ouro em pó encontrado em seu poder. A partir de então, o arraial seria chamado de São Pedro do Canta Galo.³

Depois da conquista, o Vice-Rei não só nomeou um administrador para a região, o coronel Manuel Soares Coimbra, como começou a conceder sesmarias àqueles que tivessem condições de desbravá-las e

² Clélio Erthal, op. cit., p. 46-7.

³ Eliana Vinhaes, op. cit., p. 26.

cultivá-las, ou seja, que possuíssem escravos. Para assegurar a cobrança dos tributos, foram instalados três “registros” e mais nove postos com guarnição militar nos diversos caminhos, agora de livre trânsito. Passou a ser do interesse da Coroa que novas jazidas fossem descobertas e que a produção agrícola se desenvolvesse para que a região logo começasse a fornecer riquezas para os cofres reais. No entanto, as jazidas de Cantagalo se revelariam escassas, e pouco tempo depois a atividade extrativa acabaria por se extinguir. Quando John Mawe esteve em Cantagalo em missão do governo, em 1809, observou que a mineração já se esgotara e que a atividade predominante na região era a agricultura, considerada muito bem desenvolvida.⁴

Um alvará datado de 9 de março de 1814 elevou o antigo arraial à condição de vila. São Pedro de Cantagalo recebeu então uma légua quadrada (ou quatro sesmarias separadas), ficando a cargo dos moradores as despesas com as construções necessárias. O processo de desbravamento e ocupação, marcado por conflitos com os índios, prolongar-se-ia até a década de 1820. Ao longo desse período desenvolveu-se uma agricultura de subsistência, que paulatinamente deu lugar à agricultura extensiva, ou seja, às plantações de café.



O opúsculo *Biografia do Barão das Duas Barras por um seu amigo Dr. M. C. e testamento do Barão e Baronesa das Duas Barras*, publicado em 1892,⁵ é a primeira tentativa de registrar a origem e a história do chefe da família Moraes em Cantagalo. A segunda é a biografia *João Antônio de Moraes, 1º Barão das Duas Barras*, publicada em 1948 por Judith de Moraes Veiga.⁶ Segundo ambos, João Antônio era filho de Antônio Rodrigues de Moraes Coutinho e de Maria Felizarda de Jesus e vinha de Piedade dos Gerais, termo do Bonfim, na então província de Minas Gerais. Judith Veiga afirma ainda que Antônio Rodrigues de Moraes Coutinho seria natural de uma província do norte de Portugal, ainda jovem teria vindo para o Brasil e, aqui chegando, para tentar a vida, teria se internado na região das Minas, “lendária Meca

⁴ Idem, *ibidem*, p. 29.

⁵ *Biografia do Barão das Duas Barras por um seu amigo Dr. M. C. e testamento do Barão e Baronesa das Duas Barras* (Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger e Filhos, 1892). No exemplar consultado, conservado pela família, ao lado das iniciais “Dr. M. C.”, aparece em manuscrito o nome “Marques da Cruz”.

⁶ Judith de Moraes Veiga, *João Antônio de Moraes, o 1º Barão das Duas Barras* (Rio de Janeiro: s. ed., 1948).

de todos que almejavam a pronta riqueza”.⁷ Contudo, pesquisas mais recentes vieram revelar novos dados. Os nomes dos pais do Barão eram ligeiramente diferentes: Antônio de Moraes Coutinho, sem o Rodrigues, e Maria Felizarda de Sant’Ana, e não de Jesus. E quem nasceu em Portugal não foi o pai, e sim o avô de João Antônio, Manoel de Moraes Coutinho.

Essas informações vieram à tona com a descoberta do inventário de Manoel de Moraes Coutinho, conservado no Museu Regional de São João del Rei. Pelo documento, datado de 5 de setembro de 1777, fica-se sabendo que Manoel, falecido em 19 de julho daquele ano, com testamento, em sua fazenda Cataguases, na freguesia de Prados, termo da vila de São João del Rei, nascera na Vila do Touro, na Beira Alta, Portugal, em 1707. Eu mesma, em viagem a Portugal, pude confirmar essa origem ao consultar o arquivo da diocese de Lamego, vizinha da Vila do Touro, onde há um livro de assentamentos de batismo no qual figura o de Manoel, filho de Antônio de Moraes e de Ana Coutinho. Após deixar sua pobre Vila do Touro, conhecida como um dos maiores centros de emigração de Portugal, e chegar ao Brasil na década de 1730, Manoel casou-se duas vezes e teve cinco filhos. O monte-mor de seu inventário chegava a 1:804\$175 (1 conto, 804 mil e 175 réis), e por ele também se percebe que Manoel era lavrador: deixou 12 escravos e duas fazendas sobre as quais havia litígio, sendo a Cataguases dotada de benfeitorias “que constam de casas de vivenda e paiol, moinho, todo coberto de telhas, e senzalas, de capim, e o terreno murado de pedras”, além de aproximadamente 16 datas minerais.⁸

Ainda pelo inventário de Manoel, fica-se sabendo que o filho mais moço de seu segundo casamento, com a mineira Ana Nunes da Costa, era Antônio de Moraes Coutinho. Pode-se supor que Antônio tenha nascido por volta de 1760, já que, por ocasião da morte do pai, contava 16 anos. Como não foi possível encontrar o inventário de Antônio, não se tem o registro de sua ocupação, de suas posses, da data e lugar de sua morte. Mas ao menos conseguiu-se chegar a seu registro de casamento e aos assentamentos de batismo de seus filhos.⁹ Por esses docu-

⁷ Judith de Moraes Veiga, *op. cit.*, p. 9.

⁸ Pesquisa realizada por Douglas Fazzolato e citada em Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Leal, *op. cit.*

⁹ Documentos conservados no Arquivo do Bispado de Mariana.

mentos é possível saber que em 1787 Antônio se casou com Maria Felizarda de Sant'Ana na capela de Santo Amaro, filial da matriz de Nossa Senhora da Conceição do Campo dos Carijós, hoje Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. Maria Felizarda, por sua vez, nascera e fora batizada na freguesia de Carijós, e era filha de Antônio Rodrigues Braga, natural da freguesia de São Mamede, arcebispado de Braga, Portugal, e de Felizarda Angélica de Jesus, natural de Queluz, Minas Gerais.¹⁰

Antônio e Maria Felizarda tiveram 12 filhos: Manoel Antônio de Moraes, nascido em 1788; Maria e Antônio, que morreram pequenos; Antônio Rodrigues de Moraes, nascido em 1793; Elias Antônio de Moraes, nascido em 1795; Felisberto Antônio de Moraes, nascido em 1797; José Antônio de Moraes, nascido em 1800; Felizarda, nascida em 1802; Antônia Rita de Moraes, nascida em 1804; João Antônio de Moraes, nascido em 1810; Eufrásia e Francisca. Como se pode ver, João Antônio de Moraes era o décimo de uma irmandade nascida e criada em Minas Gerais. A uma determinada altura o futuro Barão deixou para trás a terra natal, mas foi lá que a maior parte de seus irmãos terminou seus dias.



Esclarecida a origem do Barão, passemos à da Baronesa, nascida Basília Rosa da Silva. É mais uma vez Judith Veiga, que fixou em seu trabalho a tradição familiar, quem fornece as informações iniciais. A memória dos descendentes de Basília inicia a história da Baronesa com seu pai, o capitão João Baptista Rodrigues Franco, que teria nascido em Sabará, nas Minas Gerais, por volta de 1750. Mas a tradição oral pouco guardou a respeito das origens de João Baptista. Limitou-se a conservar o nome de um seu irmão, Manoel, com quem teria sido criado pela mãe viúva, professora no local da Ponte Alta, no município de Sabará. Desejoso de ajudar a mãe, João Baptista teria vindo alistar-se no Rio de Janeiro como voluntário. Segundo Judith Veiga, “logo depois foi mandado seguir para Portugal, para lá servir”, e “com esforço próprio chegou ao posto de capitão”. Teria então arranjado transferência para o Rio de Janeiro, “onde se colocou bem”. Ainda segundo a autora, “tendo, em Portugal, adquirido co-

¹⁰ Ibidem.

nhecimentos que hoje são da alçada de engenheiros diplomados, consta na família que obteve a empreitada do primeiro aterro que se fez no Rio de Janeiro, o do Campo de Sant'Ana, hoje Praça da República, assim como a da canalização d'água para aquele trecho da cidade".¹¹

Judith Veiga transcreve em seguida um documento de grande interesse: a provisão dada pelo Vice-Rei ao requerimento apresentado por João Baptista solicitando a concessão de uma sesmaria nos Sertões do Macacu. O requerimento foi feito em 1793, portanto oito anos após a prisão do bando do Mão de Luva no arraial que fora então batizado de São Pedro do Canta Galo. Nele, João Baptista solicitava "meia légua de terras em quadra sitas nas Novas Minas das Cachoeiras de Macacu, [...] as quais se achavam devolutas, por não serem até a presente ocupadas, mas antes proibidas, por serem terras Minerais, que na forma das Reais ordens de Sua Majestade não se devia povoar". Era sua intenção cultivar aquelas terras, cuja localização, principiando "na paragem próxima ao Arraial de Cantagalo", era sumariamente descrita; poderia fazê-lo "por ter escravos e forças para estabelecer e povoar as suas lavouras". Anunciando sua decisão em relação às terras requeridas, concluía o Vice-Rei: "Hei por bem [concedê-las] interinamente por tempo de um ano na forma das novíssimas Ordens de Sua Majestade, e no seu Real Nome ao dito Suplicante João Baptista Rodrigues Franco". Este deveria medir as terras, demarcá-las, cultivá-las e reformar a provisão a cada ano enquanto a concessão não fosse transformada em uma Carta de Sesmaria, o que seria feito dentro de dois anos por Sua Majestade. A posse da sesmaria, contudo, só seria confirmada em setembro de 1812, após questões de limites com gente das imediações.¹²

O fio condutor do trabalho de Judith Veiga sugere, portanto, um bom filho que se alistou no Exército do Vice-Rei para ajudar a mãe, serviu na metrópole, onde se instruiu em engenharia e atingiu o posto de capitão, e depois, enquanto realizava importantes obras públicas, requereu uma sesmaria em área recém-aberta à exploração mineral e agrícola. Pouco antes de morrer João Baptista teria sugerido à mulher que, por motivo de economia, se mudasse com os filhos, nascidos no Rio de Janeiro, para as terras da fazenda que batizaram com o nome de

¹¹ Judith Veiga, *op. cit.*, p. 30-31.

¹² *Idem*, *ibidem*, p. 32-35.

Santa Maria do Rio Grande. "O que ela depois fez, partindo em companhia dos filhos".¹³ O principal elemento da narrativa – a sesmaria que virou fazenda – é inegável. Mas o resto se distancia bastante daquilo que a documentação encontrada veio demonstrar.

Uma reconstituição mais fiel da trajetória de João Baptista Rodrigues Franco se tornou possível graças à descoberta de duas novas fontes documentais: o processo de seu casamento com Isabel Maria da Silva, realizado no Rio de Janeiro, na freguesia do Santíssimo Sacramento da Sé, em 2 de setembro de 1791, e o livro I dos batizados da freguesia do Santíssimo Sacramento das Novas Minas do Macacu, mais tarde Novas Minas de Santa Galo, que cobre o período de 1792 a 1817. Cruzando a leitura das duas fontes, ficamos sabendo que João Baptista era de fato natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, onde nasceu e foi batizado, respectivamente em 6 e 17 de fevereiro de 1754. Seus pais eram Manoel Rodrigues Franco, batizado na freguesia do Irajá, no Rio de Janeiro, e Maria Corrêa de Peralta, natural do Sabará, mas, pelo nome, de origem paulista.¹⁴

Segundo o próprio João Baptista declarou em 26 de agosto de 1791 ao Muito Reverendo Dr. Juiz no processo de seu casamento, por volta de 1773 foi recrutado para assentar praça no Regimento Novo, e por essa razão veio para o Rio de Janeiro. Não veio, portanto, alistar-se como voluntário, e não é difícil entender por quê. O processo de recrutamento, no universo colonial, era feito com grande violência e não atraía ninguém. Provocava debandadas, e por isso chegava a ser considerado nocivo ao pacífico exercício das atividades econômicas. A rede lançada não discriminava, alcançava a todos, importando apenas a juventude e as condições sanitárias adequadas para o serviço militar, então envolvido com a definição de fronteiras. Duas das testemunhas de João Baptista em seu processo de casamento declaravam ter sido objeto do mesmo recrutamento. Assim é que o sapateiro Felício Nogueira afirmava que João Baptista tinha saído "recrutado com ele testemunha [...] e veio para o Regimento Novo desta Praça", enquanto o cabo de esquadra do Esquadrão do Ilustríssimo Vice-Rei, Joaquim Fernandes da Costa, declarava ter sido recrutado com João Baptista 17 ou 18 anos antes. O pardo liberto João José de Mesquita, que vivia "de

¹³ Idem, *ibidem*, p. 36.

¹⁴ Pesquisa genealógica realizada por Carlos Eduardo Leal e citada em Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Leal, *op. cit.*

andar com suas tropas”, não se dizia vítima do recrutamento, mas afirmava conhecer João Baptista desde que “ele testemunha teve uso da razão”. Os três também confirmavam a filiação de João Baptista, mas Felício Nogueira declarava não ter conhecido seu pai, o que indica a viuvez de Maria Corrêa de Peralta. Não há, porém, menção ao fato de que fosse professora.

João Baptista, ainda segundo seu depoimento ao juiz, passara do Regimento Novo ao Esquadrão do Vice-Rei, mas dele dera baixa com o propósito de administrar uma sociedade nas últimas terras minerais descobertas na colônia. Chegara às Minas de Santa Galo aproximadamente em 1787 e naquele momento, 1791, estava de volta ao Rio de Janeiro para se casar com a viúva Isabel Maria da Silva, a quem havia prometido matrimônio. Pode-se supor que, depois do casamento, João Baptista tenha regressado com a mulher para Cantagalo, já que era lá que vivia e trabalhava havia cerca de quatro anos. O requerimento de uma sesmaria em 1793 indica que a sociedade que administrava, provavelmente um empreendimento minerador, obteve algum êxito, já que conseguiu reunir recursos para pretender estabelecer uma lavoura.



E quanto à viúva a quem João Baptista Rodrigues Franco havia prometido casamento, quem era ela? O assentamento matrimonial de João Baptista e Isabel Maria da Silva refere-se à noiva como batizada na freguesia do Irajá, no Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1761, e filha natural de Ana da Conceição. Mas no assentamento de batismo de Isabel, que também se conseguiu recuperar, aparece uma informação omitida no registro de casamento: o nome de seu pai. O vigário Francisco de Araújo Macedo, como que se eximindo da responsabilidade de afirmar a paternidade da pequena Isabel, declara que “deram-lhe (ou a ela) por pai João da Silva Motta”. Em aditamento a isto, informa que a mãe, Ana da Conceição, era parda forra.¹⁵

A filiação de Isabel tampouco vem citada no assentamento de seu primeiro matrimônio, com o português Theotônio José de Freitas, o qual, quando noivo, residia num navio atracado no cais do porto. Nesse casamento, realizado em 23 de dezembro de 1777, a noiva é dada como filha natural de Ana da Conceição e de pai incógnito. O vigário de Irajá diz conhecer Isabel, então com 16 anos, e sua mãe, de sua freguesia, as duas “sumamente pobres”, vivendo de esmolas. No

¹⁵ Pesquisa realizada por Carlos Eduardo Leal e citada em Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Leal, op. cit.

processo de seu segundo casamento, Isabel se declara viúva de Theotônio de nove para dez anos, e diz residir na rua Nova da freguesia da Sé. Pode-se imaginar que João Baptista se tenha apaixonado por uma linda viúva, já afastada da suma pobreza graças ao sucesso profissional do marido português em algum pequeno empreendimento comercial, marido esse que, acometido de alguma moléstia, faleceu moço na Santa Casa de Misericórdia. O homem de negócios português Antônio Gonçalves, testemunha de Isabel, enfatizou seu procedimento correto de viúva, com demonstração “daqueles sinais de sentimento”. É possível que Isabel possuísse algumas economias no momento em que passou a ser cortejada por João Baptista.

João Baptista e Isabel tiveram nove filhos. O livro I dos batizados da freguesia do Santíssimo Sacramento das Novas Minas do Macacu, mais tarde Novas Minas de Santa Galo, contém o registro de sete deles, mas de forma indireta se pode tomar conhecimento dos mais velhos – que aí aparecem ou batizando os próprios filhos (e como filhos de João Baptista Rodrigues Franco) ou em relações de compadrio do local. Os dois primeiros filhos do casal foram, não se sabe se a ordem é esta, João José Rodrigues Franco, mais tarde guarda-mor e sesmeiro, e Joaquim Rodrigues Franco, alferes de ordenanças. Em 28 de março de 1794, João Baptista e Isabel batizaram Gabriel (curiosamente, nesse registro Isabel volta a aparecer como filha de Ana da Conceição e João da Silva Motta); em 24 de agosto de 1795, o futuro alferes Bernardo Rodrigues Franco; em 15 de janeiro de 1797, Rosa; em 9 de fevereiro de 1799, a que iria assinar-se Maria Isabel da Silva; em 11 de maio de 1800, Francisco, que se pode supor logo falecido, já que em 7 de abril de 1801 batizava-se um outro Francisco; por fim, em 4 de junho de 1802, Basília Rosa da Silva.

Outro dado importante se depreende do assentamento de batismo da neta de João Baptista e Isabel, Joaquina, filha do guarda-mor João José Rodrigues Franco e de sua mulher Teresa Bernardina de Mello. Esse é o primeiro documento em que João Baptista Rodrigues Franco aparece com a patente de capitão. Vê-se por aí que João Baptista, longe de ter obtido a patente no reino, ao longo de uma carreira militar em que se teria destacado por seus pendores para a engenharia, foi capitão de ordenanças da vila de Cantagalo. E vê-se, por tudo o que foi levantado, que em vez de mandar a mulher e os filhos para a fazenda Santa Maria do Rio Grande, em Cantagalo, pouco antes de morrer, lá estava instalado desde que se casou.



Basília Rosa de Moraes, Baronesa das Duas Barras (Óleo de Viancin).



João Antônio de Moraes, 1.º Barão das Duas Barras (Óleo de Viancin).

Finalmente, podemos voltar ao Barão e à Baronesa. Como se teriam encontrado João Antônio, neto do modesto português Manoel de Moraes Coutinho, de Vila do Touro, criado nas Minas Gerais, e Basília, neta de uma ex-escrava, Ana da Conceição, criada numa fazenda na região de Cantagalo?

O primeiro casamento de Basília Rosa da Silva não foi com João Antônio de Moraes, e sim com um irmão deste, Antônio Rodrigues de Moraes. Provavelmente, foi numa de suas viagens pela região de Cantagalo que Antônio conheceu Basília, com quem se casou por volta de 1820. Tinha ele então 27 anos, e ela, 18. Tudo indica que desde o início o casal se instalou na antiga sesmaria de Santa Maria do Rio Grande, concedida ao pai de Basília. Nos anos seguintes, tiveram cinco filhos: Francisco, nascido em 1820; José Antônio, em 1821; Antônia Rosa, em 1826; Basília (II), em 1830, e Antônio, em 1832. Decidido a ter, além das lides na lavoura, uma atuação política na região que escolhera para morar, Antônio foi eleito vereador em janeiro de 1833. Mas não ficaria muito tempo na Câmara Municipal de Cantagalo. Em 13 de agosto daquele mesmo ano, morreu assassinado.

O assassinato de Antônio é explicado por Judith Veiga como fruto de uma vingança por sua atuação na defesa dos interesses de crianças órfãs das quais era tutor. Porém nenhuma documentação que confirmasse essa versão foi encontrada. Nas Atas da Câmara Municipal de Cantagalo encontram-se algumas informações que indicam a existência de um conflito entre Antônio e sua vizinha em torno da abertura de uma estrada nas proximidades da fazenda Santa Maria do Rio Grande. Há também o registro de execução dos bens de seu cunhado João José Rodrigues Franco em virtude de dívidas com a Fazenda Nacional. Na ocasião Antônio assumiu as dívidas do cunhado e tomou posse de uma de suas propriedades, tendo ficado registrada "a nomeação interina de um procurador na pessoa de um vereador, e requisição para arrematação da casa e chácara seqüestrada a um devedor da Fazenda Nacional [João José Rodrigues Franco] autorizando a Câmara a proceder aos devidos tratos e finalizar o negócio, oferecendo por fiadores no juízo competente os senhores Fernando [ilegível]

e Antônio Rodrigues de Moraes.”¹⁶ Tal fato poderia sugerir algum conflito entre os dois cunhados, mas não é possível averiguar a hipótese diante da inexistência de documentação. De toda forma, o negócio mencionado não se concretizou, pois no dia seguinte ao do registro nas Atas da Câmara Antônio foi assassinado. No dia 29 de agosto, a Câmara Municipal de Cantagalo apenas registrou “ser necessário indicarem-lhe novo fiador para arrematação da chácara seqüestrada a João José Rodrigues Franco que substituísse ao finado Antônio Rodrigues de Moraes”, sem avançar nenhuma outra informação sobre a morte trágica de um de seus vereadores.

Na verdade, a única descrição da morte de Antônio foi localizada em um processo eclesiástico aberto dois anos mais tarde, no qual se pode ler a seguinte passagem: “Aos treze de agosto de 1833 pelas nove horas da manhã mataram com um tiro Antônio Rodrigues de Moraes, casado e morador do Rio Grande, não fez testamento nem se confessou, porque caiu do cavalo e abaixo logo morto: foi por mim [Frei Serafim Capuchinho] acompanhado, encomendado e enterrado com duas missas de corpo presente uma que eu disse, e outra disse o [Padre] João Ferreira Almada, e jaz sepultado no cemitério desta vila.”¹⁷

Quando Antônio Rodrigues de Moraes foi assassinado, Basília, então na casa dos 30 anos, viu-se sozinha para cuidar de suas terras e de seus cinco filhos. O irmão solteiro de Antônio, João Antônio de Moraes, de 23 anos, que já residia em Cantagalo, acabou por se tornar a solução de todos os problemas ao se casar com a cunhada e se encarregar do trabalho na lavoura e da criação dos sobrinhos. A necessidade de apoiar Basília deve ter criado grande aproximação entre os dois, pois antes mesmo do casamento, realizado em 1835, já tinham uma filha, Felizarda, nascida em 1834.

O casamento de Basília e João Antônio não foi uma empresa simples, em virtude do “impedimento de afinidade lícita do primeiro grau da linha colateral”, segundo os princípios da Igreja Católica. Foi necessário abrir um processo junto à Câmara Eclesiástica da Santa Igreja da Catedral da Cidade do Rio de Janeiro para obter a autorização para o casamento, que só se realizaria após serem observadas algumas

¹⁶ Atas da Câmara Municipal de Cantagalo, 12 de agosto de 1833.

¹⁷ Processo eclesiástico para autorização do casamento de Basília Rosa da Silva e seu cunhado João Antônio de Moraes datado de 1835, conservado na Matriz de Cantagalo.

exigências. Segundo a documentação localizada na matriz de Cantagalo, o casal deveria “cumprir as saudáveis penitências seguintes – separados sem comunicação entre si confessem-se e comunhem uma vez, assistam a quatro Missas [ilegível] de velas acesas e rezem cada um cinquenta Rosários – Ofereçam tudo à Sagrada Paixão do Senhor Jesus Cristo. [...] Em virtude [ilegível] hei por dispensá-los do sobredito impedimento de afinidade lícita do primeiro grau da linha colateral, para válida e lícitamente receberem-se em matrimônio a graça da Igreja como dispõe o Sagrado Concílio de Trento”.¹⁸ Cumpridas todas as exigências, Basília e João Antônio confessaram-se e casaram-se, aos 17 de agosto de 1835, na fazenda Santa Maria do Rio Grande.

A família continuaria a aumentar depois do casamento. Além dos cinco enteados – Francisco, José Antônio, Antônia Rosa, Basília (II) e Antônio – e da filha Felizarda, João Antônio teria com Basília mais quatro filhos: Eugênio, falecido ainda jovem, Joaquim Antônio, nascido por volta de 1836, Elias, nascido em 1840, e Amélia, nascida em 1843. Favorecido, sem dúvida, pelo patrimônio inicial de Basília, e pelos bens que seu irmão Antônio legou à viúva e aos próprios filhos, João Antônio iria traçar estratégias que beneficiariam a toda a família. O ouro que permitiu sua extraordinária expansão econômica e que lhe trouxe, em 1867, o título de Barão das Duas Barras chamava-se café.

¹⁸ Processo eclesiástico para autorização do casamento de Basília Rosa da Silva e João Antônio de Moraes, já citado.



Fazenda Santa Maria do Rio Grande, no atual município de Trajano de Moraes.

O EMPREENDIMENTO CAFEIEIRO E O FAZENDEIRO-CAPITALISTA

A segunda metade dos anos 1830

e a década de 1840 assistiram a um verdadeiro *boom* da produção cafeeira no Brasil. Nas palavras de Orlando Valverde, "os anos da década de 30 foram decisivos: nesse período o Brasil tornou-se o primeiro produtor mundial de café; no ano de 1832, o café ocupou o primeiro lugar na pauta das nossas exportações, e já no ano de 1837-38 esse valor relativo do café alcançava 53,2%, isto é, mais do que a soma dos valores de todos os demais produtos exportados".¹ O café se tornava assim a base econômica de um Estado nacional em construção.

Do ponto de vista político, não foi fácil para o jovem Império, após a Independência em 1822, alcançar estabilidade.

¹ Orlando Valverde, *A fazenda de café escravocrata* (Rio de Janeiro: Ministério da Indústria e Comércio, 1973), p. 6.

Vários grupos sociais e mesmo algumas províncias se opuseram ao governo de D. Pedro I, como o comprova o movimento libertário da Confederação do Equador em 1824. Em 1831, considerando a situação insustentável, D. Pedro I renunciou em favor de seu filho Pedro, de apenas cinco anos de idade. A abdicação não bastou, contudo, para apaziguar o quadro político conturbado, e o risco de fragmentação do território nacional esteve presente nos nove anos de regência (1831-1840), quando novas rebeliões ocorreram nas províncias. Em 1840, a maioria de D. Pedro II foi antecipada, e em 1847, numa tentativa de pacificar o jogo político entre conservadores e liberais, instituiu-se o parlamentarismo. O Conselho de Ministros era chefiado pelo primeiro-ministro, indicado pelo partido que obtivesse o maior número de representantes na Câmara. O Imperador, por sua vez, podia dissolver a Câmara e convocar novas eleições, exercendo assim o Poder Moderador e desempenhando papel fundamental no equilíbrio de forças. Pouco a pouco a ex-colônia portuguesa foi conquistando uma situação política mais estável. Uma elite composta majoritariamente de bacharéis, o que lhe fornecia uma identidade ideológica comum, contribuiria para o estabelecimento de uma ordem imperial caracterizada pela centralização administrativa.²

A expansão cafeeira, base de sustentação do Império, deveu-se, internamente, às excelentes condições geográficas do vale do Paraíba, onde a cultura foi introduzida, à abundância de terras virgens e de mão-de-obra, e à facilidade de escoamento da produção pelo porto do Rio de Janeiro. Externamente, a ampliação dos mercados consumidores, incluindo os Estados Unidos, o declínio dos produtores concorrentes e a elevação dos preços no segundo quartel do século XIX foram incentivos importantes. Apesar de algumas variações ao longo do século XIX, a análise dos preços do café entre 1840 e 1890 mostra uma tendência claramente ascendente.³

Na montagem de uma fazenda de café, unidade produtiva dessa economia, a preocupação inicial era erguer uma casa rústica e garantir a provisão de água potável e de gêneros alimentícios básicos, como milho e feijão. Se não é verdade que as fazendas eram unidades totalmente auto-suficientes, não se pode negar que, principalmente nas

² José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial* (Rio de Janeiro: Campus, 1980).

³ Edmar Bacha, *Política brasileira do café - uma avaliação centenária*, em *150 anos de café* (São Paulo: Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda, 1992).

primeiras décadas do século XIX, no momento de sua instalação, havia uma preocupação de resguardar ao máximo sua independência em relação a produtos externos. Isso se explica seja pela dificuldade de transporte, seja pelo alto preço desses produtos, que inviabilizavam o consumo de supérfluos, já que os capitais deveriam ser investidos em terras e escravos que iriam garantir o rendimento da fazenda. Assim é que o Barão de Pati do Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, ao escrever sua “Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro”, em 1847, recomendava que a fazenda tivesse uma produção de gêneros alimentícios suficiente para a sua manutenção: “Um fazendeiro cuidadoso tem sempre um esplêndido jantar, que lhe custa em dinheiro apenas vinho e sal [pois] seu estabelecimento fornece o resto em grande profusão”.⁴

As fazendas de café em geral possuíam uma organização semelhante, uma vez que tinham um mesmo objetivo e se encontravam nas mesmas condições geográficas. Um modelo bastante comum de organização da fazenda de café do século XIX eram os “quadrados ou retângulos funcionais” em torno dos quais se erigiam as construções fundamentais. A sede da fazenda, ou seja, a “casa de vivenda”, como se chamava, era providencialmente construída no sopé de um morro ou nas proximidades de uma fonte de água. Ao seu redor ficavam as senzalas, os armazéns (tulhas ou paióis), um monjolo (com pilões para milho ou para descascar os grãos de café), as estrebarias e o chiqueiro. No centro desse quadrado ou retângulo funcional era em geral construído o terreiro para a secagem do café.⁵

De início, as construções eram rústicas, e mesmo a casa de vivenda possuía poucos elementos decorativos. Com o passar do tempo, e o enriquecimento dos fazendeiros, as sedes das fazendas foram sendo modificadas e passaram a dar lugar a construções imponentes, em geral monumentos de estilo neoclássico. Mas é importante notar que nem todos os fazendeiros obtiveram o mesmo êxito, e que a conjuntura de meados do século só fez intensificar as diferenças entre eles.

⁴ Citado por Stanley Stein, *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba* (São Paulo: Brasiliense, 1961), p. 51.

⁵ O trabalhoso processo de beneficiamento do café foi narrado de modo ficcional e irônico por um cronista de um jornal de Vassouras da seguinte forma: “Tio Tomaz me colheu. O supervisor olhou desgostoso quando caí para fora da cesta da colheita. Chovia. O sol, então, secou-me. Durante dois dias um rodo imbecil caía pesadamente sobre mim como se quisesse abrir a minha casca cada vez que me revolia. Finalmente acharam que eu já estava seco e selecionaram-me numa peneira de taquara. Em seguida, para o monjolo. Fui atirado no ventilador de onde saí pronto para ser ensacado (...). Da fazenda para o intermediário, na estação, e em seguida para o Rio.” Memórias de um grão de feijão, *O Vassourense*, 10/12/1880, citado por Stanley Stein, op. cit. p. 64.

Nos anos que antecederam a extinção do tráfico internacional de escravos, ocorrida em 1850, os boatos sobre a iminência da medida fizeram com que o preço dos cativos sofresse uma inflação muito grande. Em 1848 o preço de um escravo era de aproximadamente 630\$000 (630 mil réis), mas às vésperas da extinção, em 1850, chegaria a 1:350\$000 (1 conto e 350 mil réis). Para os pequenos proprietários, o aumento do custo da mão-de-obra foi uma calamidade que em muitos casos levou ao endividamento. No entanto, para os fazendeiros que no período de baixa dos preços haviam investido na compra de escravos africanos, mesmo que para isso tivessem contraído empréstimos, a nova conjuntura, que já os alcançou com os pés de café produzindo e com suas fazendas abastecidas de braços, só traria vantagens.

Embora os gastos com a mão-de-obra aumentassem depois de 1850, os lucros auferidos com a venda do café para um mercado externo em plena expansão fizeram com que a empresa cafeeira pudesse continuar a se reproduzir sem maiores problemas. Além disso, o tráfico interno de escravos de regiões menos dinâmicas, como o Nordeste, iria suprir a demanda de mão-de-obra do vale do Paraíba. De acordo com Eliana Vinhaes, "a extinção do tráfico intercontinental não criou impacto sobre o município de Cantagalo, uma vez que a reposição da força de trabalho se deu com a regularidade que a economia local exigia".⁶ Desse modo, as décadas de 1850 e 1860 foram tempos de prosperidade, enquanto a de 1870 foi de verdadeiro apogeu para a economia do município, quando foi alcançada uma média de 6.172 pés de café plantados por escravo produtivo. Na mesma época, a média na região de Santos era de 3 mil pés por escravo, e em Capivari, de apenas 2 mil. A produtividade dos antigos Sertões do Macacu era tal que em 1871 o próprio presidente da província do Rio de Janeiro exaltava a importância da Estrada de Ferro de Cantagalo como via de escoamento da produção agrícola da região.⁷

Evidentemente, toda essa expansão implicou a aplicação de um maior montante de capital de forma a cobrir os gastos com a compra de mais escravos, com a ampliação das plantações e com o custeio das

⁶ Eliana Vinhaes, *op. cit.*, p.110.

⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 89.

antigas lavouras. Se até então os comissários de café eram responsáveis apenas pela comercialização do produto, passaram a atuar como banqueiros de seus contratantes, colocando-os em geral sob sua dependência financeira e usufruindo a maior parte de seus lucros.⁸

Mas houve também fazendeiros que escaparam a esse jugo, tornando-se, eles próprios, o que João Fragoso e Ana Maria Rios chamaram de “fazendeiros-capitalistas”. De acordo com esses historiadores, o fazendeiro-capitalista era aquele que “não vivia exclusivamente de suas atividades agrícolas”.⁹ Isto é, era o grande fazendeiro que procurava diversificar seus investimentos, aplicando seus lucros não apenas em terras e escravos. Alguns iriam investir em imóveis urbanos, outros no comércio ou em apólices, outros ainda iriam emprestar dinheiro a juros. Seriam exemplos clássicos desse tipo de fazendeiros o Comendador Manuel de Aguiar Valim e o Barão de Nova Friburgo.

Os fazendeiros-capitalistas formavam uma elite empresarial que respondeu de forma diferente de seus pares à crise do regime escravista, cada vez mais intensa à medida que o século avançava. Depois do fim do tráfico, com a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e o crescimento do movimento abolicionista, um dos pilares da empresa cafeeira, representado pelo trabalho escravo, foi sendo pouco a pouco demolido. Em lugar de investir na reprodução do sistema, ou seja, na compra de mais escravos e terras, ainda que daí adviesse boa parte de sua riqueza e que a margem de lucro dos outros investimentos fosse menor, esses fazendeiros “modernos” preferiram abrir novos caminhos.

De acordo com João Fragoso e Ana Maria Rios, o que estava em jogo nessa economia não era a reprodução pura e simples do lucro, e sim a reprodução de uma sociedade extremamente hierarquizada, cuja lógica se baseava num valor extra-econômico: o ideal aristocrático. Ou seja, em última instância, o objetivo não era expandir um empreendimento produtivo, mas sobretudo perpetuar as diferenças

⁸ Em trabalho anterior, analiso a ação dos comissários de café ao longo do século XIX e destaco seu papel como elementos responsáveis pela transferência dos principais lucros da cafeicultura para as atividades financeiras urbanas radicadas na Corte. Ver Marieta de Moraes Ferreira, *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro* (Niterói, UFF, 1977. Dissertação de mestrado).

⁹ João Luís Ribeiro Fragoso e Ana Maria Lugão Rios, Um empresário brasileiro no oitocentos, em Hebe Maria Mattos Castro e Eduardo Schnoor, *Regate - uma janela para o oitocentos* (Rio de Janeiro: Topbooks, 1995), p. 199.

entre senhores e escravos ou libertos, e mesmo entre os próprios senhores, de modo a garantir a existência de uma pequena e fechada elite agrária.¹⁰



Não foi possível saber o que produziu a antiga sesmaria de Santa Maria do Rio Grande entre 1793 e 1820, nos tempos de João Baptista Rodrigues Franco e de Isabel Maria da Silva. Mas sabe-se que, quando sua filha Basília e o marido Antônio Rodrigues de Moraes lá iniciaram a vida de casados, a vila vizinha de Cantagalo, ainda pequena, já estava em expansão. A população livre na década de 1820 era de aproximadamente 1.800 pessoas, enquanto o número de escravos chegava a 2.700. Havia na vila três lojas de fazenda, mais de uma dezena de tabernas, uma estalagem e 28 engenhos para a produção de açúcar. Além disso, Cantagalo já produzia aproximadamente 100 mil arrobas de café (1 arroba = 15 quilos).¹¹

Nos anos que se seguiram a seu casamento, Antônio prosperou de forma significativa. É difícil saber se já possuía algum capital acumulado no comércio ou se o casamento com Basília foi o ponto de partida de seu enriquecimento. De toda forma, seu inventário, datado de 13 de agosto de 1833, cerca de 13 anos após casamento, revela um estado de prosperidade já conquistado. Embora não se saiba como isso aconteceu, já que Basília tinha irmãos com os quais deveria dividir a herança paterna, na época Antônio já era o único proprietário da Santa Maria do Rio Grande e havia feito muitos investimentos nas atividades rurais. O inventário deixa clara a importância que o café já assumia na região. Encontra-se no documento o registro de uma sociedade constituída em 1826 entre o casal Moraes e Antônio Clemente Pinto, futuro Barão de Nova Friburgo, fornecedor de mão-de-obra escrava para as lavouras.¹² A dívida de Antônio Rodrigues de Moraes com o sócio, de 5:760\$061 (5 contos, 760 mil e 61 réis), era pequena em comparação com o seu monte-mor, que chegava a 65:000\$000 (65 contos de réis).

¹⁰ "Na verdade, a lógica destes empresários de fins do oitocentos foi a lógica, presente entre as elites desde os tempos da colônia, de que as mudanças 'estruturais' devem se processar de maneira a reiterar a diferenciação excludente." João Luís Ribeiro Fragoso e Ana Maria Lugão Rios, op. cit., p. 222.

¹¹ Eliana Vinhaes, op. cit., p. 31.

¹² O nome de Antônio Clemente Pinto encontra-se na listagem elaborada pelo historiador Manolo Florentino dos comerciantes envolvidos no tráfico negreiro entre 1811 e 1830. Ver Manolo Garcia Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, op. cit., p. 283.

O que o inventário de Antônio permite ver é que em 1833 ele e Basília possuíam não apenas as terras da antiga sesmaria dos Rodrigues Franco, mas uma fazenda produtiva, avaliada em quase 61:000\$000 (61 contos de réis). Essa avaliação cobria, além da terra, os bens nela existentes: uma casa de vivenda de madeira roliça e telha; uma casa que serve de senzala; uma casa de guardar café e telha; um moinho; três monjolos; 5.568 alqueires (1 alqueire = 13,5 litros) de café seco; 1.800 alqueires de milho; 70 alqueires de feijão; 80 alqueires de arroz; um cafezal com 90 mil pés produtivos; um cafezal com 8 mil pés de um ano; terreiros cercados de braúna, horta, pasto e laranjeiras; pasto para engordar porcos; roça com 80 palmos (1 palmo = 0,22 metros); uma casa para porcos de madeira roliça; animais; muitos instrumentos agrícolas, como machados e foices, novas e velhas, canoa, serras etc.; 50 escravos; utensílios domésticos. Os itens mais valiosos, correspondentes a cerca de 21:000\$000 (21 contos de réis) cada um, eram o cafezal "com pés já dando" e os 50 escravos. Além da fazenda Santa Maria do Rio Grande, o inventário incluía a fazenda Macabu e seus bens, avaliados em pouco mais de 4:000\$000 (4 contos de réis).

Tais valores incluíam o casal entre os altos estratos do mundo rural.¹³ No entanto, no que se refere aos objetos pessoais, móveis e utensílios domésticos, o espólio de Antônio era bastante reduzido. Percebe-se que, apesar da expansão econômica, seu estilo de vida ainda era bastante rústico. Possuía ele um armário; uma mesa grande e ordinária; dois bancos muito ordinários; um selim usado; dois baús pequenos; quatro painéis de ferro fundido; três caldeirões de ferro batido; três bandejas usadas; 18 talheres de ferro; um forno de cobre; uma espingarda de dois canos; um jogo de pistolas velho; um boné militar; uma sobrecasaca de pano azul fino em bom uso; uma sobrecasaca de sarja preta; um par de calças de pano azul; um lenço de seda; cinco lenços de algibeira; cinco pares de calças de brim; um colete preto de sarja; duas jaquetas de riscado; um par de esporas de prata; 12 lençóis de Bretanha; 13 guardanapos; um estojo de seis navalhas.

¹³ De acordo com João Fragoso e Manolo Florentino, na primeira década do século XIX uma negociação de 10 contos de réis era acessível a apenas 1/5 da população. Ainda que os valores do inventário de Antônio Rodrigues de Moraes sejam de 1833, e tenha havido uma certa desvalorização da moeda, é possível inferir que ele e Basília já integravam um grupo restrito do mundo rural brasileiro, como detentores de um patrimônio considerável. Ver João Fragoso e Manolo Florentino, *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840* (3a ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998).

A minúcia com que são detalhados os bens de uso pessoal e os utensílios domésticos demonstra sua raridade nas regiões recém-ocupadas pelos fazendeiros de café, já apontada pelo historiador Stanley Stein.¹⁴ É nesse contexto que o inventário de Antônio deve ser entendido, mas também é possível constatar que, mesmo entre os fazendeiros da região, seu padrão de consumo era um tanto restrito. Para melhor avaliá-lo, é interessante a comparação com o de outro fazendeiro de café de Cantagalo, Domingos José das Neves, e de sua mulher Maria Isabel da Silva, irmã de Basília.¹⁵ O casal legou a seus herdeiros um monte-mor de aproximadamente 15:000\$000 (15 contos de réis), dos quais mais de 7:000\$000 (7 contos de réis) estavam comprometidos com dívidas, o que mostra que a situação da família não era de prosperidade. No entanto, entre os objetos listados no inventário nota-se maior quantidade de peças de vestuário e de roupas de cama, o que denota um padrão de vida mais refinado. Pertenciam a Domingos José 12 lençóis de alcobaça; 12 lençóis de seda; 11 lençóis americanos; seis pares de meias de algodão; 11 coletes de fustão; oito jaquetas; 11 pares de calças; seis pares de ceroulas; dois lenços de seda de gravata. Pertenciam a Maria Isabel um chapéu-do-chile; um véu verde; uma mantilha roxa; uma dita preta velha; uma dita branca; um xale de seda roxo; uma mantilha de seda sarjada roxa velha; três vestidos de chita de casa roxos; dois ditos de chita; um vestido de pano verde de montar; cinco pares de meias; quatro lenços brancos; uma medalha de ouro de mãozinha com duas estrelas; uma dita de ouro cobrado e duas pedras amarelas; um par de brincos de ouro; um cordão de ouro; um cordão de nove palmos de ouro; uma faquinha de costura de prata; uma garrafa de cristal para água.

No início de sua vida com Basília, para saldar a dívida que Antônio Rodrigues de Moraes tinha com Antônio Clemente Pinto, João Antônio tomou uma atitude no mínimo ousada. Ele e Basília cederam ao credor metade do que a família possuía, ou seja, das fazendas Santa Maria do Rio Grande e Macabu e seus bens, e iniciaram uma nova sociedade. Nela, de acordo com escritura datada de 1836,¹⁶ Antônio

¹⁴ Stanley Stein, *Vassouras: um município brasileiro do café (1850-1900)* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990).

¹⁵ Domingos José das Neves faleceu em 1837, mas seu inventário só seria encerrado após a morte de Maria Isabel, que era a sua inventariante. O inventário de ambos, datado de 11 de agosto de 1846, está conservado no acervo da fazenda Santo Inácio.

¹⁶ Acervo particular de Bento Luiz de Moraes Lisboa.

Clemente Pinto e sua mulher entraram com a metade do capital, representado por “31 escravos, 9\$000 (9 mil réis) de café, metade da fazenda do Rio Grande (de todos os prédios, gado vacum, cavalar e porcadas) e metade dos porcos, gado vacum e cavalar que existem em Macabu”, o que correspondia a um valor monetário de 32:340\$915 (32 contos, 340 mil e 915 réis), enquanto João Antônio e Basília entraram com 27 escravos (15 dos quais pertenciam aos filhos de Basília), 49\$000 (49 mil réis) de café, a metade da fazenda do Rio Grande (com prédios, gado etc.) e a metade dos bens de Macabu, perfazendo igualmente 32:340\$915 (32 contos, 340 mil e 915 réis).

Ainda segundo a escritura, foi estabelecido que João Antônio seria o responsável pela administração dos negócios, não podendo trabalhar em nenhum outro, e ficaria obrigado a residir na fazenda Santa Maria do Rio Grande. Pelo serviço de administração, receberia 600\$000 (600 mil réis) por ano, além de sua família ser “sustentada na fazenda à custa da sociedade”. De acordo com os termos do contrato, “depois de ter remetido todo o café daquele ano, os sócios farão as contas e cada um poderá dispor das partes que lhes pertencem; os lucros e prejuízos serão divididos em partes iguais”.

Desde cedo, portanto, João Antônio parece ter adotado uma estratégia diferente da do irmão. Em vez de requisitar novos empréstimos a Antônio Clemente Pinto, preferiu envolvê-lo numa sociedade. Com isso, livrou-se das dívidas e conquistou autonomia frente a seu financiador. Com o passar dos anos, não só recuperaria a posse integral das fazendas Santa Maria do Rio Grande e Macabu, como adquiriria muitas outras.

De 1835, quando assumiu a direção dos negócios da família, até 1872, quando, juntamente com Basília, fez em vida a partilha de 2/3 dos bens do casal, João Antônio acumulou grande capital. Dois documentos mostram sua impressionante ascensão. Um deles é a *Partilha e inventário do Barão e da Baronesa das Duas Barras*, datado de Santa Maria Madalena, 1872,¹⁷ e o outro é o opúsculo já citado, *Biografia do Barão das Duas Barras por um seu amigo Dr. M. C. e testamento do Barão e Baronesa das Duas Barras*, que descreve os testamentos de ambos, relativos ao terço restante de seus bens, lavrados um ano após a partilha, em 1873. Comparando-se o monte-mor do inventário de Antônio Rodrigues

¹⁷ Acervo particular de Paulo Lisboa de Moraes.

de Moraes em 1833 com o total de bens de João Antônio e Basília em 1872, verifica-se que em pouco menos de 40 anos a fortuna do casal tornou-se 70 vezes maior – ou seja, os cerca de 65:000\$000 (65 contos de réis) de 1833 transformaram-se na enorme fortuna de mais de 4.000:000\$000 (4.000 contos de réis), em números exatos, 4.359:769\$164 (4.359 contos, 769 mil e 164 réis). Para os padrões da época, essa era uma quantia de fato espetacular, quase o dobro do valor do inventário datado de 1878 do rico Comendador Valim de São Paulo (2.847 contos, 169 mil, 362 réis), mencionado pelo historiador João Fragoso.¹⁸

A documentação relativa aos bens dos Barões das Duas Barras em 1872/1973 contém várias informações interessantes. Indica, por exemplo, que apenas cerca de 1/3 de sua fortuna, ou seja, 1.563:729\$130 (1.563 contos, 729 mil e 130 réis), correspondia a terras, escravos e pés de café.

No tocante a terras, o inventário de Antônio, em 1833, mencionava as fazendas Santa Maria do Rio Grande e Macabu. João Antônio as manteve, mas ao longo do tempo desbravou ou adquiriu outras 20, constituindo o que seu descendente Roberto Grey chamou de “galáxia de fazendas”: Barra, Bonança, Boa Esperança, Canteiro, Coqueiro, Córrego Alto, Engenho da Serra, Engenho Velho, Freijão, Glória, Grama, Monte Café, Neves, Olaria, Paraíso, Ribeirão Dourado, Rio São João (esta em Minas Gerais), Sant’Alda, São Lourenço e Sobrado.

No tocante a escravos, o inventário de Antônio mencionava a posse de 50; o testamento de João Antônio, em 1873, deixava pouco mais que isso, ou seja, 56 escravos, alforriados. Não é possível saber, pela leitura do inventário do Barão, o número exato de escravos que possuiu, já que antes da partilha dos bens, ao serem dissolvidas as sociedades de que participava, parte de seus escravos foi distribuída entre seus sócios, mas num cálculo aproximativo é possível supor que cerca de mil escravos trabalhassem nas suas 22 fazendas.

Outro dado significativo é o número de pés de café que João Antônio deixou a seus escravos. Os 50 mil pés a eles legados em testamento equivaliam a mais da metade do total registrado em 1833, de 98 mil pés. Mas aqueles 50 mil cafezeiros deviam ser um número

¹⁸ João Luís Fragoso e Ana Maria Rios, Comendador Aguiar Valim: um empresário brasileiro no oitocentos, em Hebe Maria Mattos Castro e Eduardo Schnoor, op. cit.

ínfimo se comparados ao total, tanto que puderam ser doados a “seus escravos libertos [...] que desfrutarão enquanto viverem, e por morte dos mesmos tudo ficará pertencendo a seus legítimos herdeiros”.¹⁹

É certo que a fortuna de João Antônio foi fruto de seus cafezais. Porém, tendo em vista suas práticas econômicas, sobretudo na segunda metade do século XIX, é possível identificar em seu perfil traços dos fazendeiros-capitalistas definidos por João Fragoso e Ana Maria Rios. Embora não se tenha envolvido no processo de comercialização do café, como muitos outros cafeicultores da época, mantendo-se ligado às firmas de Clemente Pinto e de Feliciano Henriques para a venda de sua produção, João Antônio, após libertar-se da dívida contraída pelo irmão, iria tornar-se ele próprio credor de outros fazendeiros. Assim é que, segundo o inventário de 1872, os outros 2/3 de sua fortuna estavam distribuídos da seguinte forma: 1.384:617\$487 (1.384 contos, 617 mil e 487 réis) representavam dívidas ativas, ou seja, empréstimos a outros fazendeiros ou parentes, e 1.563:729\$130 (1.563 contos, 729 mil e 130 réis) eram dinheiro em caixa, depositado em bancos ou nas casas comissárias com as quais costumava negociar.

Uma série de escrituras de confissão de dívida também comprova a atividade usurária de João Antônio, ao menos desde a década de 1860. Em 1866, por exemplo, emprestou 8:000\$000 (8 contos de réis) a José Joaquim de Oliveira Dias e sua mulher, Luísa de Souza Oliveira Dias, fazendeiros de Cantagalo.²⁰ Cinco anos depois, o montante da dívida havia quase dobrado, e o casal hipotecou uma fazenda denominada Socorro, em Cantagalo, com quase 100 mil pés de café de várias idades, benfeitorias e escravos, e um sítio, chamado do Moinho, na vila de Nova Friburgo. Na escritura de confissão de dívida feita em 18 de dezembro de 1871 por José Joaquim e sua mulher, e entregue ao Barão das Duas Barras na fazenda Santa Maria do Rio Grande, pode-se ler o seguinte: “Foi dito que se constituíam devedores da quantia de 8:000\$000 por escritura pública, de 8 de janeiro de 1866, competentemente registrada, vencendo o prêmio de um por cento ao mês acumulado, anualmente, e que concertando suas contas com o mesmo seu credor o Exmo. Barão das Duas Barras,

¹⁹ *Biografia do Barão das Duas Barras por um seu amigo Dr. M. C. e testamento...*, op. cit., p. 14.

²⁰ Escritura de confissão de dívida datada de 18 de dezembro de 1871. Acervo da fazenda Santo Inácio.

as quais acham conforme e exatas, por elas verificaram dever a quantia de 15:686\$576 (15 contos, 686 mil e 576 réis) de principal e prêmios vencidos até esta data”.

Em várias outras ocasiões foram detectadas práticas semelhantes. D. Catarina Rosa de Macedo, fazendeira viúva, também se endividou na década de 1860. Em 1867, recorreu a João Antônio para obter a quantia de 21:716\$072 (21 contos, 716 mil e 72 réis). Em 1870, seu saldo devedor chegava a pouco mais de 30:000\$000 (30 contos de réis).²¹ Esses exemplos demonstram não só a atuação do Barão como emprestador de dinheiro a juros, mas a própria lucratividade dessa atividade.

Outro exemplo da atuação de João Antônio como fazendeiro-capitalista encontra-se na documentação da firma Moraes & Sobrinho. Trata-se de uma sociedade formada em 1849 por João Antônio, Basília, José Antônio – filho do primeiro casamento de Basília – e a mulher deste, Leopoldina. A firma, cuja sede seria a fazenda das Neves, comprada quatro anos antes por João Antônio e José Antônio, possuía um capital total de 24:000\$000 (24 contos de réis), constituído em partes iguais pelos dois casais.²² Quando da dissolução amigável da sociedade, por conta da partilha de bens de João Antônio e Basília em 1872, constata-se que apenas em dívidas ativas a Moraes & Sobrinho possuía mais de 133:000\$000 (133 contos de réis), ou seja, quase seis vezes o capital inicial. Um exemplo de sua atuação como emprestadora foi o empréstimo de 100:000\$000 (100 contos de réis) concedido em 1869 ao Conselheiro João de Almeida Pereira Castro e sua mulher, tendo como garantia a hipoteca de uma fazenda em Campos. O saldo líquido dividido entre os sócios, no momento da dissolução, chegava à espantosa quantia de 1.093:874\$720 (1.093 contos, 874 mil réis e 720 réis). Passados 24 anos, a sociedade estava longe de ser um pequeno negócio entre parentes. Era, para a época, uma grande empresa agrícola e financeira.

A escritura de dissolução da Moraes & Sobrinho, datada de 16 de janeiro de 1873, contém informações precisas sobre o patrimônio da sociedade. Na época a empresa possuía: 105:000\$000 (105 contos de réis) em bens de raiz e benfeitorias; 33:000\$000 (33 contos de

²¹ Escritura de confissão de dívida datada de 27 de junho de 1870. Acervo da fazenda Santo Inácio.

²² Escritura da firma Moraes & Sobrinho, datada de 15 de dezembro de 1849, lavrada na fazenda Santa Maria do Rio Grande. Acervo da fazenda Santo Inácio.

réis) em café em coco; 1:368\$200 (1 conto, 368 mil e 200 réis) em bens móveis e utensílios; 7:800\$000 (7 contos e 800 mil réis) em animais (gado e tropas); 178:200\$000 (178 contos e 200 mil réis) correspondentes a 163 escravos; 133:280\$000 (133 contos e 280 mil réis) em dívidas ativas; 176:321\$202 (176 contos, 321 mil e 202 réis) em dinheiro na Casa Friburgo & Filhos; 300:105\$230 (300 contos, 105 mil e 230 réis) na casa J. Henriques & Macedo Sobrinho; 165:353\$316 (165 contos, 353 mil e 316 réis) em dinheiro em caixa. Ao ser dividido esse patrimônio, José Antônio de Moraes e Leopoldina ficaram com os bens de raiz, escravos, utensílios, animais e dinheiro em caixa completando o valor da meação, enquanto o Barão e a Baronesa das Duas Barras receberam suas partes em dinheiro depositado nas casas financeiras mencionadas.

Se a diversificação de empreendimentos e o investimento no mercado financeiro caracterizaram muitos outros fazendeiros-capitalistas, que a partir da década de 1860 perceberam o fim próximo da escravidão e se preparam para enfrentar o baque que a falta de mão-de-obra traria para suas lavouras, João Antônio parece ter pertencido a um grupo especial. O fato de ter deixado escravos libertos e de lhes ter legado pés de café e terras – “a quarta parte de uma sesmaria” – em sua fazenda Santa Maria do Rio Grande parece indicar que, ao contrário de outros fazendeiros, acreditava na possibilidade de manter os ex-escravos em suas fazendas após a Abolição, como trabalhadores rurais. Certamente veio dessa crença, transmitida aos filhos, a transição pacífica do trabalho escravo para o trabalho livre nas antigas terras do Barão, e também um certo “orgulho” presente na memória familiar quando hoje se diz que, nas fazendas dos Moraes, os escravos não foram embora quando veio a libertação.

A partilha de bens de João Antônio e Basília teve ainda outros aspectos curiosos. Como já foi dito, João Antônio decidiu dividir em vida 2/3 de seu patrimônio e de sua mulher entre seus filhos e enteados, ficando o terço restante, correspondente a 1.453:256\$368 (1.453 contos, 256 mil e 368 réis), reservado para a manutenção do casal enquanto vivesse. O montante a ser partilhado, 2.906:512\$776 (2.906 contos, 512 mil e 776 réis), foi por sua vez dividido em duas partes iguais entre o Barão e a Baronesa, e cada uma das partes foi redividida pelo total de filhos de cada um. Assim, a parte de João Antônio, equivalente a 1.453:256\$368 (1.453 contos, 256 mil e 368 réis), foi dividida entre seus quatro filhos, Felizarda, Joaquim, Elias e Amélia,

recebendo cada um 363:314\$092 (363 contos, 314 mil e 92 réis), enquanto a parte de Basília foi dividida por nove, ou seja, por esses quatro e mais os cinco filhos do primeiro casamento, José Antônio, Antônia Rosa, Basília (II) e Antônio, e mais os herdeiros de Francisco, já falecido, recebendo cada parte 161:472\$932 (161 contos, 472 mil e 932 réis). Dessa forma, mesmo de acordo com a lei, a divisão beneficiou os filhos de João Antônio, já que a soma das doações do pai e da mãe a cada um totalizava a fortuna de 524:787\$024 (524 contos, 787 mil e 24 réis). Outro detalhe é que a herança recebida por cada uma das partes tinha composição idêntica à do patrimônio do Barão: uma parcela em terras, escravos e café, outra em dívidas ativas e outra em dinheiro. O cuidado em repassar aos herdeiros a mesma distribuição de recursos que adotara deixa claro que, em 1872, João Antônio estava realmente consciente das mudanças na estrutura produtiva do país que se aproximavam, e por isso direcionou o principal de sua fortuna, e da de seus herdeiros, para novas atividades.

Para a parte de seus bens não dividida em vida, em 1873 João Antônio e Basília fizeram cada um seu testamento, determinando de comum acordo o que deveria ser feito após a morte do último cônjuge. Retiradas as doações para escravos, ex-escravos libertos, empregados, parentes pobres e agregados, os bens deveriam ser vendidos, e o montante apurado deveria ser reaplicado em títulos da dívida pública a serem partilhados entre os herdeiros. Os títulos que o Império começou a emitir em 1865 para financiar os gastos com a Guerra do Paraguai, "embora menos lucrativos, eram nas condições do mercado financeiro de longe os mais seguros".²³ João Antônio ainda viveu dez anos após ter feito seu testamento, vindo a morrer em 1883. Em 1884 Basília refez o dela, sempre mantendo a orientação do marido. Faleceu naquele mesmo ano, mas seu inventário só seria concluído em 1894. O total apurado com a venda de seus bens chegou a 1.152:000\$000 (1.152 contos de réis), que foram divididos entre seus nove filhos. No caso dos filhos já falecidos, Francisco, Antônia e Joaquim, a herança foi subdividida entre os genros, noras e netos.

O testamento de João Antônio, corroborado por Basília, é especialmente interessante por permitir perceber sua noção de família e sua preocupação em construir uma memória familiar. Além de determinar

²³ João Luís Ribeiro Fragoso e Ana Maria Lugão Rios, op. cit., p. 221.

que os bens fossem vendidos e transformados em títulos, evidenciando mais uma vez a consciência do esgotamento do sistema em que fizera fortuna, João Antônio fez questão de introduzir uma cláusula que tornava as apólices inalienáveis por 50 anos. Isso mostra sua preocupação com a preservação do patrimônio familiar e com a sobrevivência de seus descendentes, uma vez que a imobilização lhes garantiria uma renda certa, proveniente de juros, até a terceira geração.

Mas são as determinações de João Antônio relativas à fazenda Santa Maria do Rio Grande as que mais chamam a atenção, por seu aspecto não apenas econômico, mas também simbólico. Origem da acumulação de riqueza da família, residência do casal desde seu casamento, cemitério familiar, espaço onde casamentos, batizados e demais festas familiares sempre se realizaram, a antiga sesmaria de Santa Maria do Rio Grande, requerida em 1793 ao Vice-Rei pelo pai de Basília, João Baptista Rodrigues Franco, deveria constituir um local de abrigo para todos — ex-escravos, empregados, parentes e agregados — que necessitassem de acolhida. Embora a propriedade tenha ficado restrita aos quatro filhos de João Antônio, sendo excluídos os seus enteados, o uso do lugar deveria ser coletivo. Mesmo possuindo muitos herdeiros, a propriedade seria inalienável e indivisível, e assim deveria permanecer, de acordo com o testamento do Barão, e à revelia da legislação vigente, para todo o sempre.

Após a morte de João Antônio e Basília em 1883 e 1884, a fazenda Santa Maria do Rio Grande, como fora determinado, tornou-se propriedade de Felizarda, Elias, Joaquim, Amélia e seus descendentes. Durante 50 anos, ou seja, até 1933, quando morreu Amélia, filha caçula e última descendente direta dos Barões das Duas Barras, permaneceu indivisa e ocupada por todos. Tinha então 17 proprietários, e só nesse momento se pensou em discutir as ordens do Barão.



Como seria, na vida de todo dia, esse homem que, beneficiado sem dúvida por condições familiares e de mercado favoráveis, foi capaz de aproveitá-las com tanto sucesso? A memória familiar, passadas cinco gerações, ressalta seu senso de iniciativa, sua determinação e persistência, sempre canalizadas para a expansão de suas lavouras através da incorporação de novas terras e da compra de novos escravos. Mas como teria sido sua prática de trabalho desde que se casou com Basília e passou a plantar café na fazenda Santa Maria do Rio Grande?

É sabido que, a partir de meados do século XIX, as florestas virgens da província do Rio de Janeiro foram sendo devastadas com uma extraordinária velocidade pelos cafeicultores para dar lugar a plantações que atenderiam a uma demanda internacional em expansão e os transformariam em “barões do café”. O processo de preparação de um novo cafezal começava com a retirada da floresta das madeiras de lei, que em geral eram utilizadas na própria fazenda. Em seguida, lançava-se fogo à mata. Há relatos de viajantes estrangeiros que contam do “barulho ensurdecedor” das queimadas nas florestas.²⁴ Na terra ainda quente e enegrecida, os escravos iniciavam então o trabalho para o plantio dos pés de café. Certamente não foi muito diferente a rotina nas fazendas que João Antônio ia desbravando. Segundo Judith Veiga, seu biografado chegou a receber o apelido de “João Maluco”, tal era a proporção dos incêndios que provocava para incorporar novas terras às suas plantações.²⁵

E quanto ao interior da sede da Santa Maria do Rio Grande no tempo do Barão e da Baronesa, como seria guarnecido? O inventário de João Antônio e Basília, em 1872, arrola os pertences da casa: 17 cadeiras de jacarandá, duas cadeiras de braço de jacarandá, duas cadeiras de balanço, um sofá, um divã “marroquino”, dois consoles de jacarandá, dois lavatórios de vinhático, dois cabides envernizados, duas camas francesas, uma rede, um espelho grande, uma mesa grande de jacarandá, um tapete e quatro escarradeiras, um lavatório grande com mesa marrom, um lavatório pequeno velho, uma mobília de sala de espera, uma secretária de jacarandá, um armário de vinhático, uma mesa de jacarandá, um lavatório com bacia, jarro e espelho, uma mesa elástica para jantar, 12 cadeiras de jacarandá, um relógio de parede com caixa de vinhático, dois guarda-louças de vinhático, um guarda-louça de vinhático com gavetas, uma talha de barro, uma marquesa de jacarandá, 52 libras de prata em obras, um faqueiro, um aparelho de porcelana, um fogão econômico, um fogão de ferro, além de utensílios de cozinha (tachos, panelas etc.). Quase 20 anos depois, em 1891, o inventário de seu genro Francisco Lopes Martins, marido de Felizarda de Moraes, na parte que se refere à fazenda Santa Maria, mencionaria ainda outras peças: um piano e diversos objetos de deco-

²⁴ Walsh, *Notices of Brazil*, citado por Stanley Stein, *Vassouras: um município brasileiro do café (1850-1900)*, op., cit., p. 59.

²⁵ Judith Veiga, op. cit., p. 40-50.

ração como quadros, bustos, veados de louça e castiçais.²⁶ O cenário sem dúvida mudara bastante desde a morte de Antônio Rodrigues de Moraes em 1833, quando, entre os móveis e utensílios arrolados, figuravam bancos “muito ordinários” e talheres de ferro. Os móveis e objetos listados nos inventários do Barão e de Francisco Lopes Martins indicam a existência de maior conforto e sofisticação na vida doméstica.

O enriquecimento não teria trazido, porém, uma mudança substancial nos hábitos de João Antônio e de sua família. Informa o Dr. M. C., ao biografar o amigo Barão, que o início de sua vida teria sido penoso: “perdeu os pais aos três anos de idade e contratou-se com seu irmão Manoel para aprender a ler, pagando-lhe com seus serviços pessoais”. Moço ainda, “paupérrimo”, viera para Cantagalo e aí, “graças à sua força de vontade, ao seu gênio laborioso e ao seu espírito metódico e econômico”, conseguira juntar enorme fortuna. Mas, no íntimo, não mudara:

“Tinha costumes patriarcais mineiros. A sua mesa era mineira, frugal e abundante. Nela apareciam regularmente a canjica, as pipocas, a couve mineira, o caldo de unto, a rapadura. Preferia a tudo o bem estar da família. Visitava de tempos em tempos com sua esposa, ela de liteira e ele a cavalo, as numerosas fazendas dos parentes, que todas tinham já sido igualmente suas. [...]

Foi sempre brando para os escravos, que o estimavam e respeitavam.

Era curioso ver o Barão das Duas Barras, da sua rede, ouvir e decidir perdendo muito tempo questões mínimas entre seus velhos libertos ou escravos, que ficavam por isso muito lisonjeados e se acomodavam sem mais apelação. Hoje, como sempre, preferia a calça e a camisa de brim mineiro aos finos estofos do estrangeiro. Não gostava do trolly, cómodo veículo, hoje muito em uso e que muitos Moraes possuem. Viajava sempre nas suas pacíficas bestas de sela.”²⁷

²⁶ Inventário de Francisco Lopes Martins, datado de 19 de dezembro de 1891. Arquivos do Pró-Memória da Prefeitura de Nova Friburgo.

²⁷ *Biografia do Barão das Duas Barras por um seu amigo Dr. M. C. e testamento...*, op. cit.

É claro que uma casa mais confortável foi construída, móveis de jacarandá foram fabricados por carpinteiros portugueses, e alguns objetos de melhor qualidade, como louças, roupas de cama e mesa, foram importados, mas nada muito luxuoso. João Antônio manteve-se sempre um homem rural que não se urbanizou, não construiu mansões nas vilas e nas cidades e não ocupou cargos públicos. O Barão nunca mandou fazer um brasão e não chegou a ter louças e cristais com seu monograma. No máximo, teve um aparelho de chá de prata gravado com suas iniciais e fez-se retratar, assim como à Baronesa.

Hoje, os retratos originais estão na fazenda do Ribeirão Dourado. Embora o retrato da Baronesa não seja assinado, presume-se que seja de autoria do mesmo pintor que assina o do Barão. Trata-se do retratista francês Viancin, ativo na Corte e no interior da província fluminense na segunda metade do século XIX. Do original de Viancin foram copiados todos os outros retratos a óleo do Barão que estão nas paredes das fazendas de seus descendentes.²⁸

Em seu testamento, João Antônio pedia para ser sepultado no cemitério da Santa Maria do Rio Grande, e que seu corpo fosse transportado pelos escravos mais velhos. Assim foi feito, e até hoje lá repousam os restos dos Barões das Duas Barras.

²⁸ Avaliação de Carlos Eduardo de Castro Leal em Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Leal, *op. cit.*



Fazenda do Ribeirão Dourado, no atual município de Cordeiro.

SOB AS ORDENS DO BARÃO

Além da capacidade de trabalho

e do talento para fazer fortuna, João Antônio de Moraes sempre teve a preocupação, expressa em seu inventário de maneira até surpreendente, de definir os rumos de sua família. Por isso mesmo tornou-se um ponto de referência para toda a parentela, não apenas para seus filhos e enteados, mas também para seus irmãos, cunhados e sobrinhos. Isso não significa que não houvesse discordâncias em relação às suas recomendações. Um episódio ilustra os dois lados da moeda.

Provavelmente inspirado em seu exemplo, Felisberto de Moraes – outro irmão que deixou as Minas Gerais para se instalar na região de Cantagalo – foi até a fazenda Santa Maria do Rio Grande em busca de auxílio para preparar o próprio testamento. O Barão o ajudou a elaborar o documento e ficou como testamenteiro, além de tutor de Antônia, filha natural de

Felisberto nascida quando este já era viúvo. O testamento continha uma determinação cuja origem é possível reconhecer: a terça parte dos bens de Felisberto era legada em forma de apólices que só poderiam ser vendidas após 49 anos. A inclusão de mais uma herdeira e a gravação de parte da herança certamente desagradaram aos filhos legítimos de Felisberto, que pressionaram o pai para que anulasse o documento. Felisberto mandou um emissário buscá-lo, mas o Barão, em vez de entregá-lo, enviou-lhe a seguinte carta:

“Rio Grande, 8 de fevereiro de 1879

Aqui veio hoje pela segunda vez o Sr. Moreira para levar o seu testamento. Eu disse a ele que não entregava a ele e que Vossa Mercê o depositou em minha mão e que eu na sua o depositaria.

Eu já não tenho ido levá-lo porque tenho andado como lhe mandei dizer enfermo, mas se Deus quiser segunda ou terça da semana que entra lá estarei e também lhe previno que não vale nada Vossa Mercê inutilizar este, visto que tem outro no Banco do Brasil.

Eu sei que pessoas ignorantes têm lhe dito que Vossa Mercê com a despesa do seu testamento vai sobrecarregar sua família com mais 40 a 50 contos. Meu Mano e amigo eu felizmente nunca careci do que é seu, o que eu tenho me chega e sobra muito principalmente estando eu com 68 para 69 anos e por isso Vossa Mercê pode fazer do seu testamento o que bem lhe parecer e pode queimá-lo que eu com isso não tenho prejuízo nenhum.

Estimo as suas melhoras

seu Mano e amigo

Barão das Duas Barras”

A carta, único documento encontrado escrito de próprio punho pelo Barão, foi anexada ao processo movido no ano de 1883 pelos filhos de Felisberto, visando a anular o testamento do pai.¹ Alegavam eles que o documento, que o próprio Felisberto tentara sem êxito anular dias antes de morrer, não significava “outra coisa mais do que

¹ Arquivo Nacional, Seção de Documentação Judiciária, caixa 2624, processo 10047.

uma das muitas condescendências do testador — homem ignorante — para com o Barão das Duas Barras, seu irmão, que exercia sobre seu ânimo extraordinária influência e que governava-lhe a vontade”. Embora não tenham sido encontrados documentos que revelem a sentença final do processo, fica realmente clara a influência de João Antônio como arquiteto de estratégias para a transmissão da herança familiar. Essa ingerência seria mais forte, evidentemente, na vida dos que lhe eram mais próximos.

Assim, por exemplo, ao contrário do que ocorreu com as famílias Salusse e Neves, que procuraram alianças matrimoniais fora de seu grupo de origem, a família Moraes, por orientação deliberada de seu chefe, tendeu à mais completa endogamia. Essa tendência manifestou-se claramente nos arranjos matrimoniais que João Antônio estabeleceu, a partir da década de 1840, para seus enteados (e sobrinhos) e para seus próprios filhos. Para a maioria deles escolheu primos-irmãos, com o objetivo de fortalecer os laços de parentesco e de garantir sua supervisão sobre os negócios familiares. Esses celeiros de primos localizavam-se em Minas e nos arredores da fazenda Santa Maria do Rio Grande. De Minas vieram os filhos de seus irmãos — ou seja, de Manoel Antônio de Moraes, casado com Maria Teresa de Mello, e de Antônia Rita de Moraes, casada com Vicente Ferreira de Mello, irmão de Maria Teresa —, e das fazendas vizinhas vieram as filhas dos irmãos de Basília — de Maria Isabel da Silva, casada com Domingos José das Neves, e de Bernardo Rodrigues Franco. Esse padrão de casamentos interprimos repetiu-se com frequência na terceira geração, ou seja, entre os netos e sobrinhos-netos do Barão. Se o objetivo de fortalecer e controlar a família foi alcançado, de outro lado, criou-se desse modo uma intrincadíssima rede de parentesco, onde a repetição exaustiva dos nomes Manoel, Antônio, Antônia e Felizarda dá por vezes a impressão de um emaranhado impossível de se deslindar.



O primeiro filho de Basília e Antônio Rodrigues de Moraes, irmão assassinado de João Antônio, Francisco Rodrigues de Moraes, nascido em 1820, casou-se com sua prima-irmã Maria Felizarda Ferreira de Moraes, filha de Antônia Rita de Moraes e de Vicente Ferreira de Mello. Contudo, contrariando as expectativas da família, o jovem casal fixou-se em São Sebastião de Itaiaçu, em Minas Gerais, onde nasceram seus dez filhos: Basília (III), Luiza, Vicência,

Romualda, Laura, João, Manoel, Antônio, Teófilo e Amélia. Longe de casa, e em alusão ao lugar de onde provinha, Francisco iria tornar-se conhecido como Chico Cantagalo.

Pode-se supor que Francisco, já com 13 anos de idade por ocasião da morte do pai, tenha tido dificuldades em aceitar o comando do tio e padrasto João Antônio sobre sua família. Assim, ao contrário de seus irmãos, que de modo geral permaneceram em Cantagalo, área de ampliação da fronteira agrícola e de inúmeras possibilidades de negócios, preferiu fazer o caminho de volta à região onde se tinha fixado, ao chegar ao Brasil, seu bisavô Manoel de Moraes Coutinho. Sem querer permanecer sob a tutela direta de João Antônio, decidiu tocar seus negócios por conta própria. A opção de se dedicar à pecuária, e não à cafeicultura, como fizeram os irmãos que permaneceram na província fluminense, custou-lhe porém muito caro. Seu inventário, datado de 15 de novembro de 1871, mostra a difícil situação em que se encontrava ao morrer, aos 51 anos, em contraste com os irmãos e cunhados. A descrição dos equipamentos de sua casa demonstra quão humilde era seu trem de vida. Possuía uma bacia de cobre; cinco painéis de ferro; um gancho de ferro; 12 cadeiras quebradas; uma mesa grande sem gaveta; uma mesa pequena com gaveta; um banco liso ordinário; um armário com portas; duas caixas grandes; um par de castiçais; um tear com seus pertences; um escaroçador velho; três barris de carregar água; um carro com a mesa sem assoalho; um carro ferrado já velho; um selim usado.

A atividade econômica de Chico Cantagalo em Minas se resumia à criação de gado numa pequena propriedade de terra de aproximadamente oito alqueires. Ao falecer possuía, além da terra, cerca de 250 cabeças de gado e 20 escravos, mas todo o seu patrimônio estava hipotecado. O insucesso nos negócios acabou por levá-lo a tomar sucessivos empréstimos de seu tio e padrasto João Antônio, de seu irmão José Antônio e da firma pertencente aos dois, a Moraes & Sobrinho. Ao que parece, seus parentes foram rigorosos na cobrança dos empréstimos, e sua propriedade foi penhorada, juntamente com seu rebanho e seus escravos.

O endividamento de Chico Cantagalo se fez ao longo de vários anos, e como o devedor não conseguia pagar os juros, a dívida foi aumentando. Em 1858, João Antônio lhe emprestou 18:193\$000 (18 contos e 193 mil réis) a juros de 10% ao ano. De acordo com os dados contidos em seu inventário, Chico nunca saldou a dívida, que em 1871

atingia 63:514\$179 (63 contos, 514 mil e 179 réis), dos quais 45:321\$179 (45 contos, 321 mil e 179 réis) correspondiam a juros. Ainda segundo seu inventário, Chico Cantagalo teria tomado emprestado de seu irmão José Antônio a quantia de 28:550\$000 (28 contos e 550 mil réis), tendo ficado estabelecido que não haveria juros nos primeiros seis anos. Depois disso, porém, seria cobrada a taxa de 1% ao mês. A garantia do empréstimo eram 18 escravos e 250 cabeças de gado. Também essa dívida deixou de ser paga. Isso explica por que sua mulher Maria Felizarda e seus filhos, por ocasião de sua morte, fizeram uma petição oficial desistindo da herança em favor dos credores.

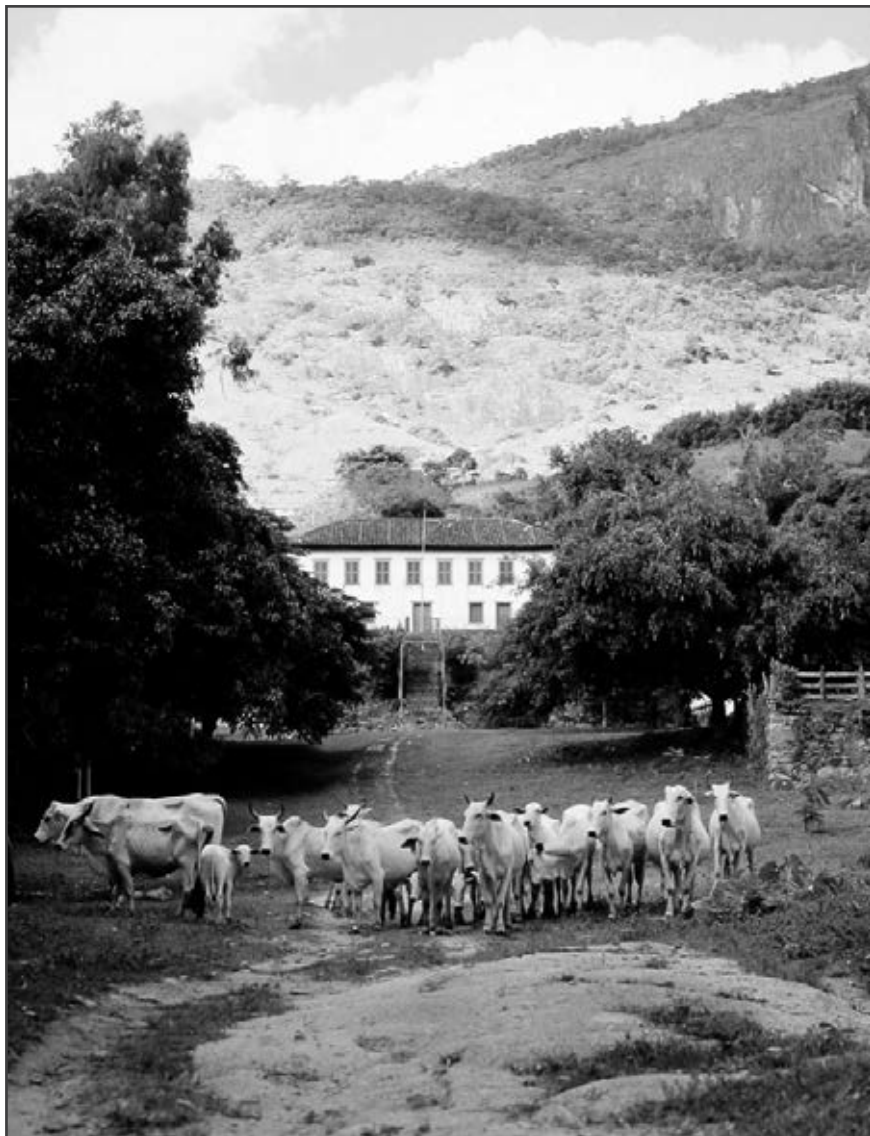
O casamento da filha mais velha de Chico Cantagalo, Basília (III), com o tio Joaquim Antônio de Moraes, filho de João Antônio e Basília, portanto meio-irmão de Chico, foi uma forma de João Antônio garantir o controle e a supervisão sobre os netos e evitar que os descendentes de seu enteado enfrentassem a total pobreza. Quando Basília (III) e Joaquim Antônio se casaram, João Antônio e Basília, avós dela e pais dele, já estavam preparados para fazer a partilha de seus bens, pela qual Joaquim Antônio receberia a quantia de 524:000\$000 (524 contos de réis). Os filhos de Chico Cantagalo também seriam contemplados na partilha, ao receber, doada por Basília, a parte que caberia a seu pai; anos mais tarde, receberiam ainda o correspondente à terça da Baronesa.

A segunda filha de Chico Cantagalo, Luiza, casou-se com seu primo-irmão João Pereira de Moraes, apelidado de Juanico, filho de Basília (II), irmã de Chico, e de Antônio Pereira de Mello. O oitavo filho, Antônio, também casou-se com uma prima-irmã, Maria Amália, ou Maricas, irmã de Juanico.



José Antônio de Moraes, segundo filho de Basília e Antônio Rodrigues de Moraes, nascido em 25 de janeiro de 1821, receberia o título de Barão de Imbé em 1884, e o de Visconde em 1889. No final da década de 1840 casou-se com sua prima-irmã Leopoldina das Neves, filha de sua tia materna Maria Isabel da Silva e de Domingos José das Neves. O casal teve cinco filhos: João Urbano, Josepha, Regina, Trajano e Elias Antônio. Os três primeiros morreram de tuberculose, e apenas Trajano e Elias Antônio sobreviveram.

Ao contrário de seu irmão Chico Cantagalo, José Antônio começou a vida trabalhando com o tio e padraсто João Antônio, com quem aprendeu os segredos do plantio e do beneficiamento do café.



Fazenda Santo Inácio, no atual município Trajano de Moraes.

Em 1845, ainda solteiro, comprou em sociedade com o tio a fazenda das Neves, em São Francisco de Paula. A oportunidade da compra surgiu através de outro tio, Joaquim Rodrigues Franco, irmão de Basília. Joaquim era credor de uma dívida de pouco mais de 7:000\$000 (7 contos de réis) contraída por sua irmã Maria Isabel da Silva e seu cunhado Domingos José das Neves. Com o falecimento deste em 1837, e a abertura do inventário, a viúva e os herdeiros — uma das herdeiras era Leopoldina, futura mulher de José Antônio — foram condenados a pagar o que deviam. A solução encontrada foi vender uma parte de sua fazenda. João Antônio e José Antônio entregaram então o dinheiro diretamente a Joaquim Rodrigues Franco, conforme consta na escritura de venda das terras.² Em 1849, três anos após a morte de Maria Isabel, seu filho João Batista da Silva Neves, juntamente com a mulher Ana Bernardina de Mello, venderam a João Antônio e José Antônio as terras que ainda lhes pertenciam, nas quais havia seis mil pés de café, pela quantia de 1:165\$978 (1 conto, 165 mil e 978 réis).³ A fazenda das Neves seria a sede da firma fundada naquele ano por João Antônio e José Antônio, a Moraes & Sobrinho, em cuja escritura de constituição se lê que José Antônio contou, para iniciar seu negócio, com a “legítima paterna”, com “suas economias” e com “suas porções vencidas por serviços que prestara durante oito anos” a João Antônio. Ficou estipulado ainda que caberia a José Antônio administrar a fazenda, e à sua mulher, Leopoldina, “prestar os serviços adaptados ao seu sexo”, sem que para isso recebessem salário algum. A João Antônio, por sua vez, caberia adiantar o capital para a compra do material necessário ao início dos trabalhos agrícolas.

Para comercializar sua produção cafeeira, José Antônio recorreu, assim como João Antônio, à firma do comissário de café Feliciano José Henriques, no Rio de Janeiro. Seja como cafeeiro, seja como homem de negócios, desde o início demonstrou grande capacidade de empreendimento, tornando-se um importante auxiliar no

² A escritura de venda da fazenda das Neves, datada de 9 de junho de 1845, detalha a negociação. D. Maria Isabel da Silva Neves e seus filhos (João Batista da Silva Neves e sua mulher Ana Bernardina de Mello; Bernardo José da Silva Neves; Joaquim José da Silva Neves; Maria Isabel da Silva Neves e os menores José, Leopoldina, Joaquina e Cândida) venderam “750 braças de terras de testada e 1.500 braças de fundos no Ribeirão das Neves”. O total pago por João Antônio e José Antônio foi de 7:500\$000 (7 contos e 500 mil réis), dos quais 7:439\$347 (7 contos, 439 mil e 347 réis) foram entregues a Joaquim Rodrigues Franco como pagamento da dívida dos vendedores. Acervo da fazenda Santo Inácio.

³ A escritura de venda dessa porção de terras e casas de residência data de 24 de maio de 1849. Acervo da fazenda Santo Inácio.

processo de acumulação de capital da firma Moraes & Sobrinho. Ainda que orientado pelo tio, teve também iniciativas próprias que se mostraram bem-sucedidas. Um exemplo foi a compra, em 1872, da fazenda Santo Inácio, propriedade vizinha da fazenda das Neves, com 463 braças (1 braça = 2,2 metros) de terras, 4.914 pés de café velhos, 16 mil pés de oito anos, 60 mil pés mais novos e benfeitorias, no valor total de 17:490\$000 (17 contos e 490 mil réis). A Santo Inácio, ainda hoje nas mãos de seus descendentes, guarda um acervo onde podem ser encontrados os documentos referentes à fundação da Moraes & Sobrinho e vários contratos de empréstimo feitos pela firma.

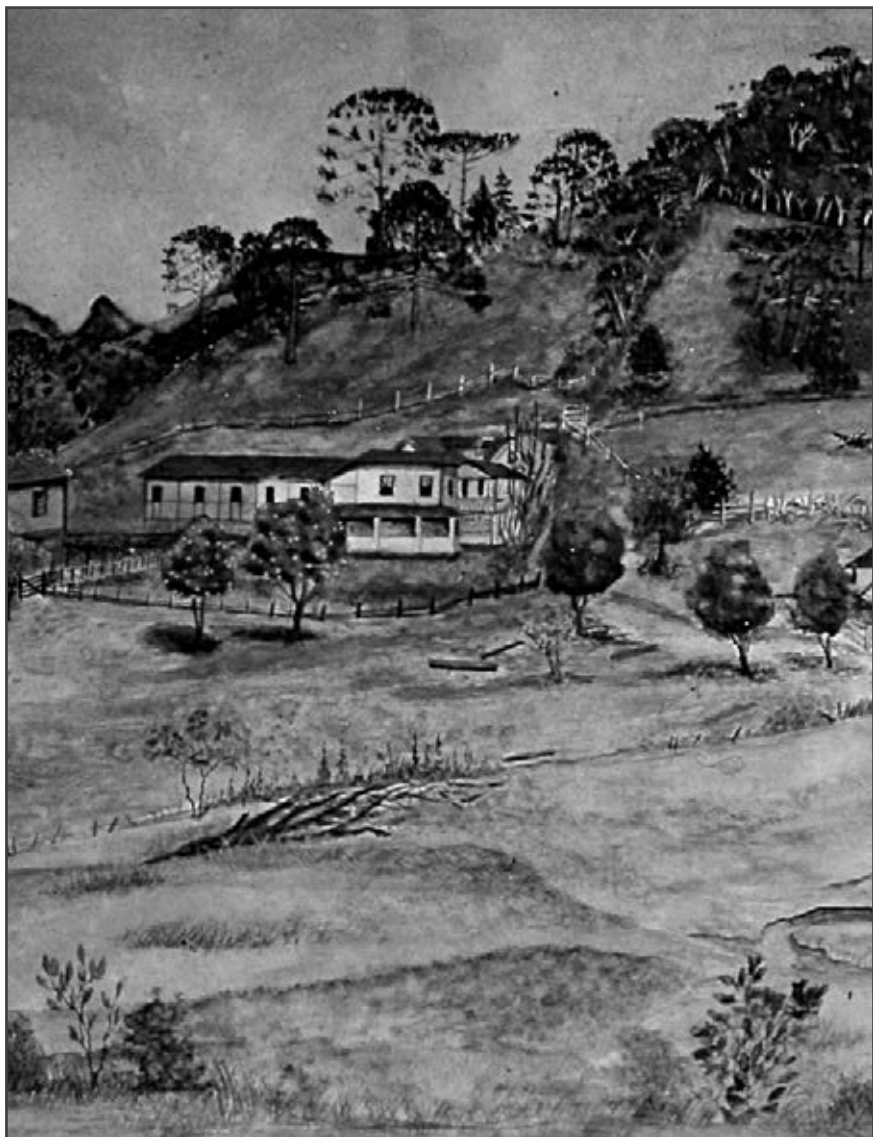
José Antônio comprou ainda muitas outras propriedades em São Francisco de Paula nos anos 1880, ampliando de forma significativa seu patrimônio. Mas a parte mais importante de suas aplicações foram os empréstimos de dinheiro a juros. Uma operação que ilustra esse tipo de atividade é a que o levou à posse da fazenda Aurora, também em São Francisco de Paula, em 1888. Pressionado pelas dificuldades que atingiam a lavoura cafeeira fluminense no final dos anos 1880, em 1887 José Joaquim Coelho de Magalhães, proprietário da Aurora, pediu a José Antônio um empréstimo de 78:285\$545 (78 contos, 285 mil e 545 réis). Em abril do ano seguinte, diante da impossibilidade de saldar seu débito, foi obrigado a entregar as seguintes propriedades, como ficou registrado na escritura de quitação da dívida: "a fazenda Aurora com 190 alqueires de medida antiga (ou 5.172 750 m²) de terras em matas, capoeiras, pastos, cafezais; com casa de vivenda, casa de máquinas para beneficiar café e os maquinismos existentes; casas servindo de armazéns para guardar café, paiol, senzalas, casa de tropa, tenda de ferreiro, casa de hospital, com todo o cafezal calculado em 200 mil pés de diferentes idades, com dois terreiros de pedra; e mais os sítios denominados respectivamente de Barcelos, Belmira e Marcelino; uma casa em Madalena; o sítio Córrego Frio com 60 alqueires e benfeitorias; uma porção de terras, calculada em 200 alqueires em matas e capoeiras fazendo parte da fazenda Soledade, ficando todos esses imóveis avaliados por 50:000\$000 (50 contos de réis)".⁴ O devedor entregou ainda a José Antônio 34 escravos no valor de 13:600\$000 (13 contos e 600 mil réis) e uma variedade de bens, como o mobiliário da fazenda, gado, pasto etc., no

⁴ Escritura assinada na fazenda das Neves em 4 de abril de 1888. Acervo da fazenda Santo Inácio.

valor total de 9:000\$000 (9 contos de réis). Esse episódio mostra como a crise da cafeicultura afetou de maneira diferenciada os fazendeiros, dependendo não só da região, mas também das condições específicas de cada um. José Antônio e Magalhães, proprietários na mesma freguesia, viviam, às vésperas da Abolição, situações bem diferentes. Enquanto o primeiro ampliava seus capitais e passava ao largo das dificuldades trazidas pelo fim da escravidão, o segundo enfrentava a falência absoluta.

Nos últimos anos de sua vida, influenciado pelo filho Trajano, José Antônio passou a fazer também investimentos em ações. Em 1889, ao lado do cunhado, Manoel de Moraes, casado com sua irmã Antônia Rosa, participou de um arrojado empreendimento planejado por Trajano: a abertura de uma ferrovia ligando Macaé a Conceição de Macabu, Triunfo, Ventania, Vila Aurora e, por fim, à localidade de Manoel de Moraes. Com esse objetivo foi organizada a Companhia Estrada de Ferro Barão de Araruama, com sede em Santa Maria Madalena. O Visconde de Imbé não chegou porém a ver os resultados do empreendimento, pois faleceu no ano seguinte. Na época, ainda morava na fazenda das Neves. Conforme consta de seu inventário, na propriedade de 525 alqueires de terras havia aproximadamente 500 mil pés de café, um pomar, terreiros para a secagem do café, paióis, armazéns, um engenho de cana-de-açúcar, moinhos e casas para colonos, ou seja, todo o aparato necessário ao funcionamento de uma fazenda de café. A casa de vivenda tinha oito quartos, uma sala de jantar, um "salão verde", um escritório e uma sala de visitas com um piano. O inventário é um documento importante para se entender a trajetória econômica de José Antônio. De um montemor de 2.661:300\$000 (2.661 contos e 300 mil réis), 200:077\$600 (200 contos, 77 mil e 600 réis) eram investimentos rurais (em terras e semoventes), 246:351\$927 (246 contos, 351 mil e 927 réis) eram saldos de contas comerciais relacionadas às atividades agrícolas e a pequenos empréstimos feitos a proprietários rurais, e 2.194:871\$000 (2.194 contos e 871 mil réis) eram aplicações em ações de bancos, da dívida pública e da Leopoldina Railway. Isso significa que 82,4% do patrimônio estavam aplicados no mercado financeiro, e não em bens rurais.

É certo que a diversificação dos investimentos e as aplicações financeiras representaram, na década de 1880, uma saída para alguns proprietários rurais preocupados com a crise do trabalho escravo.



Fazenda da Barra, no município de Trajano de Moraes (Óleo de autor desconhecido).

Mas mesmo essas aplicações não estariam garantidas por muito tempo, diante da instabilidade financeira que marcou a vida brasileira na última década do século XIX. Depois do período conhecido como Encilhamento, que se caracterizou pelo crédito fácil, por uma política emissionista e pela desvalorização cambial, a política de saneamento posta em prática a partir de 1896 pelo presidente Campos Sales provocou a retração dos negócios e a falência de muitas empresas.

O documento que descreve os bens de Leopoldina, falecida em 1901, é indicativo da situação dos negócios da família no início do século XX. De acordo com o que nele se lê, o patrimônio a ser partilhado entre seus dois filhos, Trajano e Elias Antônio, era o seguinte: "67 apólices da dívida pública no valor nominal de 1:000\$000 (1 conto de réis) cada uma, inalienáveis; 16 apólices de bonificação da dívida pública, também de valor nominal de 1:000\$000; uma casa situada na rua Laranjeiras, n.º 68, no valor de 50:000\$000 (50 contos de réis)."⁵ O espólio não ia além, portanto, de 133:000\$000 (133 contos de réis). Se comparado ao legado deixado por José Antônio 11 anos antes, do qual Leopoldina herdara a metade, mostra que as perdas sofridas ao longo da década foram bastante significativas. Pode-se supor também que ao menos uma parte do patrimônio de Leopoldina tenha sido partilhada em vida entre seus filhos, mas não há documentação disponível que comprove tal operação.

Quanto a Trajano, nascido em 1858, pretendia estudar engenharia e por isso, em meados da década de 1870, deixou a fazenda das Neves e veio para o Rio de Janeiro. Entretanto, o temor de que mais um filho fosse vítima da tuberculose fez com que seus pais o enviassem para a Suíça, a fim de evitar uma possível contaminação. Desse modo Trajano acabou não ingressando na Escola Politécnica e, de volta ao Brasil, foi residir na fazenda Santo Inácio. Por volta de 1884, casou-se fora da família, com Darcília Marques da Cruz, filha do médico Joaquim Marques da Cruz, de Cantagalo. Por conta de suas atividades empresariais, mudou-se para o Rio e aí residiu até o fim da vida com a mulher e dois filhos, José Antônio (II), que se tornaria conhecido como José de Moraes, e Darcilinha.⁶

⁵ Documento encaminhado ao juiz de São Francisco de Paula por Trajano e Elias de Moraes, para fazer a partilha do espólio de Leopoldina das Neves, Viscondessa de Imbé, em 1902. Acervo da fazenda das Neves.

⁶ Para a trajetória de Trajano de Moraes, ver o capítulo seguinte.

Já Elias Antônio, o filho mais moço dos Viscondes de Imbé, nunca se casou e teve uma trajetória de vida bastante complicada. A documentação conservada na fazenda Santo Inácio indica que, após a morte do pai, mostrou-se capaz de gerenciar seu patrimônio e não parecia dar sinais de desequilíbrio mental. Na década de 1890, foi nomeado suplente do juiz municipal de órfãos do termo de Santa Maria Madalena e efetuou inúmeras transações de compra e venda de imóveis. No entanto, segundo a memória familiar, após a morte da mãe adotou comportamentos inaceitáveis. Além de querer legitimar filhos naturais, passou a gerenciar de maneira inadequada seu patrimônio, cedendo gratuitamente parte de suas terras a terceiros para a exploração agrícola. O contrato que fez com Olavo Moreira da Silva atesta a cessão por dez anos de terras da fazenda das Neves, próximas da vila de São Francisco de Paula, com todas as benfeitorias, para o plantio de café. Como essas atitudes foram consideradas condenáveis, toda a família, inclusive ramos distantes, foi favorável à interdição de Elias, que não suportou a pressão e acabou sendo internado num manicômio.



A terceira filha de Basília e Antônio Rodrigues de Moraes, Antônia Rosa da Silva Moraes, ou Antoninha, nasceu em 1826 e, assim como seus irmãos mais velhos, casou-se com um primo-irmão, filho de seu tio Manoel Antônio de Moraes e de Maria Tereza de Mello, que tinha o mesmo nome do pai mas era conhecido apenas como Manoel de Moraes. Dessa união nasceram dois filhos que mais uma vez receberam os nomes dos pais: Manoel Antônio de Moraes Jr. (1854), que ficou conhecido como Neco, e Antônia (1856), conhecida como Antonica.

Realizado o matrimônio, João Antônio de Moraes providenciou a abertura de uma nova fazenda para sua enteada e seu sobrinho: a fazenda da Barra, às margens do rio Grande, onde o casal passou a residir. O casal também criou uma firma com João Antônio e Basília, como haviam feito José Antônio e Leopoldina. A partir desse e de outros investimentos, ampliou substancialmente seu patrimônio e constituiu expressiva fortuna.

Embora não tenha sido possível localizar o testamento ou inventário de Antoninha, falecida em 1888, nem de Manoel de Moraes, falecido

em 1895, é lícito afirmar que Manoel foi um poderoso produtor de café. É claro que se beneficiou da quantia que sua mulher recebeu em 1872, quando da partilha em vida dos bens dos Barões das Duas Barras, e ainda da herança que coube a Antoninha quando a Baronesa faleceu, em 1884. Mas, além disso, seu próprio esforço pessoal ao tocar a sociedade com o Barão o conduziu a uma considerável escalada. Tampouco se conseguiu localizar documentos referentes a essa sociedade, mas pode-se imaginar que funcionasse de maneira semelhante à Moraes & Sobrinho, e com igual sucesso. Sabe-se que, assim como o sogro e o cunhado José Antônio, Manoel de Moraes utilizou os serviços da firma de Feliciano José Henriques para comercializar seu café e ainda participou de outros empreendimentos familiares: em 1886, junto com a cunhada Felizarda, o filho desta, e os cunhados Elias Antônio de Moraes e Vicente Ferreira de Moraes, associou-se ao comissário Henriques e a Joaquim Henriques Costa Reis para a abertura da casa de comércio de café Henriques Costa Reis & Cia; em 1889, ao lado do cunhado Visconde de Imbé e do sobrinho Trajano de Moraes, participou da organização da Companhia Estrada de Ferro Barão de Araruama, com o objetivo de construir uma ferrovia ligando Macaé a várias vilas de sua região, sendo a última parada uma localidade próxima de sua fazenda, que foi chamada de Manoel de Moraes.

Um documento que permite de algum modo medir sua capacidade econômica é a escritura de ação executiva de cobrança por ele movida em 1891, junto com o filho Neco e o genro João Henriques da Veiga, contra os herdeiros de Maria José Barbosa. Percebe-se por aí que Manoel de Moraes não era apenas fazendeiro, mas também comerciante registrado na junta comercial e "capitalista", o que significa que emprestava dinheiro. No caso em questão, Manoel emprestou 62:458\$000 (62 contos e 458 mil réis) a Maria José Barbosa, tomando como garantia a fazenda São Manoel, com 300 alqueires e 500 mil pés de café. A dívida deveria ser saldada em seis parcelas com o pagamento de 8% de juros ao ano, 8% em caso de mora, e ainda mais 10% em caso de cobrança judicial. A impossibilidade dos devedores de saldar a dívida levou em 1887 à sua renegociação, que implicou o aumento do valor da hipoteca da fazenda para 80:000\$000 (80 contos de réis). Finalmente, em 1892, a hipoteca foi executada, e Manoel de Moraes e seus filhos tomaram posse do imóvel por meio de um acordo com os devedores.

Se considerarmos que esse episódio ocorreu no período imediatamente posterior à Abolição, poderemos ver aí, mais uma vez, a prova de que esta afetou de maneira diferenciada os cafeicultores. Enquanto D. Maria José Barbosa se endividava e perdia sua propriedade, Manoel de Moraes passava ao largo da crise e ampliava ainda mais seu patrimônio. Temos aí também um sinal claro de que Manoel de Moraes tinha atuação semelhante à de João Antônio e José Antônio, isto é, era um fazendeiro-capitalista que não limitava sua esfera de ação apenas à lavoura. Por outro lado, seus devedores são exemplos de fazendeiros que, não dispondo de capital suficiente, e por isso tendo mantido seus investimentos apenas em terras e escravos, acabaram saindo prejudicados na conjuntura de crise do sistema escravista que acentuou as diferenças no interior da própria elite agrária.

Manoel de Moraes e Antoninha, já enriquecidos, mudaram seus hábitos de consumo e adquiriram objetos sofisticados. Como outros fazendeiros de café da região, compraram uma casa em Nova Friburgo e decidiram educar os filhos na Corte. Assim, Neco e Antonica casaram-se no Rio de Janeiro, com pessoas de fora do circuito familiar. Neco casou-se com Maria Justina Cornélio, filha de importante família de comissários de café, com quem teve dois filhos, Gastão (1878) e Hermínia de Moraes (1883). Os dois irmãos foram educados em Nova Friburgo – na década de 1890 Gastão esteve matriculado no Colégio Anchieta, e Hermínia no Colégio Braune –, mas depois se fixaram no Rio de Janeiro. Já Antonica foi enviada para a casa Feliciano José Henriques, onde ficou sob os cuidados da mulher deste, Francisca Paula de Azevedo Macedo, para ser treinada nos hábitos da Corte. Ali conheceu João Henriques da Veiga, sobrinho de Feliciano Henriques e estudante de medicina, com quem veio a se casar. O casal, de início, foi morar na fazenda da Barra, mas no final da década de 1880 mudou-se para Nova Friburgo para garantir a educação dos filhos nos colégios da cidade. Eram dez: Raul,⁷ Noêmia, Otávio, Regina, Evangelina, Tancredo, Antonieta, Roberto, Judith – a autora da biografia do Barão já mencionada – e Maria de Moraes Veiga.

Em 1896, apenas um ano após a morte de Manoel de Moraes, um acontecimento trágico abalou família: Antonica faleceu ao dar à luz mais um filho, que também não sobreviveu. A administração dos bens

⁷ Para a trajetória de Raul de Moraes Veiga, ver o capítulo seguinte.



Fazenda do Ipiranga, no município de Trajano de Moraes.

da família ficou nas mãos de Neco, que estava longe de possuir a competência do pai na administração dos negócios. A firma Moraes, Tinoco & Cia., dedicada ao comércio de café, que fundou em 1891, tinha em 1894 um capital de 400:000\$000 (400 contos de réis), mas nos anos seguintes só fez declinar, acabando por entrar em falência já em 1896.⁸ Como já foi dito, a década de 1890 foi um período de grande instabilidade financeira. Nos anos 1896-1897 houve uma séria queda nos preços do café, o que por sua vez provocou um déficit no balanço de pagamentos e uma crise cambial no país. A política que Campos Sales adotou para enfrentar esses problemas provocou um forte arrocho financeiro que acarretou a falência de numerosas empresas. Neco não conseguiu superar os desafios apresentados por uma conjuntura econômica de crise, e o resultado pouco feliz de suas ações pode ser percebido em seu inventário, datado de 1910.⁹ De um patrimônio de mais de 556:758\$272 (556 contos, 758 mil e 272 réis), por ocasião da morte de sua mulher, em 1892, restavam 46:195\$000 (46 contos e 195 mil réis). Seus imóveis urbanos e suas aplicações financeiras não mais existiam, e restavam apenas duas fazendas, a São Manoel e a Humaitá. Pela lista dos bens existentes nas fazendas, vê-se que o café já havia desaparecido e que a criação de gado era pouco expressiva para a extensão das terras: apenas 110 cabeças para cerca de 628 alqueires. Esses números mostram a baixíssima capacidade produtiva das propriedades.



A quarta dos filhos de Basília e Antônio Rodrigues de Moraes, Basília (II) de Moraes, nascida em 1830, casou-se por volta de 1850 com um primo de seus primos: Antônio Pereira de Mello, filho de Genoveva Maria do Sacramento e de José Antônio de Mello, que era irmão de seus tios afins Maria Tereza de Mello e Vicente Ferreira de Mello. O casal teve seis filhos: João (apelidado de Juanico), Maria Amália (apelidada de Maricas), Honestalda, Elias, Eugênio e Elisa.

João Antônio, assim como tinha feito com sua enteada Antoninha, reservou uma parte de suas terras, denominada Canteiro, para que Basília (II) e Antônio Pereira de Mello iniciassem a vida após o casamento. As informações sobre o casal são bastante escassas. Sua descendente Marieta Leal da Costa relata que Antônio contraiu uma

⁸ Arquivo Nacional, Documentos da Junta Comercial do Rio de Janeiro, latas 329, 286 e 04.

⁹ O inventário está conservado no cartório de Santa Maria Madalena.

doença grave e ficou afastado da administração dos negócios da família durante vários anos, até falecer em 1879. Foi provavelmente depois de 1872, quando os Barões das Duas Barras fizeram a partilha de seus bens, que o casal adquiriu a fazenda Ipiranga.

Graças a um documento encontrado no arquivo da fazenda Olaria,¹⁰ ficamos sabendo que, quando Antônio Pereira de Mello morreu, seus filhos mais moços, Eugênio e Elisa, ainda eram menores de idade. De um patrimônio de 418:082\$360 (418 contos, 82 mil e 360 réis), metade ficou para Basília (II) e a outra metade foi dividida entre os seis filhos, cabendo a cada um 33:901\$238 (33 contos, 901 mil e 238 réis). Para cuidar dos bens dos dois menores, foi nomeado tutor seu tio-avô Vicente Ferreira de Mello. Preocupado com a desvalorização da fazenda Ipiranga, em consequência do esgotamento das terras e do envelhecimento dos cafezais e dos escravos, Vicente propôs vendê-la e aplicar o que fosse apurado em títulos da dívida pública. O imóvel acabou, porém, ficando na família, adquirido por João de Moraes Martins, marido de Honestalda, a terceira filha de Basília (II) e Antônio Pereira de Mello.

Ao que se sabe, em virtude da doença do pai, o filho mais velho, Juanico, assumiu ainda jovem a direção da família. Casou-se em primeiras núpcias com sua prima-irmã Luiza, filha de Chico Cantagalo e Maria Felizarda Ferreira de Moraes, e com ela teve quatro filhos: Alcides, João, Felizarda e Etelvina. Luiza morreu muito jovem, em 1878, deixando os filhos pequenos. Felizarda morreu criança e os demais foram criados pela segunda mulher de Juanico, Mariquinhas, nascida Maria Veiga. Mariquinhas já tinha relações com a família, pois era irmã de João Henriques da Veiga, marido de Antonica, prima-irmã de Juanico. Os Veigas não possuíam muitos recursos, e por isso o casamento de Mariquinhas com o viúvo Juanico pareceu uma boa alternativa. Autoritário e prepotente, Juanico teve 11 filhos com Mariquinhas – Euclides, Zina, Marieta, Renato, Juquinha, Maria da Glória, Raul, Antônia, Noêmia, Maria de Lourdes e Mário – e mais uma filha, de nome Antonieta, com a cunhada Mariana, irmã de Mariquinhas. O suicídio de Mariana levou Mariquinhas a cuidar também de Antonieta.

¹⁰ Carta de arrematação passada em favor de João de Moraes Martins em 1886, extraída dos autos de licença para a venda de bens pertencentes aos órfãos Eugênio e Elisa, filhos de Antônio Pereira de Mello. Acervo da fazenda Olaria.



Fazenda Olaria, no município de Trajano de Moraes.

Embora possuísse princípios morais discutíveis, Juanico conseguiu preservar o patrimônio herdado dos pais e foi cuidadoso na educação dos filhos. Assim, o primogênito, Alcides, foi mandado junto com alguns primos aos Estados Unidos para estudar; o segundo filho, João, foi educado no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, mas faleceu jovem; a quarta filha, Etelvina, também estudou em Nova Friburgo, como aluna interna do Colégio Braune, de 1883 a 1886, e casou-se com o primo Feliciano Ferreira de Moraes, companheiro de viagem de seu irmão Alcides nos Estados Unidos. Os 11 filhos do segundo casamento de Juanico também foram estimulados a estudar e mudaram-se quase todos para o Rio de Janeiro. A maioria casou-se com pessoas de fora da família, mas Euclides e Mário, o caçula, casaram-se com primas: Euclides, com Luiza Torres, filha de sua tia Elisa e de Luiz Vieira Torres, e Mário com Eunice, neta de Maricas. O grande número de filhos e a partilha da terra entre tantos herdeiros acabaram estimulando quase todos a abandonar as atividades rurais e a radicar-se no Rio, onde atuaram como profissionais liberais. Apenas Raul e Mário permaneceram fazendeiros.

A segunda filha de Basília (II) e de Antônio Pereira de Mello, Maricas, nascida em 1864, casou-se em primeiras núpcias, aos 14 anos, com o primo Antônio Ferreira de Moraes, filho de Chico Cantagalo e Maria Felizarda. Recém-casados, Maricas e Antônio foram morar na fazenda dos Passos, propriedade contígua à fazenda da Olaria, onde residia a tia Felizarda, irmã de Basília (II). Felizarda funcionou como uma espécie de tutora dos sobrinhos, pois Maricas era muito jovem e Antônio, que era doente, ao que parece não tinha boas relações com o cunhado Juanico. Maricas e Antônio tiveram vários filhos, mas apenas Ercília, nascida em 1884, vingou. Quando Ercília tinha cinco anos e Maricas 25, Antônio faleceu. Ercília foi matriculada aos dez anos de idade no Colégio Braune, em Nova Friburgo, e ali se formou. Maricas voltou a se casar, com o viúvo Francisco de Paula Correia da Rocha, e continuou residindo na pequena propriedade dos Passos. Como não tinham maior interesse na atividade agrícola, acabaram por deixar a fazenda para ir morar em Nova Friburgo, onde abriram uma pensão. Desse casamento nasceram mais três filhos: Emerita, Marieta e Armando. Assim como Ercília, Emerita e Marieta foram educadas em Nova Friburgo e lá conheceram seus futuros maridos, que não pertenciam à família. Ercília casou-se com um médico do Rio, Oswaldo Linch, Emerita

com Mário Leitão da Cunha, filho de importante família de proprietários rurais de Madalena, e Marieta com Jaime Leal Costa, que estudou no Colégio Anchieta.

A terceira filha de Basília (II) e de Antônio Pereira de Mello, Honestalda, nascida em 1867, faleceu em 1956, com quase 90 anos de idade. De todos os irmãos, foi a que teve vida mais longa e a que maior destaque conquistou na memória familiar. Em 1879, aos 14 anos de idade, foi matriculada como aluna interna no Colégio Braune, em Nova Friburgo, onde permaneceu por dois anos, e já nesse período estabeleceu uma ampla rede de relações com suas colegas. A correspondência preservada na fazenda Olaria mostra que desde cedo Honestalda funcionou como um ponto de referência para suas amigas, primos e outros parentes. Na década de 1880, Honestalda casou-se com seu primo-irmão João de Moraes Martins, filho de sua tia materna Felizarda de Moraes e de Francisco Lopes Martins. Como não tiveram filhos, Honestalda e João criaram vários sobrinhos e primos, ajudaram outros parentes e ainda cuidaram da educação de muitos meninos e meninas pobres, filhos dos empregados da fazenda.

O quarto filho de Basília (II) e de Antônio Pereira de Mello, Elias, faleceu cedo. O quinto, Eugênio, ao contrário de seus irmãos, não se casou na família. Viveu muitos anos na Europa e teve um filho, Eugeninho, com uma francesa artista de cabaré. Segundo seu sobrinho-neto Francisco Freire de Moraes, era o mais empreendedor da família. Ainda que tivesse passado muitos anos fora, nunca descuidou de seus negócios. Na década de 1890, ao perceber a crise que afetava a cafeicultura, passou a atuar na comercialização do café, abrindo uma firma comissária. O acervo da fazenda Olaria conserva cartas de Eugênio a seu cunhado João de Moraes Martins. Em uma delas, datada de agosto de 1889, Eugênio relata as impressões da viagem com destino a Paris para visitar a Grande Exposição Internacional que lá se realizava. Sua mãe, Basília (II), morou com ele na fazenda Coqueiro. Suas constantes viagens à Europa transformaram a sede da fazenda numa residência requintada que guardava um considerável acervo de objetos de arte. Durante uma parte do ano, porém, Eugênio residia no Hotel Avenida, no Rio de Janeiro. Eugeninho foi educado por sua tia Honestalda e mais tarde iria se casar com uma prima, Neli de Moraes, filha de Raul de Moraes e neta de Juanico.

Finalmente, a filha mais nova de Basília (II) e de Antônio Pereira de Mello, Elisa, estudou no Colégio Braune, onde foi matriculada em

1884. Casou-se com Luiz Vieira Torres, irmão de Paula Torres, que já era casada com um primo-irmão seu, Alfredo Lopes Martins, filho de sua tia Felizarda. Sem maior interesse pela vida rural, Elisa e Luiz logo deixaram a região das fazendas. Tiveram três filhos, Luiza, Luiz e Adelaide. Os dois últimos não se casaram, mas Luiza casou-se com o primo-irmão Euclides, filho de Juanico, e teve três filhos, Elisa, Luiza e Luizito.



Antônio Rodrigues de Moraes (II), apelidado de Antonicão, era o filho mais novo do casamento de Basília e Antônio Rodrigues de Moraes. Nasceu em 1831 e casou-se pela primeira vez com sua prima-irmã Carlota Rodrigues, nascida em 1829, filha do alferes Bernardo Rodrigues Franco, irmão de Basília. Desse casamento nasceram cinco filhos: Antônio (1854), Maria (1855), Bernardo (1856), Manuel (1859) e João (1860). Carlota faleceu em 1862, e seu inventário mostra de quão poucos recursos o casal então dispunha. A soma de todos os bens arrolados chegava a 19:924\$700 (19 contos, 924 mil e 700 réis), dos quais 16:056\$319 (16 contos, 56 mil e 319 réis) estavam comprometidos em dívidas contraídas por Antonicão para comprar escravos e tropas e tocar suas lavouras de café, localizadas na freguesia de São Francisco de Paula. O principal credor dessa dívida era seu tio e padraсто João Antônio de Moraes.

Antonicão casou-se pela segunda vez com outra prima: Feliciano Bernardina de Mello, neta materna de João José Rodrigues Franco, também irmão de Basília. Desse casamento nasceram mais três filhas: Otacília (1866), Emília (1867) e Zulmira (1869). Antonicão residia na fazenda da Piedade e possuía também uma casa na vila de São Francisco de Paula, onde viveu até morrer, em 1914, aos 83 anos. Sua figura permaneceu muito abafada na memória familiar, que destaca apenas alguns traços de seu comportamento, como a pouca habilidade nas atividades econômicas. Em seu testamento, feito em 1873, o Barão das Duas Barras declarou, a respeito do enteado e sobrinho Antônio Rodrigues de Moraes, que, "por ter cometido prodigalidades e botado o que tinha fora, de combinação com o mesmo requereu curador, a ele, que atualmente tinha sido seu curador, mas se ele se portar bem como vai atualmente, pedia a seu testamenteiro levantar a curadoria, e caso continue nas prodigalidades pedia para conservar".¹¹ A interdição

¹¹ *Biographia do Barão das Duas Barras por um seu amigo Dr. M. C. e testamento...*, op. cit., p. 22.

de Antonicão, ainda que temporária, ilustra bem o nível de controle que João Antônio exercia sobre a família e seu interesse em garantir a preservação da fortuna que vinha acumulando.



Felizarda de Moraes, primeira filha de João Antônio e sexta de Basília, nasceu em 1834. Em 1852, quando completou 18 anos, seu pai tratou de lhe arranjar um bom partido. Diferentemente de seus meio-irmãos, que se haviam casado com primos e primas, Felizarda foi a primeira a casar-se com alguém que não pertencia à família. O escolhido, Francisco Lopes Martins, era filho de João Lopes Martins, antigo sesmeiro da região,¹² e de Ana Clara Lopes Martins.

Francisco Lopes Martins, nascido em 28 de setembro de 1822, era ao que tudo indica integrante de um grupo seletivo de proprietários rurais de Cantagalo. Na ocasião de seu casamento com Felizarda, aos 30 anos de idade, já era viúvo de D. Floriana Leopoldina de Magalhães Lopes e tinha quatro filhos. De acordo com o costume da época, Felizarda recebeu um dote: oito escravos no valor de 6:800\$000 (6 contos e 800 mil réis); jóias no valor de 440\$000 (440 mil réis); gado no valor de 350\$000 (350 mil réis) e 12:410\$000 (12 contos e 410 mil réis) em dinheiro, perfazendo um total de 20:000\$000 (20 contos de réis). Se a concessão do dote, “uma antecipação da herança” segundo Sheila de Castro Faria,¹³ era uma prática comum, o regime de casamento de Felizarda e Francisco fugiu, sob um outro aspecto, aos costumes do Império: foi feito um pacto pré-nupcial que estabelecia a separação dos bens do casal. Uma complicada sucessão de cláusulas¹⁴ demonstrava a preocupação de João Antônio de preservar o dote e qualquer outro bem recebido pela filha, ou seja, sua própria herança. Embora o noivo não fosse pobre – e os inventários de seus pais o comprovam, já que recebeu de herança materna a quantia de 47:518\$139 (47 contos, 518 mil e 139 réis), e de herança paterna 51:685\$882 (51 contos, 685 mil e 882

¹² Foi localizada no Arquivo Nacional uma carta de concessão de sesmaria, ou seja, de “meia légua de terra em quadra, no Distrito de Cantagalo”, a João Lopes Martins, datada de 5 de julho de 1821. Arquivo Nacional, fundo Sesmaria do Rio de Janeiro, caixa 139, número 29.

¹³ Sheila Siqueira de Castro Faria, *Fortuna e família em Bananal no século XIX*, em Hebe Maria Mattos Castro e Eduardo Schnoor, *Resgate – uma janela para o oitocentos*, op. cit., p.83-4.

¹⁴ Escritura de dote e contrato antenupcial que faz o Tenente-Coronel João Antônio de Moraes a sua filha Felizarda da Silva Moraes, datada de 1852, transcrita no processo de inventário de Francisco Lopes Martins, datado de 19 de dezembro de 1891, depositado no Juízo de Orfãos de Nova Friburgo.

réis) —, João Antônio queria evitar que os filhos do primeiro casamento de seu genro pudessem se tornar seus herdeiros.

O casamento realizou-se na sede da fazenda Santa Maria do Rio Grande, e teve como testemunhas Manoel de Moraes e José Antônio de Moraes. Felizarda e Francisco viveram inicialmente na fazenda da Olaria e tiveram cinco filhos: Theophilo de Moraes Martins, Alfredo Lopes Martins, João de Moraes Martins, Felizarda (II) e Francisca.

Nos anos seguintes ao casamento, Felizarda e Francisco expandiram seus negócios, adquirindo novas terras e muitos escravos. No entanto, depois de 16 anos de casados, em 1868, Francisco teve um grave problema de saúde e perdeu as faculdades mentais. A partir de então, Felizarda passou a ser curadora do marido e responsável pelos negócios da família, uma vez que o filho mais velho, Theophilo, tinha apenas 16 anos. Francisco ainda viveu doente muitos anos, até falecer em 12 de novembro de 1891. Os investimentos de Felizarda concentraram-se nos sítios e nas fazendas que possuía, a Olaria e a Providência, acrescidas, após a morte de Basília, em 1884, da quarta parte da Santa Maria do Rio Grande. O inventário de Francisco Lopes Martins, de 1891, fornece uma descrição dos bens contidos nessas propriedades.¹⁵

Na fazenda Olaria, além da terra, havia uma casa de vivenda; uma casa para paiol e armazém; uma casa e engenho de beneficiar café; uma casa para engenho de serra e cana com as respectivas máquinas e tachas; uma cobertura para carros, na estrada; uma cobertura para troly; uma cobertura para tenda; um terreno de pedra em bom estado; um terreno de pedra em mau estado; uma casa para moinho (o moinho velho); uma casa para carneiros; uma olaria; 32 casas para colonos, todas iguais, cada uma a 250\$000 (250 mil réis); um pomar; 3 mil braças de cercas e valos, a \$300 (300 réis) cada braça; um encanamento para água; uma tenda para ferreiro com seus pertences; 12 mil pés de café na derrubada no lugar denominado Freitas, de 7 anos, a \$300 o pé; 8 mil pés de café, no lugar denominado Manoel Joaquim, a \$200 (200 réis) o pé; 80 mil pés de café, no lugar denominado Onça, a \$300 o pé; 60 mil pés de café, no lugar denominado D. Chiquinha, a \$400 (400 réis) o pé; 25 mil pés de café, no lugar

¹⁵ Inventário de Francisco Lopes Martins, depositado no Juízo de Órfãos de Nova Friburgo.

denominado Pedra Arrebentada, a \$200 o pé; 25 mil pés de café, no lugar denominado Caitihe, a \$200 o pé; 10 mil pés de café, no lugar denominado José dos Bons Olhos, a \$120 (120 réis) o pé; duas casas; um lavadouro de café. O total desses bens somava 177:012\$500 (177 contos, 12 mil e 500 réis).

A fazenda Olaria contava ainda com um mobiliário, avaliado em 1:245\$000 (1 conto e 245 mil réis), composto das seguintes peças: uma mobília austríaca constando de um sofá, quatro cadeiras de braços, uma mesa de centro, uma cadeira de balanço e 14 cadeiras singelas; uma mobília para a sala de espera, em mau estado; uma mesa elástica; duas étagères; um guarda-comidas estragado; um armário para botica; um escrivaninha; quatro lavatórios com pedra mármore; dois lavatórios simples; três camas para casal; seis camas para solteiro; um guarda-roupa; um fogão; a louça toda do serventuário da casa. O valor total da Olaria, somando-se aos bens listados os animais e cereais, correspondia a 201:747\$500 (201 contos, 747 mil e 500 réis). A fazenda Providência, que contava com mais de 150 mil pés de café de variadas idades, também foi avaliada em pouco mais de 200:000\$000 (200 contos de réis).

As atividades de Felizarda não ficaram restritas à cafeicultura. Nos anos 1880 ela e os filhos diversificaram seus negócios abrindo na Corte uma casa de comércio de café. Em 1886, sob o comando de Feliciano José Henriques e Joaquim Henriques Costa Reis, Felizarda e seu filho Alfredo associaram-se com outros parentes – seu irmão Elias Antônio de Moraes e seus cunhados Manoel de Moraes e Vicente Ferreira de Mello – para a abertura da empresa Henriques Costa Reis & Cia, com sede na cidade do Rio de Janeiro e agências espalhadas no interior. As transações comerciais dos Moraes com a firma de Feliciano José Henriques remontavam à década de 1870, mas somente na segunda metade da década de 1880 uma sociedade foi constituída, com capital de 250:000\$000 (250 contos de réis). Felizarda, Alfredo e os outros parentes entraram na sociedade na condição de sócios comandatários, e até o final da década veriam a firma ampliar seu capital. Ainda com a perspectiva de diversificar seus investimentos, no começo dos anos 1890, o terceiro filho de Felizarda, João de Moraes Martins, e seu genro Carlos Magno do Valle participariam como sócios solidários de uma outra firma comissária, a Moraes, Tinoco & Cia, cuja administração ficou a cargo de Manoel Antônio de Moraes Jr., o Neco, e de Paulino Tinoco. Em 1896, contudo, a firma foi liquidada.

Uma avaliação do inventário de Francisco Lopes Martins e das firmas comissárias demonstra que Felizarda e seus filhos mantiveram ao longo de cerca de 40 anos (entre 1852 e 1891) um padrão de acumulação considerável. Só de herança paterna e materna Felizarda recebeu em 1873 a quantia de 524:000\$000 (524 contos de réis); após a morte de seus pais, em 1883 e 1884, recebeu 398 apólices de dívida pública no valor de 1:000\$000 (1 conto de réis) cada uma e mais a quarta parte da fazenda Rio Grande. Esse volume de negócios e de patrimônio permitiu que Felizarda e seus filhos passassem ao largo da crise da Abolição e das atribulações financeiras do país na primeira década republicana. Na verdade, a Primeira República não trouxe uma crise total para a cafeicultura fluminense. Embora regiões como Cantagalo tenham sem dúvida sofrido um declínio em sua produção, o município de São Francisco de Paula garantiu a permanência da produção cafeeira no Estado do Rio.¹⁶

Dos filhos de Felizarda e Francisco Lopes Martins, João de Moraes Martins casou-se com sua prima Honestalda, Felizarda (II) casou-se com Carlos Magno do Valle, e Francisca casou-se com Galdino do Valle. Francisca e Galdino foram os pais de Galdino do Valle Filho, que se casou com sua prima Evangelina de Moraes Veiga.

Felizarda faleceu em 1922, aos 88 anos.



O segundo filho de João Antônio, sétimo de Basília, foi Eugênio de Moraes, que morreu cedo. O filho seguinte era Joaquim Antônio de Moraes, nascido em torno de 1836, sobre quem se conhece muito pouco. Cumprindo mais uma vez a tradição, Joaquim se casou na família, com a sobrinha Basília (III), filha mais velha de seu meio-irmão Chico Cantagalo. O casal passou a residir na fazenda do Sobrado, que foi doada por João Antônio, e teve três filhos: Elias, que faleceu ainda criança, Aníbal (1870-1929), que era doente mental, e Pedro Antônio de Moraes (1870-1952), que cuidou do patrimônio familiar.

Ainda que se saiba pouco sobre suas características como fazendeiro, Joaquim Antônio deve ter tido uma vida bastante confortável, uma vez que na segunda metade dos anos 1870 já tinha recebido os 524:000\$000 (524 contos de réis) que lhe couberam com a par-

¹⁶ Marieta de Moraes Ferreira, *Em busca da Idade de Ouro* (Rio de Janeiro, UFRJ, 1995).

tilha em vida dos bens de seus pais. Joaquim era proprietário das fazendas do Sobrado, Paraíso e São João da Pedra. Como muitos outros cafeicultores, comprou uma casa em Friburgo, aonde ia constantemente passar temporadas com a família. Possuía também uma residência em Cantagalo. Morreu de infarto em 1887, e três anos depois falecia Basíla (III).

Quando Joaquim Antônio morreu, Pedro Antônio era um jovem de 16 anos e ficou sob a tutela do tio Elias Antônio de Moraes, que se ocupou de sua educação e o mandou, junto com alguns primos, estudar nos Estados Unidos. Tudo indica que a viagem visava à aquisição de conhecimentos sobre agricultura. De volta ao Brasil, riquíssimo, pois era herdeiro praticamente único de seus pais, Pedro Antônio deu os estudos por encerrados e passou a administrar suas fazendas. Não obteve porém grande êxito em suas atividades econômicas. Com o agravamento da crise cafeeira, decidiu investir no Engenho Central de Laranjeiras, juntamente com seu tio Elias. O projeto era substituir o café pelas plantações de cana-de-açúcar, visando a seu beneficiamento no engenho. O fracasso da iniciativa levou Pedro a leiloar todo o empreendimento, que foi arrematado por Péricles Correia da Rocha.

Em 1942, Pedro era solteiro e residia no Rio de Janeiro, na rua São Clemente. Na ocasião fez uma permuta com sua prima Brasília na fazenda Santa Maria do Rio Grande. Cedeu 12 alqueires e 100 metros em capoeira, pastagens e mato, 10 casas de colono e a casa-sede da fazenda, e recebeu em troca 34 alqueires e 12.100m² em pastos e capoeiras. Casou-se tarde com uma colona de sua fazenda São João da Pedra, de origem austríaca, e teve vários filhos. Embora tenha sido herdeiro privilegiado do patrimônio de seus pais, não conseguiu fazer seus recursos prosperarem.



Elias Antônio de Moraes, o quarto filho de João Antônio, nono de Basília, foi o único de todos os filhos e enteados do Barão das Duas Barras que cursou uma faculdade. Nascido em 1840, num período de maior prosperidade da família, quando os cafezais de João Antônio já produziam riqueza considerável, fez os primeiros estudos em Cantagalo, mas depois mudou-se para a Corte. Aos 20 anos, em 1860, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em 24 de novembro de 1865 diplomou-se. Em 1889, último ano do Império, receberia o título de 2^o Barão das Duas Barras.

Como era costume na época, Elias viveu no Rio sob os cuidados de um amigo de seu pai, o comissário de café Antônio Clemente Pinto, futuro Barão de Nova Friburgo, que na ocasião se preparava para construir o que seria o Palácio do Catete. Antônio Clemente Pinto morava no atual bairro do Catete, e aí Elias conheceu sua futura mulher, Georgeanna Augusta da Silva. Segundo o depoimento de Lourdes de Moraes, sua bisneta, a aproximação entre os dois ocorreu de forma curiosa. A jovem Georgeanna, que morava no bairro com os pais, Antônio Moreira da Silva e Georgeanna Augusta da Silva, pequenos comerciantes portugueses oriundos do Funchal,¹⁷ aprendia canto e fazia suas aulas e ensaios num cômodo da casa que permitia aos passantes ouvirem-na da calçada. Elias apaixonou-se pela bela voz da jovem, que tinha apenas 14 anos, fez sua corte e não descansou até desposá-la. De acordo com o caderno de anotações da própria Georgeanna, o "Livro de Lembrança do ano de 1866", "no dia 6 de setembro de 1866 celebrou-se no oratório particular na rua Santa Cristina o feliz consórcio do Dr. Elias Antônio de Moraes com D. Georgeanna Augusta da Silva".

Dos filhos e enteados de João Antônio, Elias foi o último a casar e o primeiro que realizou um casamento fruto de sua exclusiva opção pessoal. João Antônio, que até então tinha controlado com mão de ferro o destino de seus filhos e enteados, via-se agora obrigado a aceitar a escolha do filho que se tornou doutor, urbanizou-se, adquiriu hábitos mais aristocráticos e escolheu para se casar uma jovem totalmente desconhecida. Ao que tudo indica, João Antônio aceitou a nora sem maiores resistências e presenteou o filho com uma belíssima fazenda onde o jovem casal iria residir. A escritura de compra da fazenda do Ribeirão Dourado, datada de 18 de dezembro de 1862, descreve a propriedade: uma sesmaria de terras de meia légua em quadra, com uma casa de vivenda, paiol, moinhos, engenho, senzalas, cafezais e outras benfeitorias. O Barão das Duas Barras pagou pela fazenda e benfeitorias 78:750\$000 (78 contos e 750 mil réis) e, pelos 98 escravos, 93:350\$000 (93 contos e 350 mil réis), totalizando o negócio

¹⁷ Algumas informações sobre os pais de Georgeanna foram obtidas a partir da Certidão de óbito de Georgeanna Augusta da Silva, datada de 30 de junho de 1893, registrada no cartório de Nova Friburgo, cidade onde ela faleceu. Livro c-03, fl. 72V, registro nº 843.



Geogeanne de Moraes, 2^a Baronesa das Duas Barras.



Elias Antônio de Moraes, 2º Barão das Duas Barras.

172:100\$000 (172 contos e 100 mil réis).¹⁸ A expectativa de João Antônio era que Elias fosse um cafeicultor como os irmãos e deixasse o exercício da medicina apenas para os atos de caridade, ou seja, para o atendimento de doentes pobres ou escravos. Embora se tivesse distinguido dos demais na opção conjugal, de volta ao seio da família Elias e Georgeanna deveriam enquadrar-se no modelo familiar.

Ainda bem jovem Georgeanna engravidou, mas seu primeiro filho morreu ao nascer, em 1867. Foi chamado Dioscoride. Nos anos seguintes nasceram os outros cinco filhos, cujos nomes também fugiam inteiramente à tradição familiar dos Moraes: Dorfilia (1868), Edelberto (1870), Astrodêmia (1872), Othelina (1874) e Thelio (1878). Também segundo o caderno de anotações de Georgeanna, todos nasceram à noite na fazenda do Ribeirão Dourado. Embora Georgeanna tenha morado na fazenda por mais de 15 anos, a memória familiar não guardou histórias dessa fase de sua vida. Pode-se imaginar quão difícil deve ter sido para uma jovem de 15 anos deixar a Corte, seus pais, seu professor de canto, para embrenhar-se naqueles sertões de Cantagalo e ter seis filhos seguidos.

Contudo, Georgeanna, ou Dindinha Jana, como era conhecida pelos netos, não se conformou para sempre com o “desterro”. Tão logo seu sogro fez a partilha em vida de grande parte de seu patrimônio, em 1872, Elias, em sociedade com seu irmão Joaquim, comprou uma chácara denominada Boa Sorte na rua General Osório, em Nova Friburgo. Passado algum tempo, deu início à construção de uma grande casa para onde Georgeanna iria mudar-se com os filhos.¹⁹ A construção do “palacete do Dr. Elias”, uma tentativa de cópia em menor escala do Palácio do Catete, contou com a participação do arquiteto francês Glaziou. A nova residência foi ricamente decorada com peças importadas, como porcelanas, pratos e cristais, introduzindo na família novos padrões de gosto e consumo. Uma vez inaugurada a residência, Georgeanna finalmente pôde retomar o gosto pela música, organizando saraus e mandando vir do Rio músicos que pudessem dar concertos para seus parentes e amigos.

¹⁸ A compra foi quitada em ordens de pagamento da firma Friburgo & Filhos, como consta da escritura passada em 18 de dezembro de 1867 por D. Antônia Eulalia Estrada de Malheiros Sudré e seus filhos, viúva e herdeiros do falecido coronel Theodoro de Macedo Sudré, ao Barão das Duas Barras. A escritura está conservada no acervo particular de Bento Luiz de Moraes Lisboa.

¹⁹ A compra do terreno de Antônio Camilo dos Santos para a construção do palacete data de 13 de janeiro de 1876. Arquivos do Pró-Memória da Prefeitura de Nova Friburgo, caixa 40, no 6.

Nova Friburgo passava então por expressivas mudanças, que a transformaram num centro de educação e veraneio. Muitos fazendeiros de café começaram a construir suas casas na cidade. Datam dessa época as residências dos filhos do Barão de Nova Friburgo – o Conde de Nova Friburgo e o Conde de São Clemente. Muitos membros da família Moraes também foram atraídos pela vida urbana: os irmãos de Elias, Felizarda, Joaquim e Amélia, construíram confortáveis residências na rua General Osório e na Marechal Câmara, e o mesmo fizeram alguns sobrinhos, como Juanico e o casal Antonica e João Veiga, interessados em trazer os filhos para os colégios. Dos filhos do próprio Elias, apenas o mais moço, Thelio, estudou no Colégio Anchieta.

A casa de Elias na rua General Osório foi um pólo de atração para seus irmãos e sobrinhos. Segundo seu bisneto Felipe de Moraes, o “palacete de Nova Friburgo era um ponto de reunião das pessoas. Vovô Elias dava festas, reunia, recebia as pessoas do Rio que tinham dificuldade de chegar até a fazenda do Ribeirão Dourado por conta da lama e da estrada ruim. Em Friburgo tudo era mais fácil, e ele recebia as pessoas lá com muito mais conforto”. Elias urbanizou-se e nunca assumiu o modelo de plantador de café desejado por seu pai. Segundo seu bisneto Bento Luiz de Moraes Lisboa, “tinha recursos, não precisava de dinheiro e tinha uma bela maneira de viver. Era um médico dedicado, mas nunca cobrou consulta de ninguém. Naturalmente tinha nas fazendas uma fonte de renda, para a época, muito boa. As fazendas ainda estavam em plena produção”.²⁰

Elias não via o café como uma alternativa de futuro. Já na década de 1870 começou a importar os primeiros touros da raça guzerá para o Brasil, a fim de desenvolver uma nova atividade econômica. De acordo com Alberto Alves Santiago, Elias “participou de todas as iniciativas a favor do zebu, divulgando as suas vantagens, comparecendo às exposições e contribuindo para a fama de Cantagalo como centro de gado guzerá. De sua fazenda do Ribeirão Dourado essa variedade indiana se irradiou para os demais municípios fluminenses e posteriormente para Minas e outros estados”.²¹ No final da década de 1870,

²⁰ Entrevista a Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo de Castro Leal.

²¹ Alberto Alves Santiago, *O gado nelore* (São Paulo, Instituto de Zootecnia/ Secretaria de Agricultura, 1972), p. 81.

Elias já considerava a imigração como solução para a substituição da mão-de-obra escrava e por isso começou a atrair colonos suíços e italianos para a sua fazenda. No entanto, todas essas iniciativas inovadoras foram pouco sistemáticas e acabaram não produzindo resultados palpáveis.

Em 1886, Elias lançou-se a novo empreendimento ao lado da irmã Felizarda e dos cunhados Manoel de Moraes e Vicente Ferreira de Moraes, tornando-se sócio da firma comissária Henriques Costa Reis & Cia., dirigida por Feliciano José Henriques e Joaquim Henriques Costa Reis. Se é verdade que não se acomodou ao modelo familiar, nem se deixou levar por práticas econômicas rotineiras, os resultados que obteve foram bastante decepcionantes. Uma comparação entre o inventário de seu cunhado Vicente Ferreira de Moraes, de 1904, e o de sua mulher Georgeanna, datado de 29 de setembro de 1906, mostra como seu poderio econômico havia diminuído. Enquanto o monte-mor de Vicente totalizava 1.234.290\$000 (1.234 contos e 290 mil réis), os bens de Georgeanna consistiam em apenas alguns imóveis, avaliados em 311.000\$000 (311 contos de réis).

Exercendo grande liderança intelectual na família, no final da década de 1880 Elias sugeriu a seus irmãos o envio de alguns de seus filhos aos Estados Unidos. Participou da experiência, ao lado dos primos, seu filho Edelberto. Suas três filhas não foram enviadas a colégios, mas tiveram preceptoras em casa. Thelio, o mais moço, estudou no Colégio Anchieta.

Dorfília casou-se em 1888 com Gustavo Alberto de Aquino e Castro, que no início dos anos 1890 se tornou juiz em Nova Friburgo, e Othelina casou-se com o médico Joaquim Portella. Os dois filhos homens, Edelberto e Thelio, casaram-se com duas irmãs residentes no Rio de Janeiro, Marieta e Noêmia, filhas do conselheiro e diretor da Escola Politécnica Ignacio da Cunha Galvão. As duas jovens cariocas tinham o hábito de passar o verão em Nova Friburgo hospedando-se no Hotel Central, localizado nas proximidades do Instituto Hidroterápico, e lá conheceram os futuros maridos. Depois do casamento, em 1894, Edelberto e Marieta foram residir na fazenda do Ribeirão Dourado e tiveram sete filhos: Sílvia, Edelberto, Maria José (Mary), Lília, Marieta, Georgeanna (Janinha) — minha mãe — e Beatriz (Tuchinha).

Elias faleceu em 1927, com 87 anos.



A filha mais nova de João Antônio e Basília, Amélia de Moraes, nasceu em 1843 e casou-se pela primeira vez em 1857, aos 14 anos de idade, com o médico Pedro Maria de Fonseca Ferreira. Esse matrimônio, silenciado completamente pela memória familiar, foi lembrado no relato de Marieta Leal da Costa, descendente de Basília II, irmã de Amélia. Segundo seu depoimento, o Dr. Pedro Ferreira teria ido à fazenda Santa Maria do Rio Grande para cuidar de uma grave enfermidade de Basília, que teria recuperado a saúde com o tratamento recebido. Durante essa visita, João Antônio certamente viu no doutor vindo da Corte um bom casamento para sua caçula. Contudo, no dia seguinte ao das núpcias o noivo teria inexplicavelmente cometido suicídio, deixando viúva a adolescente Amélia. A veracidade desse desfecho é difícil de ser comprovada através de documentos. Além disso, nenhum outro relato familiar o confirma. O que se pode afirmar é que o Dr. Pedro Fonseca Ferreira de fato existiu e em 1857 casou-se com Amélia na matriz de Cantagalo, como atesta a certidão localizada na igreja de Cantagalo.

Por volta de 1861, Amélia casou-se pela segunda vez com seu primo-irmão Vicente Ferreira de Mello, que algum tempo depois alteraria seu nome para Vicente Ferreira de Moraes. Nascido em Minas Gerais, filho de Antônia Rita de Moraes, irmã de João Antônio, e de Vicente Ferreira de Mello, Vicente também era irmão de Maria Felizarda Ferreira de Moraes, mulher de Chico Cantagalo. Percebe-se que, depois de uma experiência mal-sucedida, João Antônio mais uma vez lançou mão do conhecido expediente de trazer de Minas um sobrinho para casar com a filha. Isso significava manter o controle da família, encontrar auxiliares confiáveis para ajudá-lo na administração dos negócios e ter mais segurança quanto ao caráter e à personalidade daqueles que entravam para seu convívio mais direto.

Após o casamento, Amélia e Vicente foram residir na fazenda São Lourenço, próxima à sede da fazenda Santa Maria do Rio Grande. Tiveram vários filhos, mas apenas sete sobreviveram: Amélia, apelada da Meloca (1862-1939), Feliciano (1871-1941), Brasília (1873-1944), Álvaro (1878-1942), João (?-1906), Vicente (1887-1946) e Henrique (1888-1970).

Ao contrário de seus cunhados, Vicente não se tornou sócio, mas apenas administrador das terras do sogro e tio. É o que se lê no testamento de João Antônio, datado de 1873: "Declarou que seu genro Vicente Ferreira de Moraes esteve com a administração da fazenda São

Lourenço a seu cargo, e desse trabalho não levou nada, em recompensa disso consentiu que ele colhesse algum café no seu cafezal para si, com o produto do qual comprou alguns escravos que são seus, por isso nunca poderão entrar no inventário.”²² De acordo com o depoimento de sua nora Julieta Britto Pereira Ferreira de Moraes, Vicente se empenhava bastante nos trabalhos da fazenda, e não só em sua administração: “Dizem que às cinco horas da manhã o velho Vicente se levantava e ia para a janela ver tirar leite da vaca. Ele fazia o serviço rude, sacrificante, pegava no pesado. Não era barão da casa dele, não.”

É certo que em 1872, quando da partilha em vida dos bens de seus pais, Amélia recebeu a expressiva quantia de 524:000\$000 (524 contos de réis). Além disso, na década de 1890, receberia de herança da mãe a soma de 128:000\$000 (128 contos de réis) em ações da dívida pública. Mas nesse ínterim Vicente diversificou o patrimônio da família. Em 1886, ao lado dos cunhados Felizarda e Elias Antônio de Moraes, tornou-se sócio da firma comissária Henriques Costa Reis & Cia., dirigida por Feliciano José Henriques e Joaquim Henriques Costa Reis. O primeiro, antigo comissário do Barão das Duas Barras, era seu compadre. O segundo se tornaria seu genro, ao se casar em 1887 com Meloca. A partir de então, auxiliado pelo genro, que passou a ser o procurador da família, Vicente lançou-se a novos investimentos, como atestam várias escrituras depositadas no Arquivo Nacional. Já em 1886, por exemplo, adquiriu um prédio na rua da Saúde no valor de 20:000\$000 (20 contos de réis).²³ Em 1887, tem-se notícia de que comprou uma fazenda de café chamada São Francisco do Norte, na freguesia do Alegre, na província do Espírito Santo, no valor de 50:000\$000 (50 contos de réis), e organizou uma sociedade agrícola para explorá-la sob o título de Vicente Moraes & Machado.²⁴ Uma outra escritura refere-se à liquidação de contas, em 1889, de uma empreitada entre o tenente-coronel Vicente Ferreira de Moraes e a firma Silva & Ramos, para a construção de uma vila com 15 casas na travessa Cruz Lima no valor de 148:000\$000 (148 contos de réis).²⁵

²² *Biographia do Barão das Duas Barras por um seu amigo Dr. M. C. e testamento...*, op. cit., p. 21.

²³ Arquivo Nacional, Documentação do 7º Ofício de Notas, Livro 50, folha 69v, 27/10/1886.

²⁴ Arquivo Nacional, Documentação do 3º Ofício de Notas, Livro 705, folha 29v, 13/01/1904.

²⁵ Arquivo Nacional, Documentação do 3º Ofício de Notas, Livro 643, folha 25v, 18/07/1906.



Fazenda São Lourenço, no município de Trajano de Moraes.

A escritura pública de partilha em vida dos bens de Amélia Ferreira de Moraes, datada de 17 de junho de 1910, é um documento que mostra a diversificação dos investimentos do casal e sua capacidade de acumulação de riqueza. Foi isso que permitiu que Amélia e Vicente passassem pela crise da escravidão e pela crise financeira do Encilhamento sem perder o patrimônio deixado pelos Barões das Duas Barras. Como se pode ver pela listagem dos bens, o casal possuía, além da fazenda São Lourenço, as fazendas Boa Esperança, Laranjeiras e Campo Alegre, dois sítios, duas casas em Nova Friburgo, várias casas e terrenos no Rio de Janeiro, apólices do Estado do Rio de Janeiro e da dívida pública, e dívidas, totalizando a elevada quantia de 1.234:290\$000 (1.234 contos e 290 mil réis). Embora a diversidade de negócios seja evidente, pode-se ver também que Vicente não optou por investimentos urbanos ou industriais produtivos, nem fez investimentos de risco, aplicando capital em ações. Ao contrário, investiu em imóveis e títulos financeiros.

Outro traço distintivo do casal Vicente e Amélia foi o investimento expressivo na educação dos filhos. Já em 1872, com apenas 10 anos de idade, Meloca foi mandada para o Rio de Janeiro para estudar e adquirir hábitos refinados. Da mesma forma que sua prima Antonica, ficou sob a responsabilidade do comissário de café da família, Feliciano José Henriques, e de sua mulher Francisca Paula de Azevedo Macedo, a “tia Chiquita”, em cuja casa passou a morar. Foi na casa de Feliciano Henriques que Meloca conheceu seu futuro marido, Joaquim Henriques Costa Reis. Com o casamento de Meloca em 1887 e sua mudança definitiva para o Rio de Janeiro, o coronel Vicente comprou uma residência de verão em Nova Friburgo e outra no Rio. A fazenda São Lourenço continuou como residência principal da família, mas os filhos do casal tiveram uma educação urbana.

Também no final da década de 1880, por sugestão de seu cunhado Elias Antônio (2º Barão de Duas Barras), Vicente mandou seu segundo filho, Feliciano, estudar nos Estados Unidos junto com alguns primos. A terceira filha, Brasília, chegou a freqüentar o Colégio Braune de 1883 a 1886 como aluna interna. Álvaro freqüentou de 1887 a 1890 o Colégio Anchieta e posteriormente foi enviado ao Colégio Caraça, onde permaneceu até 1893. João também estudou no Anchieta e mais tarde formou-se em medicina. No dia 26 de abril

de 1906, foi assassinado no Distrito Federal, no Alto da Boa Vista.²⁶ Na época, o crime ficou conhecido como “a tragédia da Tijuca” e foi amplamente divulgado nos jornais, por tratar-se de um homicídio passional. Luís Cândido de Faria Lacerda, estudante de direito, como consta no processo judicial, assassinou João Ferreira de Moraes por causa de uma ex-namorada, Climene Phillips Benzanilla, que na época estava noiva de João. Depois, ainda agrediu a própria Climene. Apesar das provas, foi inocentado, pois na época os crimes passionais em geral não levavam à condenação.

Os filhos mais moços de Vicente e Amélia, Vicente e Henrique, vieram bem pequenos para a casa de Meloca e Costa Reis, na rua Buarque de Macedo, no Rio de Janeiro, que passaria a ser um ponto de referência para toda a família. Foram matriculados no Colégio Militar, onde fizeram o curso completo, e em seguida ambos diplomaram-se em direito.

Dos filhos de Amélia e Vicente, apenas Feliciano casou-se na família, com Etelvina, neta de Chico Cantagalo. O casal teve muitos filhos: Luiza, Aquiles, Aurelina, Alice, Oscar, Maria, Alcebiades, Dalila, Clarice, Amélia e Edna. Depois da morte de Etelvina, Feliciano casou-se pela segunda vez com Carmelita Calazans. Todos os seus filhos, com exceção de Aquiles, deixaram a região das fazendas. O próprio Feliciano, nos últimos anos de vida, radicou-se no Rio de Janeiro, onde morou no Leblon e se dedicou à exploração de uma granja no Méier.

Brasília casou-se em 1899 com José Grey e passou a residir inicialmente no Rio e depois em Nova Friburgo, onde seu marido foi juiz de direito. O casal teve dois filhos, mas apenas um, Jorge de Moraes Grey, sobreviveu. Educado em Friburgo, Jorge Grey mudou-se depois para o Rio, cursou a Escola de Medicina e tornou-se famoso cirurgião, além de professor catedrático da mesma escola. Nos anos 1940, Brasília e seu filho empenharam-se na reconstituição da fazenda Santa Maria do Rio Grande, comprando dos parentes suas partes e iniciando a recuperação da sede.

Álvaro casou-se com Elvira, de Juiz de Fora, e acabou se estabelecendo como fazendeiro na região, numa propriedade adquirida por

²⁶ O processo criminal contra o assassino de João Ferreira de Moraes, Luís Cândido de Faria Lacerda, depositado no Arquivo Nacional, foi estudado e descrito como exemplo da criminalidade no início do século XX por Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim* (São Paulo: Brasiliense, 1986).

seu pai. Alguns anos mais tarde, decidiu partir com a família para o Paraná, onde se tornou grande cafeicultor. O casal teve 13 filhos: Ruth, Geni, Noêmia, Rubens, Else, Ester, Judith, Silas, Eli, Paulo, Jorge, Álvaro e Elvira.

Vicente casou-se em 1910 com Adelaide Neves Marques Braga, ou Pequenina, filha de Zinha Neves e Augusto Marques Braga, neta materna de Galdino das Neves e Adelaide Monteiro de Mendonça, e neta paterna de Josephina Salusse e José Antônio Marques Braga. Desse casamento nasceram quatro filhos: Augusto – meu pai –, Vicente, Elsa e Cláudio.

Muito mais tarde, já na década de 1950, Henrique, o filho mais moço de Vicente e Amélia, casou-se com Julieta Britto Pereira. O casal teve três filhos: João Antônio, Luís Henrique e Maria Amélia.



Nesta história de alianças e negócios familiares, chama a atenção a frequência com que é feita menção ao comissário de café do Barão das Duas Barras e de alguns de seus enteados e filhos, Feliciano José Henriques. Não foi possível saber como se iniciou essa relação, mas o fato é que ela se tornou sólida o suficiente para ter um papel na educação de quatro netos do Barão e para fornecer cônjuges a três deles, além de gerar um negócio comum envolvendo a família – a empresa de comércio de café Henriques Costa Reis & Cia., criada em 1886 com sede no Rio de Janeiro e agências espalhadas no interior.

O que se sabe sobre Feliciano José Henriques é que era filho do português Apolinário José Henriques, que veio para as Minas Gerais na virada do século XVIII para o XIX. Apolinário casou-se com Joaquina Antônia Rosa, teve dez filhos e terminou seus dias em Vila Nova da Formiga, depois São Vicente Ferrer da Formiga. Foi provavelmente na década de 1840 que Feliciano se estabeleceu na Corte como comerciante. Ali se casou, enviuvou e tornou a casar-se em 1859 com Francisca Paula de Azevedo Macedo, de família de grande tradição, irmã das viscondessas de Itaboraí e de Uruguai. Esse casamento foi sem dúvida a origem de sua ascensão social. A partir daí associou-se a um cunhado na firma F. Henriques e Macedo Sobrinho e tornou-se responsável pela comercialização da produção de café dos Moraes de Cantagalo. Por outro lado, ao receber em sua casa as netas do Barão das Duas Barras, a jovem Antonica e a menina Meloca, Francisca Paula certamente contribuiu para refinar os hábitos da rica, porém rústica, família de fazendeiros.

Assim é que Meloca, pouco depois de chegar à casa da “tia Chiquita”, em 1872, escrevia ao pai contando de seu contato com “Mrs.” Fernandes, que deveria ensinar-lhe inglês e piano:

“Corte, 11 de março de 1872

Meu querido Papai

Escrevo-lhe esta cartinha para saber de sua saúde e de mamãe.

Eu vou indo muito bem nos meus estudos. Mrs. Fernandes está muito contente comigo porque eu sou uma boa menina, eu estou boa e minha prima também. Papai diga a Mrs. Fernandes para me mandar ensinar dança.

Papai eu ainda não tirei o meu retrato porque Titia não está aqui está em Petrópolis.

Dê muitas lembranças a mamãe e meus manos.

Adeus, meu bom Pai, abençoe esta sua filha obediente e respeitosa.

Amélia Moraes”

Ao casamento de Antonica em 1878 com João Veiga, sobrinho de Feliciano Henriques, seguiu-se o de Juanico com Mariquinhas Veiga, irmã de João. Já o jovem Joaquim Henriques Costa Reis, outro sobrinho de Feliciano, ao que tudo indica fez uma longa corte a Meloca até o casamento, em 1887. Em 8 de outubro de 1885, o pretendente deixou registrada sua emoção por ter recebido do pai da amada permissão para casar-se. Escreveu ele:

“Silêncio!

Hoje, quarta-feira, 8 de outubro de 1885, o Sr. Vicente Ferreira de Moraes deu-me o sim pelo pedido que lhe fiz para casar-me com sua filha Amélia Ferreira de Moraes, e resolveu-se que daqui a um ano, mais ou menos, seja marcado o dia em que terá lugar o ato.

Escrevo a presente declaração porque... porque quero guardar recordação bem viva desta data.

Joaquim Henriques Costa Reis”

Na época do casamento, Meloca assim escreveu do Rio de Janeiro para seu irmão Feliciano, então estudando nos Estados Unidos:

“Querido Irmão

Na última [carta] que escrevi-lhe, participava-lhe que casava em junho, tendo feito em 27 do mesmo e partido para a Corte no mesmo dia; o ato foi celebrado pelo Padre Vicente na fazenda de nosso tio Elias, pela comodidade de nossa vinda para a nossa casa como fizemos; só estiveram presentes as testemunhas; que foram tio Elias de minha parte e tia Chiquita; e da parte do Costa Reis tio Feliciano e tia Felizarda Lopes; mesmo sem convites esteve animado.

Mande-me dizer se já acabaste de concluir os teus estudos; se vens por estes meses ou demorará mais tempo para algumas excursões, e mesmo para algumas viagens de estrada de ferro. [...]

Aqui está morando na mesma rua que nós, fazendo uso dos banhos de mar, tio Elias a mulher e a Dorfilia, eu também vou principiar. A nossa rua é muito boa e fresca. Como já deve saber casou-se no dia 22 passado Elisa Pereira com Luizinho Torres e a 14 do mesmo mês o primo Antônio de Andrada com Elisa da Serra, fomos convidados para ambos, mas só fui o da Serra que esteve muito concorrido.

Desejamos que continue a gozar saúde e seja feliz como tem sido até aqui; que seja sempre prudente para ter bonita distinção na sociedade, principalmente como engenheiro, que deve sempre ocupar um bom lugar; o mesmo desejo ao teu colega e o nosso lembrado primo Pedro.

Mande-me dizer como ele passa, se está ou não satisfeito. Faz hoje um mês que casei-me. Hoje estou também escrevendo notícias para casa e vou dar notícias suas.

Aceite com o Pedro lembranças do Costa Reis e muitas saudades minhas. Queira recomendar-nos ao Flores.

Adeus querido Irmão, queira sempre esta sua irmã e amiga sincera

Meloca F. de Moraes Costa Reis

Seus padrinhos passam bem
27 de julho de 1887”

A casa de Costa Reis e Meloca no Rio de Janeiro passou a desempenhar, para os irmãos menores dela, o mesmo papel que a de Feliciano e Chiquita Henriques havia desempenhado no passado. Aos 13 anos, revelando como Costa Reis participava da educação dos cunhados mais moços, Vicente escrevia à irmã Brasília, a quem chamava Nenê:

“Nenê - 25/6/1899

Eu peço por favor para você pedir a Meloca e ao Costa Reis para me tirar o sábado; porque eu estou arrependido de ter feito aquilo. Eu estou escrevendo este bilhete chorando de arrependimento, mas peça bastante desculpa ao Costa Reis. (ilegível) porque Henrique ontem nem hoje quis passear. Nenê peça bastante à Meloca para pedir ao Costa Reis. Abrace o irmão que muito a estima. Estou chorando de saudades.

Vicente”



São Francisco de Paula. Capela construída na década de 1850.

NOVOS TEMPOS, NOVAS GERAÇÕES

No final do século XVIII

e nas duas primeiras décadas do século XIX, a região dos antigos e proibidos Sertões do Macacu correspondeu a um único e vasto distrito, cuja sede teve origem no arraial descoberto graças ao canto de um galo. Quando, em 1793, João Baptista Rodrigues Franco ali solicitou uma sesmaria, indicou sua localização em “paragem próxima ao Arraial de Cantagalo”; quando, em 1820, Antônio Rodrigues de Moraes e Basília Rosa da Silva se instalaram na antiga sesmaria dos Rodrigues Franco, agora fazenda Santa Maria do Rio Grande, a vila mais próxima era Cantagalo; quando, enfim, João Antônio de Moraes e Basília se casaram, em 1833, o fizeram na matriz de Cantagalo. Enquanto isso, porém, a região continuava a ser desbravada, novas fazendas eram abertas e novos arraiais surgiam, anunciando mudanças na divisão política do território.

Um primeiro desmembramento do distrito de Cantagalo ocorreu em 1820, quando a vila de Nova Friburgo foi fundada nas terras da antiga fazenda do Morro Queimado. Por essa época, já havia sido erguida, em localidade próxima do rio Macabu, uma capela dedicada ao culto de São Francisco de Paula, em torno da qual se formou um núcleo populacional. Em 1840, a capela recebeu o predicamento de curato, por força da Lei nº 218, de 27 de maio, cujo artigo 1º se referia a Cantagalo como município: “A capela de São Francisco de Paula, no município de Cantagalo, é decretada capela curada.” Ainda em 1840, foram anexadas ao curato de São Francisco de Paula terras situadas mais ao norte, desbravadas pelo português Manoel Teixeira Portugal. Os pântanos cheios de barro branco dessas terras teriam levado os viajantes que por lá passavam a chamá-las de Tabatinga, primeira denominação do que viria a ser o arraial do Santíssimo.

Em 1846, São Francisco de Paula tornou-se uma freguesia; em 1850, novas alterações ocorreram: segundo escritura lavrada em 20 de abril pelo escrivão de paz Antônio Leoclat, da freguesia de São Francisco de Paula, o padre Frouthé doou terrenos do arraial do Santíssimo a Santa Maria Madalena para que ali fosse edificada uma capela em sua homenagem. Seis meses depois de erguida a capela, em 1851, o arraial do Santíssimo tornou-se por sua vez um curato e passou a chamar-se Santa Maria Madalena. Tudo indica que o desenvolvimento de Santa Maria Madalena, a partir de então, tenha sido veloz. O primeiro indício disso é o fato de que já em 1855 o novo curato alcançou situação igual à de São Francisco de Paula, tornando-se, pelo Decreto nº 802, de 28 de setembro, uma freguesia. Seis anos depois, pelo Decreto nº 1208, de 24 de outubro de 1861, Santa Maria Madalena foi desmembrada do termo de Cantagalo, teve anexadas a si as freguesias de São Francisco de Paula e de São Sebastião do Alto, e foi elevada à categoria de vila. No ano seguinte, a vila tornou-se sede de município.

Os novos núcleos assim criados alteraram o quadro de referências da região, que de início girava apenas em torno da vila de Cantagalo. Assim é que todas as fazendas adquiridas por João Antônio de Moraes e seus enteados e filhos a partir da década de 1840 – e até mesmo a fazenda original, Santa Maria do Rio Grande – passaram a ter sua localização indicada não mais tomando-se como referência Cantagalo, e sim São Francisco de Paula. Da mesma forma, com a criação do município de Santa Maria Madalena, onde “os moradores mobi-

lizaram à sua custa uma casa para as sessões da Câmara Municipal, do Júri e das audiências das autoridades”, as fazendas das redondezas passaram a recorrer aos serviços ali prestados. Foi assim que, quando em 1872 o Barão e a Baronesa das Duas Barras decidiram fazer a partilha em vida de seus bens e lavrar seu testamento, o fizeram no cartório de Santa Maria Madalena, e não na vila onde se haviam casado.

A divisão política da província do Rio de Janeiro ainda iria se alterar bastante com a Proclamação da República em 1889. Iniciado o governo de Francisco Portela no agora estado do Rio de Janeiro, um grande número de novos municípios foi criado. A reorganização municipal e a retificação administrativa do estado representavam um importante instrumento de poder para as novas lideranças republicanas, carentes de bases políticas próprias. A criação de um município significava a instalação de um órgão legislativo, novas repartições e novos serviços, ou seja, concessão de verbas e oferta de empregos. Muitas vezes, significava também o desmembramento de antigos municípios controlados por chefes oposicionistas. Não é difícil perceber que, para quem os criava, os novos municípios significavam apoio e votos.

Foi nesse contexto que foi criado, afinal, o município de São Francisco de Paula, por determinação do Decreto nº 178, de 12 de março de 1891. O decreto estabeleceu que a sede do município seria a freguesia do mesmo nome, então elevada à categoria de vila. Mas este ainda não seria o arranjo final na história da organização política local. No início do século XX, novas mudanças iriam ocorrer, até que em 1938 São Francisco de Paula recebesse seu nome atual: Trajano de Moraes. Nessas mudanças estiveram envolvidos membros das novas gerações da família Moraes.



Trajano de Moraes, o filho mais velho de José Antônio de Moraes e Leopoldina das Neves, os Viscondes de Imbé, planejou nos últimos momentos do Império um arrojado empreendimento: a abertura de uma ferrovia ligando a cidade de Macaé, no litoral, ao interior. A estrada de ferro passaria por Conceição de Macabu, Triunfo, e depois pelas localidades de Ventania, Aurora e Manoel de Moraes, todas elas próximas das fazendas de sua família: Ventania, da fazenda Santo Inácio, e Aurora, da fazenda Aurora, ambas pertencentes a seu pai; Manoel de Moraes, da fazenda da Barra, pertencente a seu tio. Com o objetivo de construir a ferrovia, Trajano organizou em sociedade



Estação ferroviária do distrito de Visconde de Imbé, no município de Trajano de Moraes.



Antiga sede da Fazenda Aurora, em Visconde de Imbé.

com o Visconde de Imbé e seu tio Manoel de Moraes a Companhia Estrada de Ferro Barão de Araruama, com sede em Santa Maria Madalena. Além dos recursos próprios da família, acumulados na atividade cafeeira, buscou recursos internacionais, contraindo em setembro de 1889 um empréstimo de 6,5 milhões de marcos alemães no Brazilianidre Bank Deutschland, por via de debêntures (títulos de obrigação ao portador) com prazo de 20 anos, a juros de 5% ao ano. O empréstimo foi feito mediante a garantia do governo imperial de até a importância de 30:000\$000 (30 contos de réis) por quilômetro sobre o prolongamento da ferrovia de Triunfo até o entroncamento com a Estrada de Ferro Leopoldina, pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o Decreto nº 10.245, de 31 de maio de 1889, e o contrato de 4 de junho do mesmo ano. Essa iniciativa deixava claro que Trajano pretendia mudar o perfil dos negócios da família, lançando-se em investimentos de base urbana e transformando-se num grande empresário.

Em 1895, uma escritura de doação de terrenos em Ventania, firmada por Trajano, demonstrava seu interesse em “contribuir para o aumento e desenvolvimento desta estação e do povoado que aí vai se formando”. As terras doadas destinavam-se à construção de casas de residência para o engenheiro e o empregado da estrada de ferro, além de oficinas e depósitos. Em troca, a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina deveria entregar-lhe um vagão-plataforma para o transporte de produtos agrícolas e industriais entre as estações de Macabu, Ventania e Aurora.¹ No entanto, ainda antes do fim da década, Trajano se desfez da Estrada de Ferro Barão de Araruama, transferindo-a para a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina.

As atividades empresariais levaram Trajano a se aproximar do Rio de Janeiro. Assim, em 1890, comprou a casa do conselheiro Pereira da Silva, na rua das Laranjeiras, e lá passou a residir. Segundo sua neta Isa Limonge Coelho, investiu também numa fábrica de tijolos e telhas, a Cerâmica Santa Cruz, na ilha do Governador, que se mostrou lucrativa. Manteve sempre a posse de sua fazenda Santo Inácio, que era tocada por um administrador, mas até falecer, em 1911, aos 55 anos de idade, residiu com a família no Rio.

¹ Arquivo Nacional, Junta Comercial, Livro 536, folha 10.

Embora tenha sido feita exaustiva pesquisa nos arquivos da fazenda Santo Inácio, o inventário de Trajano não foi encontrado. Mas lá estava o de Darcília, sua viúva, revelando que em 1914, quando de seu falecimento, o patrimônio a ser partilhado entre seus dois filhos totalizava 554:030\$000 (554 contos e 30 mil réis), dos quais 300:000\$000 (300 contos de réis) correspondiam a imóveis na cidade do Rio de Janeiro, e o restante a fazendas no município de São Francisco de Paula. Não há registro de investimentos financeiros, já que todo o patrimônio consistia em bens imóveis, rurais e urbanos, mas ainda assim o monte-mor era significativo. É sabido que os primeiros anos do século XX trouxeram uma gradativa melhoria para a economia do país, especialmente depois de 1906, quando foi inaugurada a política de valorização do café. Ao que tudo indica, antes de morrer, Trajano soube aproveitar a nova conjuntura, voltando a concentrar seus investimentos na lavoura cafeeira. Prova disso é que integram o espólio de sua mulher, três anos depois, seis fazendas que totalizavam 1.324 alqueires de terras, com 368 mil pés de café. Além de outros bens, ao filho José de Moraes couberam as fazendas Barro Alto, Retiro, São Joaquim da Soledade, Santo Inácio e Monte Claro, e à filha Darcilinha de Moraes Limonge coube a fazenda das Neves.

O nome Trajano de Moraes foi escolhido para rebatizar a estação de Ventania, da mesma forma como o de Visconde de Imbé foi dado ao povoado de Aurora. Mais tarde, já em 1938, o próprio município de São Francisco de Paula passaria a se chamar Trajano de Moraes.



O casal formado pelos primos-irmãos Honestalda de Moraes Pereira de Mello, filha de Basília (II) de Moraes e de Antônio Pereira de Mello, e João de Moraes Martins, filho de Felizarda de Moraes e de Francisco Lopes Martins, também exerceu papel importante na vida política do antigo município de São Francisco de Paula. João chegou a ser deputado estadual, mas o maior feito político do casal foi o apadrinhamento de Raul de Moraes Veiga, filho de Antonica, prima-irmã de ambos, futuro presidente do estado do Rio de Janeiro. Raul Veiga tinha tal amizade e cumplicidade com seus padrinhos que, a seu pedido, chegou a construir a cidade de Visconde de Imbé para ser a sede do município de São Francisco de Paula.

De início, a sede do município se localizava na vila do mesmo nome, em região montanhosa, inacessível à estrada de ferro, o que prejudicava enormemente o escoamento da produção cafeeira local.

Foi então transferida, em 1915, para a estação de Trajano de Moraes, na localidade de Ventania, área de influência de José de Moraes, filho de Trajano. No entanto, em 1919, João e Honestalda compraram a fazenda Aurora, que havia pertencido ao Visconde de Imbé, e passaram a exercer forte pressão para que a sede do município fosse mais uma vez transferida, agora para a povoação de Aurora, contígua à propriedade, e também servida pela estrada de ferro. Então presidente do estado, Raul Veiga alargou as ruas da povoação e construiu um grupo escolar, um foro, uma cadeia e um edifício para a prefeitura. A sede do município foi assim transferida para Aurora, que em 1921 se tornou vila e passaria a ser chamada de Visconde de Imbé. Pouco tempo depois, porém, em 1923, o grupo político liderado por Nilo Peçanha, a que pertencia Raul Veiga, foi derrotado e afastado do governo do estado. Aliado à nova facção política que conquistou o poder através de Feliciano Sodré, José de Moraes transferiu novamente a sede do município para Trajano de Moraes .

Embora tenha sido derrotada em seu projeto político, Honestalda ainda iria protagonizar uma longa história após o falecimento de João de Moraes Martins, em 1933. Viúva e auxiliada por seu afilhado favorito, José de Moraes Souza, assumiu os negócios do marido, fundou o Banco São Francisco de Paula e ampliou as atividades de suas várias fazendas, que tinham como sede principal a Olaria, antes pertencente a seus avós, os Barões das Duas Barras, e a seus tios e sogros Felizarda de Moraes e Francisco Lopes Martins. Em agosto de 1936, obteve sua grande vitória: foi eleita prefeita do município de São Francisco de Paula com 1.416 votos, num total de 2.389, como candidata do Partido “Tudo por São Francisco de Paula”.²

Referindo-se àquela que considera sua avó, Honestalda de Moraes Souza Tavares, filha de José de Moraes Souza, diz que depois da morte de João de Moraes Martins “contavam que ela triplicou a fortuna dele”.³ Ao contrário do marido, que era “muito alegre”, costumava sair e freqüentar festas, Honestalda tinha um temperamento mais rígido e controlava tudo nas fazendas. A ampliação do patrimônio familiar por ela empreendida, numa época em que a cafeicultura já

² Informações contidas no diploma do vereador Raul Pinto Barbosa, conservado no acervo da fazenda Ipiranga.

³ Entrevista a Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo de Castro Leal em Nova Friburgo, em 7 de março de 1998.

enfrentava dificuldades, é sem dúvida de causar espanto. Honestalda administrava com pulso firme as fazendas, que produziam quase tudo o que era necessário à própria subsistência. Afora o sal, que tinha que ser comprado, os outros gêneros alimentícios, como feijão, arroz, frutas, verduras e mesmo açúcar, eram produzidos na Olaria. Nas outras propriedades, que contavam com um administrador, havia uma certa especialização. A fazenda Manoel de Moraes, por exemplo, era voltada basicamente para a pecuária.

Não resta dúvida de que Honestalda desempenhou o papel de mãe para vários parentes que passavam por dificuldades econômicas, educando vários sobrinhos e afilhados. Além disso, os filhos dos empregados das fazendas também contavam com seu apoio. Ter uma escola na fazenda era indiscutivelmente uma forma de ajudar as crianças das redondezas.⁴ Mas sua participação na formação dos meninos e meninas não se restringia à escola ou a uma ajuda financeira. Honestalda Tavares conta que “ela sentava de noite com as crianças e ensinava todo mundo a fazer tricô e crochê. Eles faziam gorrinhos e iam vender no campo de futebol; era um dinheirinho que eles ganhavam”. Assim, mais do que ensinar trabalhos manuais, Honestalda transmitia às crianças sua visão de mundo, na qual o trabalho e a poupança tinham um papel central. Consta também que aos domingos, na entrada da igreja de Visconde de Imbé, distribuía esmolas e conselhos aos pedintes: “Guarde este tostão, ponha no banco, que amanhã você vai ter mais.”

As muitas histórias contadas sobre Honestalda revelam uma personalidade que combinava de forma inusitada generosidade e uma certa avareza. Dava presentes para a casa do sobrinho José de Moraes Souza, como toalhas de linho, mas não queria que fossem usadas. No seu entender deviam ficar guardadas, talvez para serem usadas só em ocasiões importantes. Honestalda Tavares conta ainda que quando tinha nove ou dez anos recebeu da avó um presente extravagante: um Chevrolet vermelho! Era como se o carro fosse um bem não perecível, uma jóia, que devesse ser guardada até a menina crescer e poder usá-la.

Se a personalidade forte de Honestalda transformou-a em personagem de muitos casos contados e recontados em reuniões de família, a imaginação dos que a rodeavam, como as crianças e os

⁴ Marieta de Moraes Ferreira, *Correspondência familiar e rede de sociabilidade*, em Ângela de Castro Gomes, *Escrita de si, escrita da História* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004). p. 241-256.

empregados da fazenda, também contribuiu para aumentar o rol das histórias a seu respeito. Ainda de acordo com Honestalda Tavares, “as pessoas diziam que ela era muito brava: tinha uma palmatória para castigar as crianças e às vezes punha os empregados de joelhos sobre grãos de milho no pátio interno da sede da fazenda”.

O inventário de Honestalda, datado de 1956, é revelador de sua capacidade de empreendimento e acumulação. Honestalda possuía então mais de 1.400 alqueires de terras (fazendas Olaria, Barra de Bonança, Boa Sorte, Bonança, Aurora, Macabu, Samabaia, Coqueiro, Passos), além de muitas casas em Visconde de Imbé e até mesmo uma usina para o abastecimento de energia elétrica. Além disso, tinha títulos financeiros (ações da Companhia Docas de Santos, por exemplo) e uma grande soma em dinheiro depositada em vários bancos, totalizando o seu monte-mor Cr\$ 14.811.810,00. Seu espólio foi dividido entre muitos sobrinhos e afilhados.



José Antônio de Moraes (II), ou simplesmente José de Moraes, filho de Trajano de Moraes e neto do Visconde de Imbé, ingressou na vida pública em 1906, ao obter seu primeiro mandato de deputado estadual. Tinha suas bases políticas, arregimentadas por seu pai, no município de São Francisco de Paula, da mesma forma que seu primo Raul de Moraes Veiga, futuro presidente do estado do Rio de Janeiro. Como este, integrava também, ainda que com certa dose de autonomia, o grupo que então se consolidava sob a liderança de Nilo Peçanha. Foi reeleito deputado estadual em 1910 e em 1915, e em 1918 conseguiu seu primeiro mandato de deputado federal. Suas divergências com Nilo Peçanha impediram, porém, sua reeleição em 1921.⁵

A explicação para esse afastamento de José de Moraes do grupo nilista, exatamente durante o governo de Raul de Moraes Veiga, pode ser encontrada nas medidas por este tomadas em São Francisco de Paula. Foi sem dúvida a transferência da sede do município, determinada pelo presidente do estado, de Trajano de Moraes para a povoação Aurora, mais tarde Visconde de Imbé, que levou José de Moraes a romper com o nilismo e buscar novos aliados na política estadual.

Após a derrota do grupo nilista em 1922, José de Moraes voltou à cena, aliado aos novos donos da política estadual, como Feliciano

⁵ Ver Marieta de Moraes Ferreira, *Em busca da Idade de Ouro*, op. cit.

Sodré, e já em 1923 conseguiu mudar novamente a sede do município de São Francisco de Paula, de Visconde de Imbé, para Trajano de Moraes. Passou a integrar a comissão executiva do Partido Republicano Fluminense, o PRF, e elegeu-se deputado federal por três legislaturas consecutivas, em 1924, 1927 e 1930. Com a Revolução de 30, perdeu o mandato, abandonou a vida política e passou a residir na fazenda Santo Inácio, onde se dedicou às atividades agrícolas. No entanto, estava longe de possuir a vocação de fazendeiro e empresário de seu avô ou de seu pai. A ida para a fazenda foi a saída possível diante dos reveses políticos e econômicos que sofreu com o fim da Primeira República.



Raul de Moraes Veiga, filho de Antonica de Moraes e de João Henriques da Veiga, portanto bisneto dos Barões das Duas Barras, nasceu na fazenda da Barra em 1878 e de início foi criado em Nova Friburgo, onde estudou no Colégio Anchieta. Após a morte de sua mãe, em 1896, concluiu o curso secundário no Colégio João Alfredo, no Rio de Janeiro, e em 1900 ingressou na Escola Politécnica, onde iria formar-se em engenharia. Assim que se formou, passou a trabalhar na Comissão da Planta Cadastral e de Saneamento, em Niterói, e ali entrou em contato com o grupo político liderado por Nilo Peçanha, que então controlava a política fluminense.

Ao ser eleito presidente do estado do Rio de Janeiro em 1903, Nilo Peçanha desejava promover reformas modernizadoras. Na época, devido à crise da cafeicultura e à fragmentação de sua elite política, o Estado do Rio enfrentava um grave processo de perda de *status* na federação. A implementação de um projeto de recuperação da economia fluminense exigia a constituição de um grupo político coeso e capaz de dar sustentação ao governo estadual. Foi exatamente nessa conjuntura que Raul Veiga iniciou sua carreira. Em 1906, aliando contatos políticos feitos na administração de Niterói ao apoio financeiro e eleitoral de sua família, foi eleito deputado estadual.

A principal base de sustentação de Raul Veiga era o município de São Francisco de Paula. Particularmente importante era o apoio de parentes e padrinhos, entre os quais se destacavam Honestalda e João de Moraes Martins. Como é sabido, as eleições na Primeira República eram feitas dentro de um sistema em que não existiam nem voto secreto, nem Justiça Eleitoral, e por isso mesmo eram comuns a fraude e a manipulação. Eram as chamadas eleições a "bico de pena". Para ser eleito, era fundamental o apoio dos "coronéis" do interior, que ti-



Raul Veiga, Presidente do Estado do Rio de Janeiro de 1919 a 1922.

nham seus “currais eleitorais” e podiam controlar a massa de eleitores. A garantia do êxito de Raul Veiga vinha assim em grande parte do poder político de João e Honestalda em São Francisco de Paula.

Após um primeiro mandato como deputado estadual, Raul Veiga ganhou espaço no grupo nilista e passou a integrar a chapa de candidatos a deputado federal. Obteve vários mandatos consecutivos, até ser eleito presidente do estado do Rio de Janeiro, em 1919. Indicado candidato pelo próprio Nilo Peçanha, como solução para evitar uma cisão política no Partido Republicano Fluminense (PRF), governou em consonância com seu grupo, neutralizando os conflitos do partido e pondo em prática uma política econômica voltada para a recuperação da cafeicultura, mas também para a diversificação econômica, especialmente através do desenvolvimento da pecuária. Implementou, entre outros projetos, o de uma reforma tributária que reduziu o imposto de exportação e aumentou o de transmissão. Ao final de seu governo, em 1922, conseguiu um superávit de 10.000:000\$000 (10 mil contos de réis). No campo da educação sua administração promoveu uma reforma no ensino primário, instituindo a inspeção escolar. Além disso foram criadas escolas profissionais femininas em Campos e em Niterói.⁶

Em 1922, Nilo Peçanha, com o apoio do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, candidatou-se à presidência da República em oposição ao candidato oficial Artur Bernardes, que era apoiado por São Paulo, Minas Gerais e os demais estados. Essa candidatura oposicionista, lançada pelo movimento da Reação Republicana, representou um primeiro confronto entre as oligarquias, desvendando tensões latentes no federalismo brasileiro. A tentativa das oligarquias dissidentes de criar um eixo alternativo de poder foi no entanto barrada pelo sistema eleitoral fraudulento da República Velha. Artur Bernardes foi eleito com 466 mil votos, contra 317 mil dados a Nilo Peçanha, de acordo com a máquina oficial. A derrota de Nilo teve conseqüências imediatas no cenário político fluminense, afastando os nilistas do poder estadual e, por conseguinte, provocando uma perda de espaço político para Raul Veiga.⁷

⁶ Para mais informações sobre a administração de Raul Veiga, ver Emmanuel de Bragança de Macedo Soares, *Raul Veiga no governo fluminense* (Niterói: Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, 1978).

⁷ Marieta de Moraes Ferreira, Um eixo alternativo de poder, em Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *A República na Velha Província* (Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989), p. 241-259.

Ainda assim, depois de um período de “congelamento político”, Raul Veiga e parte do grupo de Nilo Peçanha, então falecido, procuraram fazer um acordo com a situação fluminense, que depois de uma forte repressão a seus opositores buscava a conciliação, a fim de incorporar uma oposição domesticada. Raul Veiga participou dessa articulação política e foi eleito para mais dois mandatos de deputado federal, em 1927 e 1930. O último não chegou a ser concluído, em virtude da Revolução de 30, que fechou o Congresso e desalojou os grupos que controlavam o poder no Estado do Rio e em grande parte do país.



Outro bisneto dos Barões das Duas Barras que teve participação política na Primeira República foi Galdino do Valle Filho, neto de Felizarda de Moraes e Antônio Lopes Martins, filho de Francisca de Moraes Martins e Galdino do Valle. Nascido em 1879 na fazenda Olaria, de propriedade de sua avó, Galdino do Valle Filho mudou-se em 1889, junto com a família, para Nova Friburgo e ali cursou o secundário no Colégio Anchieta. Em seguida veio para o Rio de Janeiro, onde se formou em medicina em 1902. Seu pai, que também era médico, tornou-se chefe político em Nova Friburgo e logo levou o filho para o mesmo caminho.

Aproveitando-se da fusão de diferentes correntes políticas em Nova Friburgo, em 1906 Galdino Filho lançou na cidade o jornal *A Paz*, que pretendia consolidar a pacificação da política local. O passo seguinte foi sua candidatura e eleição para vereador em 1909. Tentou eleger-se deputado estadual em 1910, mas não obteve votação suficiente. Suas bases ainda eram frágeis, pois não contava com o apoio das principais lideranças de Nova Friburgo, e dividia o cacife político familiar em São Francisco de Paula com seu primo e cunhado Raul de Moraes Veiga, irmão de sua mulher Evangelina.

No começo da década de 1910, Nova Friburgo já despontava como um centro de atração para as indústrias têxteis, e iniciava-se a construção da fábrica de fitas Arp. A industrialização requeria infra-estrutura, e em especial energia elétrica, mas a Câmara Municipal não conseguia se posicionar de maneira ágil em relação à eletrificação. Galdino fez então de seu jornal um porta-voz da luta pela industrialização, aliando-se a Julius Arp na campanha pela conquista da concessão para explorar a energia elétrica na cidade e entrando em conflito com o presidente da Câmara dos Vereadores, Galiano Emílio das Neves Jr.

Tendo saído vitorioso do embate, Galdino, aliado do grupo de Nilo Peçanha e muito próximo do então presidente do estado, Oliveira Botelho, candidatou-se novamente a vereador em 1912. Não só foi reeleito, como também fez oito dos dez vereadores, o que lhe deu o controle da Câmara Municipal. Eleito presidente da Câmara, passou a exercer as funções executivas locais, já que a figura do prefeito ainda não existia.⁸

Contudo, sua ascensão política logo em seguida iria sofrer alguns reveses. Em 1914, uma grave crise marcou a política fluminense em função das eleições para presidente do estado. Nilo Peçanha e Oliveira Botelho, até então aliados, divergiram quanto à indicação do candidato. Afinal, Nilo Peçanha resolveu candidatar-se ele próprio em oposição a Feliciano Sodré, que era apoiado por Botelho. Nilo foi eleito, mas o grupo nilista estava rachado, e lideranças até então expressivas do nilismo passaram para a oposição. Galdino foi uma delas e naturalmente passou a sofrer as consequências de sua opção. Nos anos que se seguiram tentou manter o poder político, mas enfrentou dificuldades, mesmo quando Raul de Moraes Veiga foi eleito presidente do estado.

Esse quadro só foi alterado com a derrota do grupo nilista em 1922 e a ascensão de Feliciano Sodré em 1924. Essa reviravolta abriu um novo espaço para Galdino, que até 1930 passou a usufruir das vantagens de pertencer à situação. Galdino não só reconquistou o poder político em Nova Friburgo, como se elegeu deputado federal em 1924, 1927 e 1930. Durante a década de 1920, exerceu papel de destaque na condução da política friburguense, marginalizando o grupo liderado por Sílvio Rangel, genro e herdeiro político de Galiano Emílio das Neves Jr., afinado com Nilo Peçanha. Na esfera estadual, Galdino integrou durante vários anos a comissão executiva do PRF. Com a Revolução de 30 e a dissolução do Congresso, perdeu o mandato de deputado federal e o controle da política friburguense, passando, então, a dedicar-se à clínica médica.

Em 1945, com a redemocratização do país e o surgimento de novos partidos, Galdino, ferrenho opositor de Vargas, engajou-se na União Democrática Nacional (UDN). Logo nas primeiras eleições

⁸ Sobre a polêmica entre a Câmara Municipal e Galdino do Valle Filho em torno da eletrificação de Nova Friburgo, ver João Raimundo Araújo, *Nova Friburgo: o processo de industrialização da Suíça brasileira, 1890-1930*, op. cit.

concorreu a uma cadeira de senador na Assembléia Nacional Constituinte, mas não conseguiu se eleger. Em 1954 candidatou-se a deputado federal, novamente pela UDN, e foi eleito. Após o fim do mandato, em 1959, afastou-se definitivamente da política e voltou-se para a medicina e para a vida familiar. É autor do livro intitulado *Lendas e lendas de Nova Friburgo*, citado na primeira parte deste trabalho.



A Revolução de 30, ao destituir os presidentes de estado e fechar o Congresso e as assembleias estaduais, rompeu com o quadro político vigente durante a Primeira República e promoveu, em certa medida, uma renovação das elites políticas estaduais. A mudança atingiu diretamente José de Moraes, Raul de Moraes Veiga e Galdino do Valle Filho, por exemplo, que se viram subitamente afastados da cena política. Em compensação, outro membro da família Moraes começou a se destacar na nova conjuntura: Vicente Ferreira de Moraes.

Filho de Amélia de Moraes e de Vicente Ferreira de Moraes, nas décadas de 1910 e 1920, Vicente dividiu seu tempo entre o Brasil, a Europa e os Estados Unidos, e combinou vida social e estudos, frequentando cursos na Columbia University, na Sorbonne, na École des Sciences Politiques e no Collège de France. Sua intenção era acumular, através de leituras e cursos, uma bagagem intelectual que lhe permitisse entender melhor o Brasil e assim construir uma base consistente para sustentar sua atuação política. A publicação de sua autoria, *Por que sou político*, de 1915, como o próprio título sugere, pretendia apresentar as razões de seu interesse pela política. Partindo de uma narrativa sobre suas origens familiares, descrevia a seguir suas experiências como estudante de direito na cidade do Rio de Janeiro e sua opção pela luta em prol do desenvolvimento nacional através da diversificação da agricultura, em conformidade com a corrente de pensamento liderada por Alberto Torres. Outras preocupações suas eram a regeneração dos costumes republicanos e o estabelecimento da verdade eleitoral.

Seu primeiro engajamento na política ocorreu no seu último ano de faculdade, por ocasião da campanha presidencial de 1910, quando disputavam as eleições Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca. Engajado na luta civilista, Vicente recebeu com grande decepção a derrota de seu candidato. Meses depois, já casado com Pequeninha Marques Braga, decidiu embarcar para Paris, associando viagem de núpcias e estudos. Na capital francesa, matriculou-se na École des

Sciences Politiques e freqüentou as conferências do Collège de France. Os cursos e as conferências deveriam “fornecer elementos úteis ao futuro de seu país”. De volta ao Brasil em 1913, retomou sua militância política, engajando-se na luta para organizar no Estado do Rio comitês civilistas para combater o governo de Hermes da Fonseca, e ao mesmo tempo articular o Partido Republicano Liberal (PRL).

O principal objetivo do novo partido era lutar pela verdade eleitoral e apresentar candidatos às eleições presidenciais de 1914. O nome escolhido foi novamente Rui Barbosa, que, na visão de Vicente, era a grande figura capaz de realizar a reforma eleitoral e moralizar os costumes políticos brasileiros. Comprometido com essa idéia, Vicente passou os anos de 1913-1914 dedicado a organizar diretórios municipais do PRL no interior fluminense. O lançamento pelos grandes estados da candidatura de Venceslau Brás cortou, porém, as esperanças de qualquer articulação em torno de Rui e de uma vitória do PRL. Como esperado, as eleições de 1914 foram marcadas pela fraude, e a nova tarefa que Vicente se impôs foi lutar pela eleição de deputados federais do PRL nas eleições legislativas de 1915. Mais uma vez a regra de ouro das oligarquias da Primeira República se cumpriu, e a vitória coube à situação, graças à manipulação de votos.

Passado o pleito eleitoral, novamente Vicente pensou em deixar o Brasil. Tendo sido deflagrada na Europa a Primeira Guerra Mundial, decidiu partir para os EUA e, lá chegando, fixou-se em Nova York. A essa altura, já possuía quatro filhos: o primeiro, Augusto, nascido em Paris, e os demais, Vicente, Elsa e Cláudio, no Brasil. Com sua estada nos EUA, de junho de 1917 a dezembro de 1919, pretendia conhecer melhor a experiência e o estilo de vida norte-americano. Sua correspondência permite recuperar suas expectativas e suas principais atividades na época. À semelhança do que já havia feito na França, matriculou-se na Universidade de Columbia para acompanhar cursos na área de economia e finanças. Além dos estudos teóricos, programou algumas viagens por vários estados norte-americanos. Merece destaque especial uma viagem de carro que durou de 28 de junho a 23 de setembro de 1918, em que percorreu 15 cidades e atravessou os EUA de Nova York a Long Beach, na Califórnia. É difícil avaliar o significado dessa experiência americana para suas atividades posteriores, mas certamente ela teve um peso no desenrolar de suas opções futuras.

Terminada a guerra, Vicente retornou à Europa com a família. No começo de 1920, já estava instalado em Paris. Nos dez anos

THEATRO DE SÃO PAULO

RUY BARBOSA ALFREDO ELLIS

CONVENÇÃO NACIONAL
de 26-27 de Julho de 1913

—SCHORCK:— VÓS acabais de renunciar-me o mandato de lute.
Luzureiros juntes!

A politica brasileira na Republica, estava habituada a viar
de formulas, de fiquês, de ressonar.

Em 1909, começou a mostrar no horizonte infinito do nosso
futuro a sua imagem da guaa subversiva.

Quatro annos depois, já o sentiamos aqui, ao meu de nós,
em estatico momento, mais caligento, mais vivo, mais forte, mais
potentissimo, vibrante e a mais para o governo de si mesmo, propi-
ciabde sua, que lhe robariam.

O prezante de fiquês basta para transformar um theatro ou
um circo em anno cultural.

Não são premissas do da opulencia do Theatro Lyrico, para
que ella accendesse tanta e maior solememente popular registado,
que hoje, em theatro brasileiro.

Como a tres Escolas do France, em 1780, no jogo de Pêla, fe-
licitou-se todos aqui, egre, mas realmente enorme, e, esten-
dendo as atores mais, jorram e quilo de aprazado, jorram
vencer."

(Discursos de Ruy Barbosa)

José Alípio de Carvalho Costallat
José Alípio de Carvalho Costallat
Americo Oberlaender
Arthur Victor
Bruno Pereira dos Santos
Cezar Nascentes Tinoco
Dario Aragão
Fidelis Sigmaringa Seixas
Francisco Alexandre da Costa
José de Castilho Sobrinho
José Avellar Fernandes
Juvelino Paes de Mattos
Rubem Braga
Luiz Braga Murý
Tito do Nascimento Vasconcellos
Vicente Ferreira de Moraes
Genesio José dos Reis
Acyr Medeiros

A black and white portrait photograph of Dr. Vicente Ferreira de Moraes. He is shown from the chest up, wearing a dark suit jacket over a light-colored shirt and a dark tie. He has short, dark hair and is looking directly at the camera with a neutral expression. The background is a plain, light color. The photo is framed by a thin black border.

REC'D DE JANEIRO
Thos. de Souza & Companhia
Rodrigues & C.
1908



*Visita de Getulio Vargas a Nova Friburgo a convite de Vicente de Moraes.
Década de 1930.*

seguintes, porém, não mais passou longas temporadas no exterior. Embora sua mulher e seus filhos tenham residido em Paris, Londres e Berlim, Vicente pareceu perceber que estavam em curso na época grandes transformações na sociedade brasileira, e que era importante estar no Brasil para entendê-las. Foi o que fez, permanecendo mais tempo no país e reduzindo suas viagens à Europa a curtas temporadas de visita à família.

Foi a partir de então que Vicente procurou se inserir de forma mais efetiva na vida política nacional. Ensaçou algumas tentativas, candidatando-se a deputado federal no Estado do Rio, mas não obteve êxito. Seu engajamento se aprofundou com a fundação do Partido Democrático no Distrito Federal e no Estado do Rio, em 1927. Aliado a Maurício de Lacerda, seu colega da Faculdade de Direito, buscou organizar uma agremiação oposicionista que tinha como bandeira o voto secreto, numa tentativa de mudar a tradição oligárquica fluminense. O Partido Democrático do Estado do Rio não chegou a se constituir como organização de grande peso político, mas foi um veículo de críticas ao governo estadual, centradas na necessidade de pôr fim à fraude eleitoral e de alterar as políticas tributária e cafeeira.

Com a proximidade da eleição de março de 1930, que deveria escolher o sucessor de Washington Luís na presidência da República, foi formada a Aliança Liberal, que lançou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas. Vicente e outros membros do Partido Democrático participaram intensamente da campanha aliancista. Muitos, como ele, candidataram-se também à Câmara dos Deputados. Em 31 de janeiro de 1930, às vésperas das eleições, Vicente escreveu aos filhos, então estudantes em Berlim, dando suas impressões sobre o futuro pleito: "Aqui me encontro à espera do automóvel [...] para seguir para Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto e Madalena. Estive ontem em Itaocara onde fui assistir à formação dos meus eleitores. Se a eleição correr de acordo com a lei e se o eleitorado democrata comparecer às urnas, é possível que eu tenha, só em Itaocara, mil eleitores [...]"

As avaliações e expectativas de Vicente não se concretizaram. As eleições de março de 1930 foram marcadas pela fraude, e não só os membros do Partido Democrático, como o candidato da Aliança Liberal à presidência, Getúlio Vargas, foram derrotados. Uma nova etapa da vida política nacional teve então início: a conspiração que

Vicente Ferreira de Moraes
Secretario das Finanças do
Estado do Rio de Janeiro

Vicente Ferreira de Moraes
Diretor da Caixa Economica Federal
do Estado do Rio

Niterói

Cartões de visita.

conduziria à Revolução de 30. Vicente de Moraes também participou das articulações revolucionárias no Estado do Rio, mobilizando forças que pudessem enfrentar a situação fluminense. Vitoriosa a revolução, pouco tempo depois, em 1931, foi nomeado secretário de Finanças do estado. Foi ainda membro do Conselho Consultivo, instituição criada pelo governo revolucionário com o objetivo de substituir os corpos legislativos, que haviam sido dissolvidos.

Com o processo de reconstitucionalização e a organização de novos grupos políticos, Vicente se engajou na fundação, em dezembro de 1932, do Partido Socialista Fluminense (PSF), como agremiação filiada ao Partido Socialista Brasileiro.⁹ Além dele, o PSF tinha como principais lideranças César Tinoco, José Alípio Costallat, Altivo Linhares e Cristóvão Barcelos. Em 1935, Vicente chegou a ser cogitado como candidato ao governo do estado, mas, depois de muitas negociações e algumas cisões, o nome escolhido foi o de Protógenes Guimarães, que acabou vencendo seu opositor, o general Cristóvão Barcelos, numa eleição bastante conturbada. O PSF seria extinto em 1937, com a decretação do Estado Novo.

Como membro do PSF, Vicente Ferreira de Moraes publicou diversos trabalhos sobre questões de interesse do estado do Rio de Janeiro, entre elas a da cafeicultura.¹⁰ Sua correspondência dos primeiros anos da década de 1930 demonstra que possuía em torno de si uma rede de aliados em diversas localidades, que recorriam ao “chefe” político para conseguir diversos tipos de favores. O mais comum eram pedidos de emprego, de uma “boa colocação no Rio de Janeiro ou em Niterói”.¹¹

Já na vigência do Estado Novo, Vicente foi presidente da Caixa Econômica Federal. Em seguida, abandonou a vida pública, e faleceu em 1947, aos 59 anos.

⁹ O primeiro Partido Socialista Brasileiro foi fundado em 1932 com o objetivo de unificar as diversas correntes políticas que apoiaram a Revolução de 30. Liderado por Juarez Távora e Pedro Ernesto, entre outros, tinha como principais metas programáticas a eleição indireta para a presidência da República, a liberdade de imprensa, a jornada de trabalho de 8 horas, o salário mínimo e o estímulo às cooperativas agrícolas. O partido foi extinto, juntamente com todos os demais, em 1937, após a instauração do Estado Novo.

¹⁰ Vicente Ferreira de Moraes publicou diversos livretos, como por exemplo *Economia e política fluminense — a indústria do cimento, A concorrência de Força e de Luz à cidade de Angra dos Reis, O caso das apólices da Prefeitura de Nova Iguaçu, A autonomia de Miracema, e Parecer sobre a proposta de orçamentos do Estado do Rio de Janeiro — 1933*. Todos foram publicados pelo Partido Socialista Fluminense em 1934 (Niterói: Typographia 5 de Julho). Sobre a cafeicultura, publicou *A questão do café* (Niterói: Typographia 5 de Julho, 1934).

¹¹ Carta de José Francisco Pinheiro Júnior datada de 6 de maio de 1931.



Fachada da sede da Chácara do Paraíso.

DE VOLTA À CHÁCARA DO PARAÍSO

De volta à Chácara do Paraíso,

à medida que se avança pelo caminho que conduz do portão até a casa, a data inscrita na fachada reaparece por trás das barbas de velho que pendem do velho pinheiro. Foi a partir daquele marco, 1821, que procurei conhecer a história da região e reconstituir trajetórias familiares que são únicas, mas ao mesmo tempo tão características da sociedade brasileira. Resta agora voltar o olhar para a velha sede.

Pode-se imaginar que a casa primitiva, provavelmente tosca, tenha sido erguida pelos colonos suíços na Chácara dos Inhames no ano de 1821. Ao adquirir a propriedade na década de 1850, o casal José Antônio Marques Braga e Josephina Salusse, habituado à vida urbana, não teve interesse em morar no lugar. Nada indica que a chácara tenha recebido melhorias, e pode-se supor que a compra da terra tenha sido apenas um

investimento imobiliário. A situação não deve ter se alterado quando a viúva Josephina se casou pela segunda vez com Galiano das Neves, ainda mais tendo ficado definido que a chácara caberia por herança a Augusto, filho dela e de José Antônio. Mas a partir do momento em que Augusto se casou com Zinha, em 1870, a situação começou a mudar. Foi provavelmente então que a casa foi reformada ou refeita e assumiu seu aspecto atual, embora ostentando a data antiga.

O estilo de vida de Augusto e Zinha Braga denotava uma visão do campo como espaço de lazer. A dedicação de Augusto à criação de cavalos de corrida, que o levou a participar da organização do Jockey Clube de Nova Friburgo, é também indicadora do seu perfil. Foi justamente na segunda metade do século XIX que os esportes passaram a fazer parte do cotidiano da elite brasileira. Até então, a sociabilidade tendia a se restringir ao espaço privado e aos rituais do calendário religioso. Mesmo no Rio de Janeiro, eram escassos os espaços ao ar livre capazes de proporcionar uma convivência pública. Só a partir dessa época, com a difusão dos esportes ingleses como práticas de civilidade, começou um processo de valorização das atividades físicas que produziria, já no início do século XX, a figura tão prezada do *sportsman*. No Rio de Janeiro, o turfe passou a fazer parte do cotidiano da elite a partir de 1850, em pistas localizadas na Quinta da Boa Vista onde os ricos comerciantes promoviam corridas. Em 1886 já havia quatro hipódromos na cidade, com grande movimento de apostas, e circulava uma revista especializada chamada *O Jockey*. O turfe, mais que um entretenimento, era um emblema da posição social de seus praticantes. Assim como os demais esportes, era visto como uma “novidade civilizadora”.¹

Um documento conservado por Valter Neves revela muito da memória familiar sobre o casal Augusto e Zinha. Embora não seja assinado, tudo leva a crer que o autor do texto, intitulado “Nossas raízes”, seja um dos filhos de Juquinha, por sua vez filho de Augusto. Segundo esse neto, Augusto, que “cavalgava como mocinho de cinema”, faleceu aos 46 anos vítima de impaludismo, contraído na Baixada Fluminense, por onde passava com frequência em viagens ao Rio de Janeiro. A partir de sua morte, o Tio Juca, irmão de Augusto,

¹ Sobre o processo de adoção das práticas esportivas na sociedade brasileira, e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, ver Gilmar Mascarenhas de Jesus, *Da cidade colonial ao espaço da modernidade: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro*, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 23, 1999.



Peguenina, Cláudio, Elsa, Vicentino, Augusto e Vicente.

que nunca se casou, “assumiu a responsabilidade de orientar a educação dos cinco sobrinhos”, aos quais sempre deu assistência. Ainda segundo sua lembrança, “Vovó Zinha, que deu vida à Chácara do Paraíso, então chamada Chácara da Dona Zinha, era um doce de coco, adorada por todo mundo”. Essa avó sociável tinha hábitos curiosos: “Sempre que ela ia ao Rio, levava um cartão postal já escrito com as boas notícias da viagem; era só jogar na caixa do correio.” Ou ainda: “Ao chegar à estação, ia procurar o maquinista para recomendar que fosse bem devagar!”

Também Beatriz Getulio Veiga guarda a memória de “uma mulher interessantíssima” e relembra a seguinte história: “A casa dela na cidade era animadíssima, sempre cheia, todo mundo comia, todo mundo dançava, todo mundo animava. Um dia chegou um turista em Friburgo e foi para um hotel. Via o movimento naquela casa, entra gente, sai gente, e disse assim: ‘Da próxima vez que eu vier não vou mais ficar neste hotel, não. Vou para uma pensãozinha ali na praça que é muito animada’...”

O inventário de Augusto, feito em 1895,² permite entrever as melhorias introduzidas naquela que era a casa de campo da família, já que a seu lado figurava também uma casa de moradia na cidade de Nova Friburgo. Pelo documento, ficamos sabendo que, nas salas de jantar e de visitas da Chácara de D. Zinha, havia quatro bancos de madeira; um aparador com pedra mármore; uma mesa elástica para jantar; 12 cadeiras austríacas; um guarda-louça; um guarda-comida; uma mobília composta de sofá, duas cadeiras de braço, seis cadeiras pequenas e suas costas, tudo de vime; uma mesa de centro redonda de madeira; dois consoles com pedra mármore; um espelho grande; um armário; quatro jarros de porcelana; dois lampiões; um lustre na sala de visitas; um dito na sala de jantar; um relógio de parede; sete quadros; diversas louças e cristais; um armário de vidro. No primeiro quarto, havia uma cama de madeira, um lavatório com pedra mármore e outra cama de madeira; no segundo, uma cama de madeira, uma cômoda, um lavatório com pedra mármore, um cabide, dois quadros, uma mesa pequena de madeira; no terceiro, uma cama de madeira, uma marquesa de madeira, um lavatório com espelho.

² Inventário de Augusto Marques Braga, 1895, Arquivos do Pró-Memória da Prefeitura de Nova Friburgo.

Quem, hoje, percorrer a casa com essa lista em punho certamente reconhecerá os itens arrolados. Para a época, porém, o cômodo que mais chama a atenção é a sala de visitas, cujo mobiliário denota o hábito de receber convivas. Mas o inventário de Augusto traz ainda outras informações importantes. Os bens listados, situados em Nova Friburgo e no Rio de Janeiro, mostram que, a despeito da formação recebida na Escola de Comércio em Paris, Augusto não se dedicou a atividades comerciais ou industriais e limitou-se a investir em pequenas propriedades próximas do centro de Nova Friburgo. Na verdade, Augusto e seu irmão Juca sempre viveram de rendas.

Tudo indica que após a morte de Zinha Braga, em 1914, a chácara foi conservada sem alterações, mas também sem viço, por seu filho Augusto, que assumiu sua administração. Foi a partir de 1936, com os novos donos Pequenina e Vicente de Moraes, que a propriedade se tornou a Chácara do Paraíso, da qual usufruíram seus filhos, Augusto, Vicentinho, Elsa e Cláudio, e de que hoje se ocupam seus netos – entre os quais me incluo – e bisnetos. Lá está conservada a biblioteca de Vicente, onde, além de livros, há caixas contendo cartas antigas que permitem reconstituir velhas histórias. Lá viveu seus últimos anos Pequenina, a Memé de seus netos, que gostava de contar as “histórias do tempo antigo”.

LINHA DO TEMPO

↔ ACONTECIMENTOS RELEVANTES

TRAJETÓRIAS FAMILIARES ↔

Início da exploração do ouro nas Minas Gerais. ↔ 1693

Criação da Intendência das Minas. ↔ 1702

1707 ↔ Nascimento de Manoel de Moraes Coutinho em Vila do Touro, na Beira Alta, Portugal.

1730 ↔ (década de) Vinda de Manoel de Moraes Coutinho para o Brasil, onde se torna proprietário da fazenda Cataguases, na freguesia de Prados, termo da vila de São João del Rei.

		1754	→	6 de fevereiro – Nascimento de João Baptista Rodrigues Franco em Sabará.
		1760	→	(data provável) Nascimento de Antônio de Moraes Coutinho, filho de Manoel de Moraes Coutinho e de Ana Nunes da Costa, nas Minas Gerais.
		1761	→	Nascimento de Isabel Maria da Silva no Rio de Janeiro.
		1773	→	(data provável) Vinda de João Baptista Rodrigues Franco para o Rio de Janeiro, para assentar praça no Regimento Novo.
Envio de uma patrulha, pelo Vice-Rei, à região conhecida como Sertões do Macacu, a fim de capturar o bando do garimpeiro Mão de Luva. O arraial onde a prisão é efetuada passa a ser chamado de São Pedro do Cantagalo.	←+	1785		
		1787	→	Casamento de Antônio de Moraes Coutinho e Maria Felizarda de Sant'Ana em Campo dos Carijós, hoje Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. Chegada de João Baptista Rodrigues Franco aos Sertões do Macacu. Nascimento de José Antônio Marques Braga, pai, em Braga, Portugal.
		1788	→	Nascimento de Guillaume Marius Salusse, em Toulon, França.
Inconfidência Mineira. Revolução Francesa.	←+	1789		

		1791	→	2 de setembro – Casamento de João Baptista Rodrigues Franco e Isabel Maria da Silva no Rio de Janeiro.
		1793	→	Requerimento de João Baptista Rodrigues Franco ao Vice-Rei, solicitando a concessão de uma sesmaria nos Sertões do Macacu. A sesmaria recebida, próxima do arraial de Cantagalo, será chamada de Santa Maria do Rio Grande. Nascimento de Antônio Rodrigues de Moraes, quarto filho de Antônio de Moraes Coutinho e Maria Felizarda de Sant'Ana.
		1802	→	Nascimento de Basília Rosa da Silva, filha de João Baptista Rodrigues Franco e Isabel Maria da Silva.
		1806	→	Nascimento de Marianne Joset em Courfaivre, no cantão de Berna, na Suíça.
Chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro.	←+	1808		
Abertura dos portos.				
Missão do mineralogista inglês John Mawe na região de Cantagalo.	←+	1809		
Portugal assina com a Inglaterra tratado que prevê a redução do tráfico negreiro.	←+	1810	→	Nascimento de João Antônio de Moraes, décimo filho de Antônio de Moraes Coutinho e Maria Felizarda de Sant'Ana.
		1812	→	Estabelecimento de José Antônio Marques Braga, pai, comerciante português, no Rio de Janeiro. Setembro – Confirmação de posse da sesmaria de João Baptista Rodrigues Franco.

9 de março – Alvará eleva o arraial de São Pedro do Cantagalo à condição de vila. ↔ 1814

Elevação da colônia à condição de Reino Unido a Portugal, e Algarves. ↔ 1815

Queda de Napoleão.

Desembarque de Sébastien-Nicolas Gachet no Rio de Janeiro como representante diplomático do cantão suíço de Fribourg. ↔ 1817

O Príncipe Regente é aclamado rei com o título de D. João VI. ↔ 1818

D. João VI assina o Tratado de Colonização.

Chegada dos colonos suíços ao vale onde é fundada a vila de Nova Friburgo. ↔ 1820 ↔

4 de fevereiro – Desembarque dos Joset em terras brasileiras.

21 de agosto – Batismo de José Antônio Marques Braga, filho de José Antônio Marques Braga, pai, e de Gertrudes Cândida d'Assumpção, na matriz de Santa Ana, no Rio de Janeiro.

Primeiro casamento de Basília Rosa da Silva, com Antônio Rodrigues de Moraes, e instalação do casal na fazenda Santa Maria do Rio Grande.

Nascimento do primeiro filho de Basília e Antônio, Francisco Rodrigues de Moraes (Chico Cantagalo).

D. João VI volta para Portugal e deixa no Brasil o filho Pedro. ↔ 1821 ↔

25 de janeiro – Nascimento de José Antônio de Moraes, segundo filho de Basília e Antônio, e futuro Visconde de Imbé.

O príncipe D. Pedro proclama a Independência e é coroado Imperador do Brasil, com o título de D. Pedro I.	↔	1822	
		1823	→ Embarque de Guillaume Salusse para o Brasil.
Chegada de colonos alemães a Nova Friburgo.	↔	1824	→ Chegada de Guillaume Salusse a Nova Friburgo.
		1826	→ Primeiro documento referente à Chácara dos Inhames.
			Nascimento de Antônia Rosa da Silva de Moraes (Antoninha), terceira filha de Basília e Antônio.
		1827	→ Nascimento de Clorinda Francisca Josepha (Josephina), primeira filha de Marianne Joset e Guillaume Salusse.
		1829	→ Nascimento de Pedro Eduardo, segundo filho de Marianne e Guillaume.
			(data provável) Partida de José Antônio Marques Braga, filho, aos 9 anos, para estudar na Inglaterra.
		1830	→ Casamento de Marianne Joset e Guillaume Salusse e batismo de seus dois primeiros filhos.
			Nascimento de Basília (II), quarta filha de Basília e Antônio.

Abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho Pedro, de apenas 5 anos de idade.

←+ 1831 →+

Nascimento de Júlia Michaela, terceira filha de Marianne e Guillaume.

Pedido de autorização apresentado por Guillaume à Câmara de Nova Friburgo para a instalação de uma casa de pasto e um bilhar.

Maio – Casamento de José Antônio Marques Braga, pai, e Gertrudes Cândida d'Assumpção e morte de Gertrudes.

Nascimento de Antônio Rodrigues de Moraes (II) (Antonicão), quinto filho de Basília e Antônio.

1832 →+

Nascimento de Adelaide Monteiro de Mendonça, filha de Gabriel Getulio de Mendonça, comerciante no Rio de Janeiro, e de Maria Amália da Conceição e Silva.

1833 →+

Janeiro – Eleição de Antônio Rodrigues de Moraes para vereador em Cantagalo.

13 de agosto – Assassinato de Antônio Rodrigues de Moraes.

Nascimento de Guilherme, quarto filho de Marianne e Guillaume.

1834 →+

Nascimento de Felizarda de Moraes, primeira filha de João Antônio de Moraes e sexta filha de Basília.

1835 →+

17 de agosto – Casamento de Basília e João Antônio de Moraes.

Nascimento de Júlio Marius, quinto filho de Marianne e Guillaume.

		1836	↔	Nascimento de Joaquim Antônio de Moraes, terceiro filho de João Antônio e oitavo de Basília. (data provável) Retorno de José Antônio Marques Braga, filho, ao Brasil.
		1837	↔	Inauguração da hospedaria dos Salusse para abrigar doentes.
A vila de São João del Rei é elevada à categoria de cidade.	↔	1838	↔	Nascimento de Jean Edmond, sexto filho de Marianne e Guillaume.
Antecipação da maioridade de D. Pedro II.	↔	1840	↔	Nascimento de Elias Antônio de Moraes, quarto filho de João Antônio e nono de Basília.
		1841	↔	Nascimento de Maria Amélia, sétima filha de Marianne e Guillaume. (data provável) Estabelecimento do Hotel Salusse.
Fundação do Instituto Colegial Nova Friburgo, depois chamado Colégio Freese.	↔	1842		
		1843	↔	Chegada de José Antônio Marques Braga, filho, a Nova Friburgo. Nascimento de Amélia de Moraes, quinta filha de João Antônio e décima de Basília.
		1845	↔	Casamento de José Antônio Marques Braga, filho, e Josephina Salusse. Compra da fazenda das Neves por José Antônio de Moraes, em sociedade com o tio e padraсто João Antônio de Moraes. Por essa época é celebrado o casamento de José Antônio de Moraes e Leopoldina das Neves.

←+ ACONTECIMENTOS RELEVANTES

TRAJETÓRIAS FAMILIARES →+

Transformação de São Francisco de Paula em freguesia.

←+ 1846 →+

Nascimento de Sophia, oitava filha de Marianne e Guillaume.

24 de julho – Nascimento de José Antônio Marques Braga, neto (Juca), primeiro neto de Marianne e Guillaume.

1849 →+

Nascimento de Augusto Marques Braga, segundo filho de José Antônio Marques Braga e Josephina Salusse.

Extinção do tráfico internacional de escravos.

←+ 1850 →+

6 de janeiro – Morte de Gabriel Getulio de Mendonça.

Casamento de Galdino Emiliano das Neves e Adelaide Monteiro de Mendonça, e instalação do casal no Rio de Janeiro.

1850 →+

(década de) Casamento de Antoninha de Moraes com Manoel de Moraes; o casal recebe de João Antônio a fazenda da Barra.

Casamento de Basília (II) de Moraes com Antônio Pereira de Mello; o casal recebe de João Antônio a fazenda Canteiro.

Primeiro casamento de Antonicão de Moraes, que passa a residir na fazenda da Piedade.

Casamento de Felizarda de Moraes com Francisco Lopes Martins; o casal passa a residir na fazenda Olaria e adquire depois a fazenda da Providência.

1851 →+

Nascimento de Adelaidezinha (Zinha) das Neves, primeira filha de Galdino Emiliano e Adelaide.

- 1855 ↔ Nascimento de Arthur Getulio das Neves, segundo filho de Galdino e Adelaide, e ida da família para Nova Friburgo.
- Morte de José Antônio Marques Braga, pai, em Paris.
- 1856 ↔ Janeiro – Morte prematura de Adelaide e retorno da família para São João del Rei.
- Chegada à Nova Friburgo de Galiano Emílio das Neves, irmão de Galdino.
- Nascimento de Antônia (Antonica), filha de Antoninha e Manoel de Moraes.
- 1857 ↔ Partida de Pedro Eduardo Salusse, segundo filho de Marianne e Guillaume, para a Bélgica, a fim de estudar pintura.
- 1858 ↔ Nascimento de Trajano de Moraes, filho de José Antônio de Moraes e Leopoldina das Neves.
- (data provável) José Antônio Marques Braga adquire as terras da Chácara dos Inhames.
- 1860 ↔ (década de) Casamento de Joaquim Antônio de Moraes com a sobrinha Basília (III); o casal recebe de João Antônio a fazenda do Sobrado.
- 1861 ↔ Casamento de Amélia de Moraes com Vicente Ferreira de Mello, depois chamado de Vicente Ferreira de Moraes; o casal passa a residir na fazenda São Lourenço.

- 1864 +→ Morte de José Antônio Marques Braga.
- Casamento de Sophia, filha mais nova de Marianne e Guillaume, com Joviano Firmino das Neves, irmão de Galdino e Galiano.
- Joviano torna-se presidente da Câmara dos Vereadores de Nova Friburgo, até 1869.
- 1865 +→ Regresso de Pedro Eduardo Salusse da Europa, casado com Maria Eugénie Laurreys, de nacionalidade belga.
- Eleição de Guilherme Salusse para vereador em Nova Friburgo.
- Casamento de Maria Amélia Salusse com Manoel José Teixeira da Costa.
- 24 de novembro – Formatura de Elias Antônio de Moraes pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
- 1866 +→ Casamento da viúva Josephina com Galiano Emílio das Neves.
- Outubro – nascimento de Galiano Emílio das Neves Jr. (Conchon).
- 6 de setembro – Casamento de Elias Antônio de Moraes com Gergeanna Augusta da Silva; o casal recebe de João Antônio a fazenda do Ribeirão Dourado.

		1867	→	João Antônio de Moraes e Basília Rosa da Silva recebem o título de Barão e Baronesa das Duas Barras.
				Nascimento de Honestalda, terceira filha de Basília (II) e Antônio Pereira de Mello.
		1869	→	Galdino das Neves torna-se presidente da Câmara dos Vereadores de São João del Rei, até 1872.
Manifesto Republicano.	↔	1870	→	Casamento de Augusto Marques Braga, filho de Josephina e José Antônio Marques Braga, com Adelaidezinha (Zinha) das Neves, filha de Galdino das Neves e Adelaide Monteiro de Mendonça.
Auge da produção de café na região de Cantagalo.				Morte de Guilherme Salusse, aos 37 anos.
				Transferência de Galdino das Neves, sua segunda esposa e seu filho Arthur Getulio para o Rio de Janeiro.
Promulgação da Lei do Ventre Livre.	↔	1871		
		1872	→	Nascimento do poeta Júlio Salusse, filho de Júlio Marius Salusse e Hortência Maria Queiroz, e morte de Júlio Marius.
				Partilha de 2/3 dos bens do Barão e da Baronesa das Duas Barras entre seus descendentes.
				Compra da fazenda Santo Inácio por José Antônio de Moraes.
				Compra da fazenda Ipiranga por Basília (II) de Moraes e Antônio Pereira de Mello.

Visita do Imperador a Nova Friburgo para a inauguração da Estrada de Ferro de Cantagalo.	←+	1873	
		1875	→ Morte de Guillaume Salusse.
		1876	→ Compra do terreno em Nova Friburgo onde será construído o "palacete do Dr. Elias".
		1878	→ Eleição de Galdino das Neves para deputado pela província de Minas Gerais.
			Formatura de Arthur Getulio das Neves pela Escola Politécnica.
			Nascimento de Raul de Moraes Veiga, filho de Antonica de Moraes e de João Henriques da Veiga, na fazenda da Barra.
		1879	→ Nascimento de Galdino do Valle Filho, filho de Francisca de Moraes Martins e Galdino do Valle, na fazenda Olaria.
		1880	→ Aquisição da fazenda Aurora por José Antônio de Moraes.
		1880	→ (década de) Casamento de Honestalda com o primo João de Moraes Martins.
Lei Saraiva (reforma eleitoral).	←+	1881	
		1883	→ Morte de João Antônio de Moraes, Barão das Duas Barras.
		1884	→ Morte de Basília, Baronesa das Duas Barras.
			José Antônio de Moraes recebe o título de Barão de Imbé.

Fundação do Colégio Anchieta em Nova Friburgo.	←+	1886	→+	<p>Casamento de Arthur Getulio com Maria Sophia, primeira filha de Joviano das Neves e Sophia Salusse.</p> <p>Abertura da firma Henriques Costa Reis & Cia., que teve como sócios comandatários Felizarda de Moraes, seu filho Alfredo, Elias Antônio de Moraes, Vicente Ferreira de Mello e Manoel de Moraes.</p>
		1887	→+	<p>Nascimento de Maria Adelaide (Lalaide), primeira filha de Arthur Getulio e Maria Sophia.</p> <p>Nascimento de Vicente (II) Ferreira de Moraes, filho de Vicente Ferreira de Mello e Amélia.</p>
Abolição da escravidão.	←+	1888	→+	<p>José Antônio de Moraes adquire a fazenda Aurora, em São Francisco de Paula.</p>
Proclamação da República.	←+	1889	→+	<p>José Antônio de Moraes recebe o título de Visconde de Imbé.</p> <p>Organização Companhia Estrada de Ferro Barão de Araruama, com sede em Santa Maria Madalena, ligando Macaé a Conceição de Macabu, Triunfo, Ventania, Vila Aurora e a localidade de Manoel de Moraes. São sócios do empreendimento, planejado por Trajano de Moraes, seu pai José Antônio de Moraes e seu tio Manoel de Moraes.</p> <p>Elias Antônio de Moraes recebe o título de 2º Barão das Duas Barras.</p> <p>Nascimento de Mariana, segunda filha de Arthur Getulio e Maria Sophia.</p>

←+ ACONTECIMENTOS RELEVANTES

TRAJETÓRIAS FAMILIARES →+

		1890	→+	Galiano Emílio torna-se presidente da Câmara dos Vereadores de Nova Friburgo, até 1892.
				Morte de José Antônio, Visconde de Imbé.
Política emissionista do ministro da Fazenda Rui Barbosa, conhecida como Encilhamento.	←+	1891	→+	Fundação da firma Moraes, Tinoco & Cia., por Manoel Antônio de Moraes Jr. (Neco), dedicada ao comércio de café.
Criação do município de São Francisco de Paula.				Eleição de Pedro Eduardo Salusse para vereador em Nova Friburgo.
		1896	→+	Falência da firma Moraes, Tinoco e Cia.
		1897	→+	Morte de Galdino Emiliano das Neves.
Início do governo Campos Sales.	←+	1898		
Renegociação da dívida externa e crise dos preços do café.				
		1900	→+	Morte de Marianne Joset Salusse.
		1902	→+	Piquenique na Chácara de D. Zinha Braga.
Eleição de Nilo Peçanha para presidente do estado do Rio de Janeiro.	←+	1903		
Primeira política de valorização do café, que teve como estratégia a assinatura do Convênio de Taubaté pelos presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.	←+	1906	→+	Primeiro mandato de José Antônio de Moraes (II), filho de Trajano de Moraes e neto do Visconde de Imbé, como deputado estadual.
				Eleição de Raul de Moraes Veiga para deputado estadual.
		1909	→+	Eleição de Galdino do Valle Filho para vereador em Nova Friburgo.

	↔	1910	→	Galiano Emílio das Neves Jr. torna-se presidente da Câmara de Vereadores de Nova Friburgo, até 1913.
				Casamento de Adelaide (Pequenina), filha de Zinha, com Vicente Ferreira de Moraes.
				Reeleição de José Antônio de Moraes (II) para deputado estadual.
		1910 1932	→	Pequenina, Vicente e filhos residem por longos períodos na Europa e nos EUA.
		1912	→	Reeleição de Galdino do Valle Filho para vereador.
Primeira Guerra Mundial.	↔	1914 1918		
		1915	→	Terceira eleição de José Antônio de Moraes (II) para deputado estadual.
		1916	→	Morte de Galiano Emílio das Neves.
		1918	→	Primeira eleição de José Antônio de Moraes (II) para deputado federal.
		1919	→	Compra da fazenda Aurora, que havia pertencido ao Visconde de Imbé, pelo casal João de Moraes Martins e Honestalda.
				Eleição de Raul Veiga para presidente do estado do Rio de Janeiro.

←+ ACONTECIMENTOS RELEVANTES

TRAJETÓRIAS FAMILIARES →+

Lançamento da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República pela chamada Reação Republicana, e derrota do grupo niilista.	←+	1922	→+	Morte de Felizarda.
Mudança da sede do município de São Francisco de Paula, de Visconde de Imbé, para Trajano de Moraes.	←+	1923		
		1924	→+	Segunda eleição de José Antônio de Moraes (II) para deputado federal. Eleição de Galdino do Valle Filho para deputado federal.
		1927	→+	Morte de Elias Antônio de Moraes. Eleição de Raul Veiga para deputado federal. Seu mandato será interrompido pela Revolução de 1930.
Quebra da Bolsa de Nova York.	←+	1929	→+	Engajamento de Vicente de Moraes na Campanha da Aliança Liberal e na criação do PD (RJ).
Criação da seção do Partido Democrático do Rio de Janeiro (PD).				
Revolução de 1930.	←+	1930		
		1931	→+	Vicente é escolhido secretário de Finanças do estado do Rio de Janeiro.
Dezembro – Fundação do Partido Socialista Fluminense (PSF), como agremiação filiada ao Partido Socialista Brasileiro.	←+	1932	→+	Vicente é membro do Conselho Consultivo da interventoria de Ary Parreiras no estado do Rio de Janeiro.
		1936	→+	Vicente e Pequenina tornam-se donos da Chácara do Paraíso. Agosto – Eleição de Honestalda para prefeita do município de São Francisco de Paula.

↔ ACONTECIMENTOS RELEVANTES

TRAJETÓRIAS FAMILIARES →

Decretação do Estado Novo.	↔	1937	→	Vicente é nomeado diretor da Caixa Econômica no estado do Rio de Janeiro.
O município de São Francisco de Paula passa a se chamar Trajano de Moraes.	↔	1938		
Redemocratização do país e surgimento de novos partidos.	↔	1945		
		1947	→	Morte de Vicente.
		1954	→	Eleição de Galdino do Valle Filho para deputado federal pela UDN.
		1976	→	Morte de Pequenina.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Hélio. S. J. *Anchieta, apóstolo do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, s. d.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. Em — (org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (*História da vida privada no Brasil*, dir. de Fernando Novais, vol. 2).
- & RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. Em — (org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (*História da vida privada no Brasil*, dir. de Fernando Novais, vol. 2).
- ARAÚJO, João Raimundo. Nova Friburgo: o processo de industrialização da Suíça brasileira, 1890-1930. Niterói, UFF, 1992. Dissertação de mestrado.
- & MAYER, Jorge Miguel (Orgs). *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.
- Armorial Lusitano*. Obra coordenada pelo Dr. Afonso Eduardo Martins Zuquete. Lisboa: Representações Zairol Ltda, 1961.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal económico*. 4ª ed. Lisboa: Clássica, 1998.
- BACHA, Edmar. Política brasileira do café: uma avaliação centenária. Em *150 anos de café*. Textos de Edmar Bacha e Robert Greenhill. São Paulo: Marcellino Martins e E. Johnston Exportadores Ltda., 1992.
- BARBAS, Manuel Valente. Os Lemes, tangidos para o Brasil pela história. *Revista da ASBRAP*, nº 3, 1996.
- BARROS, Henrique Lins de. *Alberto Santos Dumont*. Rio de Janeiro: Index/Associação Brasileira de Instrução, 1986.

- BERTOLI FILHO, Cláudio. *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- Biografia do Barão das Duas Barras por um seu amigo Dr. M. C. e testamento do Barão e Baronesa das Duas Barras. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger e Filhos, 1892.
- BITTENCOURT-SAMPAIO, Sérgio Ioset Salusse. *Imagens de família (esboços biográficos)*. Rio de Janeiro: ZMF, 1996.
- . *O Hotel Salusse em Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: ZMF, 1997.
- BOSI, Ecléa. Memória de velhos. Em FAUSTO, Boris. *Negócios e ócios: histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BRUZZI, Nilo. *Júlio Salusse, o último Petrarca*. Rio de Janeiro: s. ed., 1950.
- CAFARELI, Roberto Vergara. Einstein no Brasil. Em MOREIRA, Ildeu de Castro & VIDEIRA, Augusto Passos (orgs.). *Einstein e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CARVALHO, Flávio Mendes. *Raízes judaicas no Brasil*. São Paulo: Nova Arcádia, 1992.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- . *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- . *Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHARLE, Christophe Charle. *Histoire sociale de la France au XIXème siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- CINTRA, Monsenhor Antônio Paes. A origem dos Lemes de São Paulo. *Anuário Genealógico Brasileiro*, vol. 10. São Paulo: Revista Genealógica Brasileira, 1948.
- CORRÊA, Heloísa Beatriz Serzedelo. Nova Friburgo: nascimento da indústria (1890-1930). Niterói, UFF. Dissertação de mestrado.
- DIAS, José Luciano de Mattos. Os engenheiros do Brasil. Em GOMES, Ângela de Castro (org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.
- ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Gráfica Erthal, 1992.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e família em Bananal no século XIX. Em CASTRO, Hebe Maria Mattos & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- FAUSTO, Boris. *Negócios e ócios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro. Niterói, UFF, 1977. Dissertação de mestrado.
- . Um eixo alternativo de poder. Em FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- . *Em busca da Idade de Ouro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- . Correspondência familiar e rede de sociabilidade. Em GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 241-256.
- & DANTAS, Camila. Immigration and memory. *Proceedings of the XI International Oral History Conference*, vol. 1. Istambul, 2000.
- & LEAL, Carlos Eduardo. Cinco séculos de alianças. Rio de Janeiro, 2001, mimeo.
- FIGUEIREDO, Luciano R. A. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FISCHER, Carlos Rodolpho. *Uma história em quatro tempos*. Nova Friburgo: Tip. da Fábrica de Rendas Arp, 1986.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c. 1840*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998.
- FRAGOSO, João & RIOS, Ana Maria Lugão. Comendador Aguiar Vallim: um empresário brasileiro no oitocentos. Em CASTRO, Hebe Maria Mattos & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

- FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla M. C. de & SAMPAIO, Antônio C. Jucá. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei, 1831-1888*. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 1998. Tese de doutorado.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- . *O Brasil monárquico*, vol. 5, tomo 2 de *História geral da civilização brasileira*, dir. de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Difel, 1976.
- & CAMPOS, Pedro Moacyr de. *As etapas dos descobrimentos portugueses. Em Do descobrimento à expansão territorial*, vol. 1, tomo 1 de *História geral da civilização brasileira*, dir. de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, Difel, 1976.
- HONORATO, Cezar Teixeira (org.). *O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1996.
- Indicador fluminense* 1898, ano 1. Nova Friburgo: Editores Otílio Cardoso e Irmão/ Tipografia Friburguense, 1898.
- Inventário de D. Mariana Salusse. *Razões dos apelados D. Júlia Salusse e Dr. Júlio Salusse, pelo advogado Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1904.
- JESUS, Gilmar Mascarenhas. *Da cidade colonial ao espaço da modernidade: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 23, 1999.
- KROPFT, Simone Petraglia. *O saber para prever, a fim de prover: a engenharia de um Brasil moderno*. Em HER-SCHMAN, Micael & PEREIRA, C. A. M. *A invenção do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LABROUSSE, Ernest & MOUSNIER, Roland. *Le XVIIIème siècle*. Paris: Puf, 1953.
- LATIF, Miran de Barros. *As Minas Geraes*. Rio: A Noite, s. d.
- LEAL, Carlos Eduardo de Castro. *O banquete de Trimalcião*. Rio de Janeiro, Museu Nacional-UFRJ, 1995. Dissertação de mestrado.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *A estrutura das trocas*, vol. 3 de *História de Portugal*, dir. de José Mattoso. Lisboa: Estampa, s. d.
- MAYER, Jorge Miguel & PEDRO, José Carlos. *Vida e morte na colônia de Nova Friburgo: um estudo demográfico*. Nova Friburgo, 1991, mimeo.
- MENDONÇA, Rubens de. *Os Mendonças de Mato Grosso*. Publicação da *Revista Genealógica Brasileira*, nos dias 11 e 12, ano 6, 1º e 2º semestres de 1945.
- . Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça. Publicação da *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Ruralismo: agricultura, poder e Estado na Primeira República*. São Paulo: USP, 1990. Tese de doutorado.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Subsídios para a história da comarca de Andrelândia*. Edição comemorativa dos 120 anos de criação da comarca, 1878-1998.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora da FFV, 1992.
- NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEVES, Arthur Getulio. *Um problema de química analítica: sacarose, sua dosagem pelo processo de inversão*. *Revista da Escola Politécnica*, nº 1, 1896.
- . *À memória de Joaquim Serra*. Rio de Janeiro, 1889.
- . *Organização agrícola fluminense*. Bruxelas, 1910.
- NICOULIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

- NORONHA, Henrique Henriques de. *Nobiliário genealógico das famílias que passaram a viver a esta ilha da Madeira depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*. Cópia feita por Dr. João José Maria Rodrigues de Oliveira. São Paulo, *Revista Genealógica Brasileira do Instituto Genealógico Brasileiro*, 1947 (Biblioteca Genealógica Latina) [1ª ed. 1700].
- PARDAL, Paulo. *Memórias da Escola Politécnica*. Rio de Janeiro, 1984, mimeo.
- PEDRO, José Carlos. *A colônia do Morro Queimado: suíços e luso-brasileiros na freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831*. Niterói, UFF, 1999. Dissertação de mestrado.
- POMPEU, Júlio. *Álbun de Nova Friburgo*. Petrópolis: Oficinas Gráficas L. Silva e C., 1919.
- REBOUÇAS, André. *Agricultura nacional*. Recife: Fundaj/Massangana, 1988 [1ª ed. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux & Cia, 1883].
- ROCHA, Amara Silva de Souza. *A sedução da luz: o imaginário em torno da eletrificação do Rio de Janeiro (1892-1914)*. Rio de Janeiro, IFCS, 1997. Dissertação de mestrado.
- SANTIAGO, Alberto Alves. *O gado nelore*. São Paulo: Instituto de Zootecnia/Secretaria de Agricultura, 1972.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Nobiliarquia fluminense*. Rio de Janeiro: s. ed., 1947.
- SOARES, Emmanuel de Bragança de Macedo. *Raul Veiga no governo fluminense*. Niterói: Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. *Vassouras: um município brasileiro do café (1850-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- VALLE FILHO, Galdino do. *Lendas e lendas de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Gráfica A Pernambucana, 1928.
- VALVERDE, Orlando. *A fazenda de café escravocrata*. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria e Comércio, 1973.
- VAQUINHAS, Irene. *O campesinato*. Em *História de Portugal*, dir. de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., s. d. vol. 5.
- VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- VEIGA, Judith de Moraes. *João Antônio de Moraes, o 1º Barão das Duas Barras*. Rio de Janeiro: s. ed., 1948.
- VINHAES, Eliana. *Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1992. Dissertação de mestrado.

CRÉDITOS DAS FOTOGRAFIAS

Regina Lo Bianco

- p.16 Chácara do Paraíso
- p.38 Palacete do Barão das Duas Barras.
- p.110 Fazenda do Santa Maria do Rio Grande.
- p.192 Fachada da sede da Chácara do Paraíso.

Pedro Oswaldo Cruz.

- p.60 Quadro de Josephina Salusse Marques Braga.
- p.63 Quadro de José Antônio Marques Braga.
- p.104 Quadro de Basília Rosa de Moraes, Baronesa das Duas Barras.
- p.105 Quadro de João Antônio de Moraes, 1.º Barão das Duas Barras.
- p.130 Fazenda do Ribeirão Dourado, no atual município de Cordeiro.
- p.136 Fazenda Santo Inácio, no atual município Trajano de Moraes.
- p.148 Fazenda Olaria. Município de Trajano de Moraes.
- p.165 Fazenda São Lourenço. Município de Trajano de Moraes.

Valdiney Ferreira

- p.94 São Sebastião da Vila do Touro em Portugal, local de origem da família Moraes.

